

MARCUS CESAR RICCI TESHAINER

MARCUS CESAR RICCI TESHAINER

Psicanálise e Biopolítica -

Michel Foucault e a psicanálise na História da Sexualidade-V. I-A Vontade de Saber

**Psicanálise e Biopolítica -**

**Michel Foucault e a psicanálise na História da Sexualidade-V. I-A Vontade de Saber**

Disseração apresentada à Banca Examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como  
exigência parcial para obtenção do título de  
MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação  
do(a) Prof. (a) Doutor (a) Caterina Koltai.

São Paulo  
2005



001715	08MOT
2010/10	ATAO
	AF
	WE
	VALOR
	PROCEU

MARCUS CESAR RICCI TESHAINER

Folha de aprovação

Marcus Cesar Ricci Teshainer

Psicanálise e Biopolítica - Michel Foucault e a psicanálise na História da Sexualidade-V. I-A  
Vontade de Saber

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como  
exigência parcial para obtenção do título de  
MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação  
do(a) Prof.(a), Doutor (a) Caterina Koltai.

Aprovado em:

**Psicanálise e Biopolítica -**

**Michel Foucault e a psicanálise na História da Sexualidade-V. I-A Vontade de Saber**

Prof. Dr. José Carlos de Moraes

Instituição UFPA Assinatura José C. Moraes

Prof. Dr. Luiz F. Wernick

Instituição UFPA

Biblioteca  
Nadir Gouvêa Kfour  
PUC/SP

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como  
exigência parcial para obtenção do título de  
MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação  
do(a) Prof.(a), Doutor (a) Caterina Koltai.

Prof. Dr. Catrina Koltai

Instituição PUC SP Assinatura Koltai

MP  
COP  
PUC/SP  
2005

São Paulo  
2005



Folha de aprovação

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial  
de processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.  
Marcus Cesar Ricci Teshainer  
Psicanálise e Biopolítica – Michel Foucault e a psicanálise na História da Sexualidade-V. I-A  
Vontade de Saber  
São Paulo de de 2005

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como  
exigência parcial para obtenção do título de  
MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação  
do(a) Prof.(a), Doutor (a) Caterina Koltai.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. JURY NOIA BIANCHI LAURICHO

Instituição UNIV. SÃO MARCO Assinatura Jury N. B. Lauricho

Prof. Dr. Maiiza M.F. Werneck

Instituição PUCSP Assinatura Maiiza M.F. Werneck

Prof. Dr. Caterina Koltai

Instituição PUCSP Assinatura Koltai

*Dedicatória*

*Dedico este trabalho à amizade em geral e em especial aos amigos*

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação/tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_ São Paulo \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005

*Dedicatória*

Dedico este trabalho à amizade em  
geral, e em especial aos amigos,  
tanto aos presentes quanto aos que  
já se foram, por fazerem da vida um  
alegre colorido.

## *Agradecimentos*

Agradecer é sempre muito difícil, pois muitas pessoas merecem os meus agradecimentos como o espaço é pequeno, essa escolha torna-se salomônica, mas vamos lá.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Prof. Dra. Caterina Koltai por me receber, acolher, orientar, ensinar e, principalmente, por me oferecer sua amizade.

Quero agradecer a Ana pela co-autoria da minha vida e por tudo o que isso resguarda.

Agradecer minha mãe por todo o carinho e preocupação, meu pai pela paciência e por sempre acreditar que seria possível, e meu irmão pelos seus abraços e por ter deixado eu usar o computador sempre que necessário.

A Prof. Dra. Inês Loureiro e Prof. Dra Mariza Werneck pelas valiosas sugestões apresentadas no exame de qualificação.

A Prof. Dra. Salma T. Muchail pelas sugestões e encaminhamentos no início de todo processo.

Ao amigo Odair Furtado que no passado acreditou que o futuro seria promissor.

Quero agradecer ao Vítor pelas digitações intermináveis e pela sua paciência também interminável.

Agradeço a Ana Costa pela grande ajuda no francês.

Mário e Fabiana, meus irmãos queridos, por me mostrarem que mesmo após anos, uma amizade nunca envelhece e sempre se renova.

Um agradecimento especial a Marilza, pela revisão e pelos toques preciosos.

Agradeço ao Luis Bollmann por todas as ajudas, tanto no português quanto no inglês.

A Marília Marino por todo o seu carinho materno nos momentos de desespero.

A todos os meus amigos que estiveram comigo enquanto eu treinava triatlon ou escalava, principalmente ao Cesar e ao Dário que estiveram sempre presentes nas mais breves e longas "cordadas".

E, para finalizar, um agradecimento ao Deep Purple pela trilha sonora de muitos momentos.

## Sumário

<b>PROLEGÔMENOS</b> .....	1
<b>CAPITULO I – VISÃO GERAL</b> .....	15
A. DA DISCURSIVIDADE AO DISPOSITIVO: A PSICANÁLISE NA OBRA DE M. FOUCAULT .....	15
<b>CAPÍTULO II – PARA UMA ARQUEOLOGIA DA PSICANÁLISE</b>	38
A. CONTORNOS DO PROBLEMA EM <i>HISTÓRIA DA SEXUALIDADE-V. I—A VONTADE DE SABER</i> .....	38
B. O SEXO EM DISCURSO—O DISCURSO SOBRE O SEXO.....	45
C. DISPOSITIVO .....	49
D. PODER.....	52
E. OS CÓDIGOS SEXUAIS .....	55
F. O BEM E O MAL.....	57
G. SCIENTIA SEXUALIS.....	65
H. O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE.....	74
I. REPRESSÃO E PSICANÁLISE .....	77
<b>CAPITULO III – BIOPOLÍTICA E PSICANÁLISE</b> .....	85
A. REPRESSÃO DO SEXO? .....	85
B. PSICANÁLISE E POLÍTICA .....	89
<b>CAPITULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
A. FOUCAULT E A PSICANÁLISE .....	104
B. OS TAIS PARADOXOS .....	115
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119

emergia na França no momento em que ele produzia seus estudos.

Em um segundo momento já analisando a obra escolhida estudou-se os conceitos que sustentam a biopolítica até chegar a sua relação com a disciplina e o governo das populações que são dois pontos que embasam este conceito.

Depois de analisadas, as questões sobre biopolítica, foram relacionadas com a visão apresentada por Foucault em *história da Sexualidade-V. I* sobre a psicanálise e tentou-se verificar quais as consequências desta relação tanto para a psicanálise quanto para a biopolítica.

Finalmente, retomando as questões levantadas e articulando-as entre si, buscou-se verificar em quais aspectos a psicanálise se liga à biopolítica e em quais não.

Palavras-Chave: Foucault, Psicanálise, Biopolítica, Biopoder.

## Resumo

TESHAINER, M.C.R. *Psicanálise e Biopolítica - Michel Foucault e a psicanálise na História da Sexualidade-V.I-A Vontade de Saber*. São Paulo. 2005. Dissertação (mestrado em ciências sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Este estudo busca compreender através da leitura rigorosa da obra *História da Sexualidade-V.I-A Vontade de Saber* de Michel Foucault se a psicanálise se relaciona ou não com a Biopolítica, ou melhor, em quais aspectos há relação e em quais não.

De início foi necessário delimitar o que se entende por psicanálise já que, mesmo nas obras de Foucault, ela ganha diversos enfoques. Para tanto fez-se uma investigação percorrendo todo o percurso de Foucault para verificar o modo que esse autor aborda a psicanálise em seus diferentes momentos teóricos.

Percebeu-se que houve três abordagens distintas durante toda a sua obra; em um primeiro momento a psicanálise é vista como Discursividade depois a discussão recai sobre Freud como autor e finalmente em *História da Sexualidade-V.I-A Vontade de Saber* a psicanálise é vista como dispositivo. Nesta obra a psicanálise a qual Foucault se refere é a do exercício, da prática, entendida como uma instituição do saber.

A fim de contextualizar historicamente as diversas discussões no decorrer da obra de Foucault, estudou-se rapidamente qual a sua relação com o estruturalismo que emergia na França no momento em que ele produzia seus estudos.

Em um segundo momento já analisando a obra escolhida estudou-se os conceitos que sustentam a biopolítica até chegar a sua relação com a disciplina e o governo das populações que são dois pontos que embasam este conceito.

Depois de analisadas, as questões sobre biopolítica, foram relacionadas com a visão apresentada por Foucault em *História da Sexualidade-V. I* sobre a psicanálise e tentou-se verificar quais as conseqüências desta relação tanto para a psicanálise quanto para a biopolítica.

Finalmente, retomando as questões levantadas e articulando-as entre si, buscou-se verificar em quais aspectos a psicanálise se liga à biopolítica e em quais não.

**Palavras-Chave:** Foucault, Psicanálise, Biopolítica, Biopoder.

Keywords: Foucault, Psychoanalysis, Biopolitics, Biopower.

## **Abstract**

TESHAINER, M.C.R. *Psychoanalysis and Biopolitics*- Michel Foucault and the psychoanalysis in *Story of Sexuality: An Introduction*. São Paulo. 2005. Dissertation (MA in sociology) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

This study intends to comprehend by means of a thorough of *Story of Sexuality: An Introduction* whether psychoanalysis can be related to biopolitics or not, i.e., in which aspects a relationship can be found or not.

In the beginning it was necessary to delimit what one can understand as psychoanalysis as, even in Foucault's book, it may be seen under diverse approaches. Therefore an investigation has been carried out going over all of Foucault's pathway to check the different ways this author approaches psychoanalysis in its diverse theoretical moments. Three distinct approaches can be clearly made out all over Foucault's work; at first psychoanalysis is seen as closely related to discourse, then the discussion turns to Freud as author and finally in *Story of Sexuality: An Introduction* psychoanalysis is seen as a dispositive. The concept of psychoanalysis to which Foucault refers to in this book is the one related to practice, to exercise, understood as an institution of knowledge.

In order to contextualize historically the different discussions throughout Foucault's work a brief study has been carried out concerning his relationship to the structuralism which was emerging in France as he was publishing his studies.

In a second moment-the chosen work already being analyzed-the concepts which support biopolitics have been studied regarding their relationship to discipline and the government of populations-two points which provide a basis to this concept.

After being analyzed the questions on biopolitics were related to the point of view presented by Foucault in *Story of Sexuality: An Introduction* about psychoanalysis and it has been attempted to examine which consequences this relationship brings to psychoanalysis as well to biopolitics.

Finally resuming the questions raised above and connecting them to each other it has been attempted to point out which aspects of psychoanalysis are linked to biopolitics and which are not.

**Keywords:** Foucault, Psychoanalysis, Biopolitics, Biopower.

## Prolegômenos

Durante minha graduação em psicologia, a psicanálise foi uma das disciplinas que mais me intrigava. Ela parecia transformadora, nova e renovadora. Parecia trazer discussões para além da clínica e mais: para muito além da psicologia. Houve a curiosidade em estudá-la com um olhar de fora da clínica, fora da psicologia e fora da própria psicanálise. Para estar fora das reflexões clínicas e “psi” foi necessária a busca de um ponto de apoio, um lugar para me expressar. Primeiro, fui buscar a filosofia<sup>1</sup>: queria ter a psicanálise como objeto, pois ela parecia ter uma implicação não só social, mas também epistemológica e parecia que, para criticá-la ou para aprofundá-la, muitos discursos foram criados a partir dela. Muitos discursos foram pronunciados.

Nesse momento perguntava-me insistentemente sobre o lugar da psicanálise dentro dos sistemas de pensamento e dentro da sociedade e da cultura do século XX.

Tive de buscar as respostas em leituras que pertenciam não mais exclusivamente à psicologia, mas que estavam no campo da Filosofia e das Ciências Sociais.

Foi nessa incursão por outros campos do saber que me deparei com a obra de Michel Foucault. Parecia ser um autor de diversos temas, de inúmeras questões e, dentre elas, a própria psicanálise. Parecia que as análises desse autor pertenciam às diversas disciplinas e, ao mesmo tempo, eram estrangeiras a todas elas. Foucault parecia ser um autor que não buscava acolhimento nas disciplinas, mas se preocupava em pensar o cotidiano através da história que nunca fora contada.

---

<sup>1</sup> Ingenuamente acreditei que me retirando da psicologia e dos campos “psi” eu estaria me distanciando da própria psicanálise como alguém que nunca a tivesse praticado, nunca tivesse passado pelo divã. O inconsciente nos prega peças, e com o propósito de negar minha filiação às discussões psicanalíticas acabei afirmando-as aqui e ali. Quero dizer com isso que não pretendo, neste estudo, partir em defesa ou ataque à psicanálise; desejo, na medida do possível, expressar a leitura de Foucault a respeito da psicanálise em determinado período de sua obra.

Iniciei meus estudos em Foucault esperando encontrar as respostas às questões que fazia a respeito da psicanálise. Através dele pude começar a relativizar a história, perceber que cada elemento histórico e cada fato revelado ou ocultado têm uma função política no contexto social.

O surgimento das diversas disciplinas, consideradas como modos de produzir saber, não acontecia ao acaso, mas vinha responder a uma demanda política de seu tempo. Foi então que percebi que a psicanálise não é simplesmente a obra de um autor brilhante. Muito mais que isto, ela tem um papel social e político a cumprir, e Foucault, com seu modo peculiar de entender o poder, abriu meus olhos para essas questões.

Primeiramente achei importante entender onde se localizava o pensamento de Foucault na história dos pensamentos humanos, com quem ele dialogava e de qual tradição vinha. Assim, aproximei-me da Filosofia a fim de me aprofundar rigorosamente na obra desse autor.

Conforme estudava Foucault, as questões que sua análise levantava sobre a psicanálise mais e mais me instigavam. A própria psicanálise era estudada por ele de diferentes modos e em diferentes contextos. Nesse momento, o mais importante foi perceber que para Foucault, Freud e a psicanálise são dois objetos totalmente distintos.

Nesse percurso encontrei-me com a obra *História da Sexualidade – v I-A Vontade de Saber* (2001), na qual as questões referentes à psicanálise estavam rigorosamente sistematizadas de diferentes maneiras vindo ao encontro das inquietações presentes desde a época da minha graduação em psicologia. Foucault levantava a importância política da psicanálise na sociedade contemporânea. Era exatamente este o ponto que me interessava em toda a sua obra. De um modo amplo, eu queria entender como a psicanálise tornara-se um instrumento de poder.

Foi nessa obra também que fui apresentado ao conceito de Biopolítica e biopoder e, para minha surpresa e felicidade, havia muitas relações entre estes temas e as questões que me instigavam acerca da psicanálise.

Nesse momento pude notar que as questões que moviam minhas inquietações estavam no campo da política e da sociologia, e as questões conceituais não possibilitariam o encontro das respostas que eu buscava. Elas tiveram um papel importante no momento em que eu precisava instrumentalizar minha leitura, mas também era necessário penetrar num campo teórico de predominância crítica.

Já no campo das Ciências Sociais, posso dizer que pretendo ter a psicanálise como objeto de estudo e, portanto, tentarei ficar distante de uma análise psicanalítica. Entretanto, não posso negar que a psicanálise está presente em minha formação e, devido a isso, o linguajar psicanalítico se faz presente de alguma maneira.

Não me resta outra saída a não ser aceitar a presença desse linguajar em alguns momentos deste trabalho e tentar afirmar que ele não é de psicanálise, mas sobre Foucault e a psicanálise. Com isso quero dizer que este estudo é sobre a psicanálise no sentido em que Foucault se refere a ela, mas não é de psicanálise, pois não se remete ao texto psicanalítico, ou seja, não verifica no texto psicanalítico a pertinência das críticas apresentadas por Foucault.

Só será possível verificar se tal empreitada será concluída de fato, no final desta dissertação. Entendendo os prolegômenos como uma carta de intenções, aqui elas estão expressas e na conclusão saberemos se foram alcançadas.

Considerando estas condições, o meu objetivo era entender por que, a partir do início do século XX, a psicanálise foi aceita pelas instituições de saber. Queria compreender o que torna a psicanálise um discurso possível. As respostas que buscava

pueram ser encontradas nas discussões sobre a Biopolítica, um tema que foi desenvolvido por Foucault durante seus cursos no *Collège de France*.

Apesar de Foucault iniciar seus estudos sobre biopolítica na obra *História da Sexualidade – V. I – A Vontade de Saber* (2001), não continua a discussão desse tema de forma exclusiva em nenhuma obra depois dessa. Entre os volumes I e II houve um silêncio de quase dez anos em sua produção escrita e, no volume II, Foucault retoma seus trabalhos discutindo questões sobre a ética e não mais sobre Biopolítica.

Através da leitura de Foucault, pude esquematizar como um triângulo a questão que queria responder: na parte mais alta ficaria a psicanálise como meu objeto principal. Na base, a Biopolítica e, ligado a ela e à psicanálise, estaria a sexualidade-o que há de mais humano no homem.

Parece-me que dizer psicanálise é extremamente amplo, pois permite inúmeras possibilidades de entendimento: pode ser a obra de Freud, a clínica que se formou a partir daí, a crítica ou mesmo um modo de pensar a psique humana. Poderia ser, ainda, a prática de construir um *setting* terapêutico ou um modo interpretativo entre tantos outros. Eu precisava definir de qual psicanálise iria falar. Precisava entender qual psicanálise Foucault estava abordando na *História da Sexualidade-V I* (2001).

Pela leitura de Foucault pude perceber, já em *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), que ele entende a psicanálise como instituição que produz um modo de pensar e agir juntamente com outros saberes. Na obra *As Palavras e as Coisas* (1966) essa questão tornou-se mais clara quando percebi a diferença entre a personagem Freud, o autor Freud e a obra freudiana e ao perceber que a obra freudiana, não pertencia a Freud, mas era de domínio público e por isso trabalhada e transformada constantemente. A psicanálise, num certo sentido, era a representação dessa obra e em torno dela formou-se uma instituição que a utiliza, critica e transforma.

Em a *História da Sexualidade-V I* pude perceber que o surgimento dessa instituição psicanalítica não se dá por acaso. Existem fatores sociais, culturais e políticos permitindo a sua formação.

A psicanálise que eu almejava como objeto era exatamente essa instituição já formada, já aceita e que hoje tem muito pouco a ver com a obra de Freud pois, em sua prática, em seu dia a dia, já se transformou para além dessa obra. A psicanálise que me interessava era a psicanálise do exercício, do cotidiano. Uma psicanálise que não existe em livros e que não é totalmente contemplada nem pelas discussões clínicas que se publicam periodicamente. A psicanálise do cotidiano é aquela dita e falada na *Polis*; é a psicanálise que os psicanalistas defendem, que os pacientes compram, que os jornais discutem. A psicanálise que tem um valor de verdade na sociedade em que vivemos. Parece que é a esta psicanálise que Foucault se refere em *História da Sexualidade – V. I.* É através desta psicanálise que se faz política, é ela que pode ser instrumento do biopoder, uma vez que o liga ao que há de mais vivo na humanidade: a sexualidade.

Questões sobre a psicanálise e política não são novidade. Castoriadis afirma que muitos autores já discutiram o tema tirando “conclusões ‘pessimistas’ ou até ‘reacionárias’” (1992, p. 151) e ele mesmo retoma o tema revelando pontos que considera fundamentais:

Qual a significação da própria psicanálise, como teoria e como prática? Quais são as implicações, que certamente não foram exploradas por Freud? A psicanálise não tem nada a ver com o movimento emancipador do Ocidente? O esforço por conhecer o inconsciente e transformar o sujeito não tem nenhuma relação com a questão da liberdade, e com as questões da filosofia? A psicanálise teria sido possível, fora das condições social-históricas que foram realizadas na Europa? O conhecimento do inconsciente não pode nos ensinar nada com referência à socialização dos indivíduos, portanto também quanto às instituições sociais? Por que a perspectiva prática, que é a da psicanálise no campo individual, seria automaticamente tachada de nulidade, quando passamos ao campo coletivo? (ibid., 1992, p. 151-152).

Apesar de ter encontrado respostas para as questões de Castoriadis através da leitura da obra de Foucault, encontrei uma diferença fundamental na abordagem feita por esses autores. Foucault faz sua análise tendo a psicanálise como objeto, e Castoriadis, diferentemente, tem a psicanálise como via ou instrumento. A abordagem de Foucault foi a que mais me interessou, pois a psicanálise parecia estar fora do instrumental foucaultiano e, ao recusar a psicanálise como uma via de análise, pude tê-la como objeto.

Pelos estudos sobre biopolítica percebi que esta tem como principal objetivo controlar a vida dos cidadãos, sujeitando-os a formas sutis de controle; a porta de entrada para o exercício deste controle parece ser a sexualidade, já que essa tem uma relação íntima com o ser humano. Um dos instrumentos nesta investida de controle é a psicanálise, o saber que tem a sexualidade como objeto. Parece que a psicanálise se torna uma instituição de saber, por se ligar, de alguma forma, ao biopoder.

O objetivo deste trabalho é tentar entender a ligação entre biopolítica e psicanálise e, principalmente, verificar se ela se estabelece de fato, e se é ela que dá valor de verdade ao discurso psicanalítico na contemporaneidade.

A busca por esse objetivo mostrou-se uma tarefa árdua. De início é importante demonstrar as diferentes formas com que Foucault estuda a psicanálise até chegar na *História da Sexualidade-V. I*. Posteriormente, é preciso verificar como se forma uma política que incide sobre a vida e qual o papel da psicanálise nesta política, tentando entender, assim, como esta se liga à biopolítica. Para realizar essa segunda parte é importante tratar cada conceito apresentado por Foucault em *História da Sexualidade-V. I – A Vontade de Saber* (2001), até chegar a uma questão que seja possível dentro do panorama conceitual traçado por ele. Finalmente, a partir destes elementos, buscarei responder a questão, ou melhor, apresentar os caminhos possíveis para essa resposta que permitam verificar a ligação entre psicanálise e biopolítica.

Este trabalho pretende, então, ter três momentos: o primeiro tentará demonstrar as diversas visões de Foucault a respeito da psicanálise até *História da Sexualidade-V. I*. O segundo tentará, a partir da análise dessa obra, verificar a ligação entre a sexualidade e a política até a formação dos conceitos de biopolítica e biopoder, e resultará na apresentação de uma questão. Finalmente, o terceiro, tratará das implicações desta biopolítica na vida do indivíduo contemporâneo, tendo como foco um de seus possíveis instrumentos: a psicanálise.

O percurso de uma dissertação de mestrado é marcado por percalços, e com esta, não foi diferente. Durante a sua elaboração alguns caminhos foram adotados, outros abandonados, alguns escolhidos às pressas.

Por ocasião da qualificação, ficou explicitado que haviam sido formuladas quatro questões que, apesar de parecerem semelhantes, não se complementavam.

Relaciono-as abaixo:

- Verificar se o valor de verdade da psicanálise se dá pela apropriação da biopolítica;
- Qual o lugar da psicanálise nas estratégias do biopoder?;
- Verificar se a psicanálise é aceita como saber por ser mecanismo do biopoder;
- Estabelecer uma relação entre biopolítica e psicanálise para verificar se esta última se constitui ou não instrumento da biopolítica.

Todas as questões são possíveis através da análise da obra de Foucault, porém este estudo não dá conta de todas elas.

Talvez esta seja a única questão possível neste estudo: Em quais aspectos a psicanálise se liga ao biopoder e em quais não?

Estando lidando com um autor (Foucault) que trabalha com situações paradoxais e faz suas análises considerando tais paradoxos, é necessário ter o cuidado de assumir o paradoxo como possibilidade de análise. Como afirma Castoriadis:

(...) os filósofos constroem, quase sempre, sistemas fechados como ovos (vide Spinoza, principalmente Hegel, e até Aristóteles), ou então permanecem presos a algumas de suas próprias criações, sem conseguir questioná-las. São raros os exemplos em contrário. Platão é um deles. Freud, ainda que não fosse filósofo, no campo da psicanálise, é outro.

É possível dizer que Foucault também figura entre esses filósofos. Então deve-se considerar quais aspectos da psicanálise servem de crítica à biopolítica<sup>2</sup> e quais podem ser a sua ligação com ela. Tentar-se-á, no curso desta dissertação, apresentar os paradoxos presentes na questão que envolve a psicanálise e a biopolítica.

Deve-se considerar, cuidadosamente, que para Foucault, até mesmo por causa de seus paradoxos, não existe “a psicanálise” como uma instituição única e formada, possuindo uma essência, e sim “psicanálises” no plural, que se fazem e refazem no dia a dia, nos discursos e nas práticas; psicanálises que acabam, em muitos momentos, contrapondo-se e complementando-se entre si, como em um jogo de caleidoscópio.

\*

Chaves, em 1986, afirmou não haver, até então, nenhum trabalho científico que estudasse relações possíveis entre Foucault e a psicanálise. Como será visto, isso pouco mudou, pois embora existam algumas argumentações a serem apresentadas, a relação entre Foucault e a psicanálise não é um tema recorrente entre os autores que estudam esse filósofo.

---

<sup>2</sup> Após o exame de qualificação poderia ter “deletado” três questões e deixado aquela que prevalece, poderia até reformulá-las, mas escolhi deixá-las inalteradas para expressar as dificuldades enfrentadas por mim ao me deparar com o texto foucaultiano.

Na busca por possíveis estudos que tivessem temas relacionados à proposta deste trabalho, foi possível perceber que Foucault é utilizado como instrumento de análise em inúmeras dissertações e teses, e em muitos artigos e materiais científicos. Isso quer dizer que os pesquisadores recorrem à obra de Foucault para apoiar alguma afirmação, muitas vezes levando em consideração apenas um texto ou outro destacado da totalidade de sua obra e sem aprofundarem-se em nenhum aspecto da mesma. Como não consideram a totalidade da obra de Foucault e suas vicissitudes somente serão privilegiados aqueles que têm o trabalho de Foucault como proposta de pesquisa, relacionado ou não a outros temas.

Em sua dissertação de mestrado, Fonseca alerta para a dificuldade de enquadrar Foucault em alguma disciplina ou área de pesquisa, pois sua investigação é marcada por uma multiplicidade de temas.

Filósofo ou historiador, estudioso da psicanálise, das práticas jurídicas, dos problemas referentes à linguagem, pesquisador das formações de lugares institucionais, da política ou da moral, Michel Foucault não admite, devido ao perfil de seu trabalho, ser enquadrado nesta ou naquela área do conhecimento (1994, p. 6).

Esta multiplicidade traz, de imediato, um problema ao pesquisador que se aventura adentrar na obra de Foucault pois ele tem a multiplicidade de temas como método de trabalho de modo que, ao estudá-lo, não caberia excluir qualquer tema. No entanto, devido às características de um trabalho acadêmico, cabe ao pesquisador demarcar e escolher campos de pesquisa, evitando buscar uma unidade de temas como eixo norteador. Como afirma Fonseca, cabe ao pesquisador “(...) somente enunciar as eventuais escolhas temáticas com base naquilo que procurará estudar dentro do conjunto de tais preocupações e inquietações” (ibid, p. 6).

Considerando essa regra de prudência, Fonseca (1994) escolhe a constituição do sujeito como problemática central de seus estudos. Definir-se-á como problemática

central para este trabalho a psicanálise, um tema que aparece em toda obra de Foucault; ainda seguindo a recomendação acima, a preocupação será com as relações do campo proposto com a biopolítica, outro tema da obra foucaultiana.

Os estudos de Chaves (1986) sobre Foucault e a psicanálise já se tornaram um clássico, sendo citados e comentados por diversos autores. Enquanto ele questiona qual o lugar da psicanálise na obra de Foucault, diferentemente, nesta dissertação a pergunta será qual o lugar da psicanálise nas dinâmicas estratégicas do biopoder?<sup>3</sup>

Essa delimitação de campo de pesquisa remete principalmente a obra *História da Sexualidade – V.1 – A Vontade de Saber* (2001), em que a questão da biopolítica é apresentada, enquadrando-se no que se chama período genealógico da obra foucaultiana.

Nos estudos referentes esse período, existem dois temas recorrentes, que muitas vezes se cruzam: a subjetividade e sua constituição e poder. Como autores que se debruçam sobre o primeiro tema, podemos citar: Fonseca (1994); Silva (2001), Rosa (2002), enquanto Videira e Pinheiro (1989); Biaggio (1992); Faria (2001), debruçam-se sobre o segundo. Esses autores, no entanto, não tratam de questões referentes à psicanálise em seus textos, não relacionando na obra de Foucault, poder e psicanálise.

Videira e Pinheiro podem ser considerados exceções, pois buscam responder às seguintes questões: “Qual é o papel da ética na objetivação do sujeito sexual através do saber confessional e do poder produtivo? Ou ainda: será a ética, no que diz respeito à sexualidade, uma estratégia de poder?” (1989 p. 44). Considerando brevemente a sua obra, esses autores tratam a psicanálise como um mecanismo de poder, pois a ética sexual é vista como uma sedução do poder, na qual o sujeito que confessa e luta contra suas resistências, buscando a verdade de si, está tornando-se objeto do poder ao cair na

---

<sup>3</sup> Como já foi dito anteriormente a pergunta desta dissertação é: em quais aspectos e em quais não a psicanálise se liga ao biopoder.

armadilha da confissão. Para esses autores, na psicanálise “o sujeito-objeto é aí constituído pelo poder ‘disfarçado’ de ética” (ibid., p. 47).

Ferreira Neto (1997), com o intuito de estudar a inserção da psicanálise no panorama contemporâneo das práticas “psi”, lança mão da arqueologia do poder de Foucault para tê-la como instrumental de análise.

Há poucos trabalhos que versam sobre o conceito de biopoder e biopolítica, e em menor número ainda, os que relacionam esses conceitos à psicanálise. Dentre eles podemos citar Sbrana (1993), que analisa o conceito foucaultiano de biopoder através de um aparato teórico lacaniano, ou seja, um conceito foucaultiano é posto em questão por meio de uma teoria psicanalítica.

Este estudo busca fazer um caminho diferente daquele efetuado por Sbrana, ou seja, pretende-se esclarecer o conceito de biopoder e biopolítica, para, a partir deles, estudar as psicanálises possíveis, ou melhor, a possibilidade da psicanálise.

Queiroz Pinheiro (2003), por sua vez, faz um paralelo entre a constituição da subjetividade para a psicanálise e para a concepção foucaultiana, principalmente da que está presente em *História da Sexualidade-V. I -A Vontade de Saber*.

Muitos dos pontos destacados pela autora serão apresentados e aprofundados neste trabalho. A principal diferença está no fato de que, para o artigo citado, a questão da normalidade em psicanálise não se faz necessária, e, como será visto, neste trabalho adentrar-se-á nessa questão de modo mais profundo ao se discutir o papel biopolítico da psicanálise.

Apesar dos percursos traçados por essa autora e por o desta dissertação se cruzarem em alguns pontos, o ponto de chegada é diferente. Enquanto se deseja verificar se a psicanálise se constitui como um instrumento biopolítico, para Queiroz Pinheiro (2003)

é importante explicitar como a psicanálise articula os conceitos de sujeito, desejo e sexualidade.

Ainda na discussão sobre a questão do biopoder e da biopolítica, Maia (2003) apresenta a temática em dois diferentes contextos, que representam dois diferentes momentos de seu texto: num primeiro momento faz uma exposição do conceito na obra de Foucault, e, em um segundo, o autor expõe a renovação desse conceito na obra de outros autores como Deleuze, Rabinow, Agamben e, principalmente, Sloterdijk. O principal objetivo do autor é apresentar uma argumentação sobre a bio-ética nos avanços tecnológicos da engenharia genética relacionando o tema com a biopolítica.

Partindo da leitura da obra de Foucault e tendo como campo de pesquisa a biopolítica e o biopoder, somos remetidos a um ponto bastante específico da obra desse autor-década de 1970-em que o mesmo estava desenvolvendo seus estudos tendo a genealogia do poder como método e, mais especificamente ainda, a obra *História da Sexualidade-V. I—A Vontade de Saber*, este trabalho pretende verificar a possibilidade de relacionar a aceitação da psicanálise ao fato de esta ser ou não um mecanismo do biopoder ou uma estratégia da biopolítica.

Desse modo, pretende-se fazer uma análise rigorosa da obra *História da Sexualidade-V. I—A Vontade de Saber*, tendo como campo de estudo o biopoder e a biopolítica e como foco a psicanálise, tentando estabelecer uma relação para verificar se a psicanálise se constitui ou não como um instrumento da biopolítica.

A hipótese deste trabalho, como já foi dito, é verificar em quais aspectos a psicanálise se liga à biopolítica e em quais não, ou melhor, quais aspectos, ou qual psicanálise se liga à biopolítica e qual psicanálise ou qual aspecto da psicanálise não se liga.

No primeiro capítulo serão traçados os diversos modos como Foucault trabalha a psicanálise, percorrendo toda a sua obra até chegar em *História da Sexualidade – V. I – A Vontade de Saber*. Esse é um capítulo introdutório, cada problema apresentado abrindo grandes possibilidades de discussões. A intenção é apenas demonstrar que a psicanálise foi um tema presente em toda a obra de Foucault e que não se pode analisar uma leitura pela outra. Também se tentará justificar a escolha de *História da Sexualidade – V. I – A Vontade de Saber* como material de análise.

No capítulo II serão trabalhados os diversos conceitos presentes na obra *História da Sexualidade – V. I – A Vontade de Saber* que irão compor o conceito de biopoder e biopolítica; em alguns momentos a discussão sobre a psicanálise se fará presente no sentido de indicar a relação do conceito com o problema que está sendo discutido.

No terceiro capítulo, as questões sobre biopolítica e biopoder serão estudadas e relacionadas com a visão de Foucault sobre psicanálise na obra *História da Sexualidade – V. I – A Vontade de Saber* e tentar-se-á verificar quais as conseqüências desta relação tanto para a psicanálise quanto para a biopolítica.

Finalmente, no capítulo IV, intitulado *Considerações Finais*, serão retomados alguns pontos presentes durante todo o trabalho a fim de articulá-los entre si e organizar as diversas visões que são apresentadas e verificar em quais aspectos a psicanálise se liga à biopolítica e em quais não.

Os diversos conceitos apresentados aqui, como poder, biopolítica e biopoder, serão tratados no curso desta dissertação.

No momento da qualificação foi recomendada a leitura dos volumes II e III da *História da Sexualidade*, de Foucault, leitura que colocaria a questão do biopoder, tal como

apresentada no volume I, em perspectiva. Esses dois volumes representam as últimas publicações de uma obra que é inacabada e representam, portanto, o auge do amadurecimento teórico de um autor que desde os seus primeiros trabalhos já se mostrava difícil. Esses dois últimos volumes talvez estejam entre as obras que apresentam maior dificuldade de leitura de toda a produção foucaultiana. Houve a tentativa de integrá-las à discussão presente, mas faltou amadurecimento teórico para assumir tal empreitada.

Como para uma dissertação de mestrado o exercício pode ser menos pretensioso, respeitosamente não foram aqui incluídos os volumes II e III, ciente das conseqüências que isso acarreta para a análise. A recomendação para um momento futuro e de maior amadurecimento teórico foi acatada.

## Capítulo I – Visão Geral

### A. Da discursividade ao dispositivo: a psicanálise na obra de M. Foucault

As colocações que Foucault faz a respeito da psicanálise e, em alguns casos, particularmente a Freud, já não são novidade, considerando o debate foucaultiano. Muitos comentadores tratam o tema, mas a questão ainda se faz presente. Birman (2000) afirma a importância de se voltar ao tema ainda mais vezes, já que a interlocução de Foucault com a psicanálise apresenta características particulares que devem ser enunciadas e circunscritas.

Na realidade, uma confrontação direta com a psicanálise só está presente em três obras de Foucault: *História da Loucura na Idade Clássica*, *As Palavras e as Coisas* e no volume primeiro de *História da Sexualidade – a Vontade de Saber*. Cada uma delas marca um momento diferente na leitura e interpretação do tema. Pode-se dizer, por ora, que a primeira lê a psicanálise como a prática de uma ciência; a segunda como obra de um autor que a insere no contexto das ciências humanas; e a terceira estuda a instituição psicanalítica formada a partir da difusão do discurso psicanalítico e suas implicações na constituição dos discursos de poder que partiram desta instituição. Estes temas e estas diferenças serão pormenorizados ao longo deste trabalho.

Não se deve acreditar que a psicanálise só esteja presente nas obras acima citadas, uma vez que nas outras a temática está indiretamente abordada, aludida ou referida. Como afirma Mezan, as referências de Foucault à psicanálise são numerosas e perpassam quase todos os livros, acompanhando o autor por seus trinta anos de produção. Mezan afirma ainda que um dos eixos no qual o pensamento foucaultiano se

ordena “consiste num confronto e uma interrogação permanentes quanto ao sentido dela [psicanálise] e quanto ao lugar que ocupa no pensamento ocidental” (1985, p. 95)

Algumas considerações sobre o método de pesquisa foucaultiano e suas diferenças no percurso do autor, são necessárias. A totalidade das obras de Foucault passam por dois momentos metodológicos, ou melhor, dois recortes, como descreve Muchail (1982, p. 33). O primeiro, chamado arqueológico, compreende as obras de 1961 a 1969, e o segundo, entendido como genealógico, refere-se à sua entrada no *Collège de France*, a partir da década de 1970. Comentadores mais recentes, como Fonseca (1995), referem-se ainda a um terceiro momento, que incluiria os dois últimos volumes da *História da Sexualidade*, nos quais o autor desenvolve seu trabalho tendo a Ética como tema.

No período arqueológico, Foucault procura as condições de existência e emergência dos discursos científicos, discursos que constituem o saber. Sendo assim, pode-se entender que nesse momento Foucault tem como objeto o homem, que para ele é uma oscilação entre o indivíduo jurídico e o indivíduo disciplinar, uma oscilação entre o poder que reivindica o indivíduo e o poder que este exerce<sup>4</sup> (FOUCAULT, 2003, p. 60).

Desse modo, sua preocupação é descrever historicamente as condições de existência dos discursos, os sistemas que regem sua emergência, o seu funcionamento e as suas transformações. Porém, não se trata de qualquer discurso, trata-se do discurso considerado científico, particularmente o discurso das ciências humanas. Em sua análise, Foucault não está procurando “sua origem secreta ou seu sentido essencial, mas a condição de sua emergência” (MUCHAIL, 1982, p. 35), o jogo de possibilidades que determina o surgimento e desaparecimento das regras que mantêm esses discursos, assim como a transformação dessas regras. Preocupa-se, ainda, com as condições que

---

<sup>4</sup> “C’est de cette oscillation entre l’individu disciplinaire, instrument réel de son exercice physique, c’est de cette oscillation entre le pouvoir qu’on revendique et le pouvoir qu’on exerce que sont nées cette illusion et cette réalité qu’on appelle l’Homme” (FOUCAULT, 2003, p. 60).

fazem emergir tais discursos e não outros, “jogo este que é portanto variável num curso histórico marcado por rupturas, diferenças e descontinuidades” (MUCHAIL, 1982, p. 36). Concluindo, preocupa-se com aquilo que deve ser dito e excluído dos discursos, ou melhor, aquilo que tem validade ou não dentro de um discurso. A tarefa da arqueologia é reconhecer este jogo de regras, que Foucault entende como *épistème* de uma época.

Segundo Fonseca, ainda considerando a arqueologia, “o pensamento de Foucault incide sobre o presente” (1995, p. 9) mas tem como método de trabalho um constante retorno a “passados”. Através de seu método “Foucault realiza, ou promove, a desconstrução da noção de sujeito como um dado preexistente, como uma essência perene e portadora de um sentido, presente indefinidamente na história”(p. 14) Foucault busca, portanto, libertar-se da noção de um sujeito transcendental e, ao libertar-se desta idéia, assume a possibilidade de existência de diferentes formas de subjetividade, substituindo a idéia de uma subjetividade soberana.

[A] arqueologia encontra o seu ponto de equilíbrio num domínio em que o sujeito é necessariamente situado e dependente, sem que aí jamais possa figurar como titular. Tal domínio é o domínio do saber. E, situando-se nele, Foucault distancia-se do eixo Consciência – conhecimento – ciência, necessariamente preso ao índice da subjetividade, para percorrer o eixo prática discursiva – saber – ciência, que se encontra livre da subjetividade, seja enquanto atividade transcendental, seja enquanto consciência empírica (ibid., p. 17).

Conforme Foucault (2003, p. 238), a arqueologia do saber tem por objetivo mostrar que a demonstração científica não passa de um ritual e que o sujeito do conhecimento não é universal e sim um indivíduo historicamente qualificado para assim mostrar que, na realidade, a verdade é uma produção.

A partir dos anos 1970 inicia-se um período conhecido por genealógico na obra de Foucault, em que a arqueologia não é abandonada, mas passa a ser instrumental para as análises genealógicas.

De acordo com Foucault (2003, p. 238–9), a genealogia, que é o lado histórico da arqueologia, tem por objetivo mostrar como a verdade-conhecimento<sup>5</sup> colonizou, parasitou a verdade-acontecimento<sup>6</sup> no curso da história; como ela exerceu uma relação de poder irreversível e como esta tecnologia da verdade demonstrativa colonizou e exerce ainda uma relação de poder sobre a verdade na qual a tecnologia está ligada ao acontecimento, à estratégia, à caça.

Para Foucault (2004, p. 35), isso significa estudar a gênese, por exemplo da psiquiatria, a partir e através das instituições de enclausuramento que se articularam com os mecanismos de jurisdição e que, a partir de um certo momento e de certas condições, sustentaram, revezaram, transformaram e deslocaram os processos de veracidade.

A tese genealógica do indivíduo moderno de Foucault, segundo Rabinow e Dreyfus, considera que a sexualidade “foi inventada como um instrumento-efeito na expansão do biopoder” (1995, p. 185). Para Foucault, o importante é que, apesar dos controles e da vigilância sobre o sexo, ainda sobrevive uma discussão e uma reflexão sobre o tema.

Para Foucault (2004, p. 36), tomar a sexualidade como objeto da genealogia significa estudá-la a partir de um certo número de instituições, tentando entendê-la, através das práticas de confissão, da direção de consciência, dos relatórios médicos etc. O momento no qual o conhecimento faz um intercâmbio entre uma certa jurisdição das relações sexuais-definindo o que é permitido e o que é proibido-e a veracidade do desejo-que é, para Foucault, a armadura fundamental do objeto “sexualidade”.

\*

---

<sup>5</sup> *vérité-connaissance*

<sup>6</sup> *vérité-événement*

No que concerne à filiação de Foucault a alguma linha ou escola metodológica, existe uma vasta bibliografia a respeito, que ora afirma Foucault ser um estruturalista, ora não. Aqui serão apresentadas brevemente algumas questões desta discussão a fim de localizar o lugar metodológico da obra a ser estudada: *História da Sexualidade – Vol I – A Vontade de Saber*.

Foucault parece ter estabelecido relações com alguns estruturalistas, e foi muitas vezes identificado como tal, ou pelo menos até a publicação de *As Palavras e as Coisas* obra na qual, ele próprio, se disse parte desse grupo de intelectuais. Após a publicação desse livro, passa a negar tal filiação e critica severamente quem o inclui nesse grupo. Vale agora fazer rapidamente uma elucidação da questão.

Alguns comentadores de Foucault, como Piaget (1970) e Wahl (1968), entendem seu método como estruturalista, filiação teórica que é negada pelo próprio Foucault.

Dosse, ao abordar o tema, faz uma analogia aos três mosqueteiros, dizendo que “Os Quatro mosqueteiros que desta vez eram cinco: Michel Foucault, Louis Althusser, Roland Barthes, Jacques Lacan, e o pai de todos eles – Claude Lévi Strauss” (1972, p. 14). Separa desses autores e esses vários estruturalismos, em três categorias no campo das Ciências Sociais: um estruturalismo científico, representado por Levi Strauss, um “estruturalismo mais flexível, mais ondulante e cambiante, com Roland Barthes, Gérard Genette, Tzvetan Todorov ou Michel Serres” (ibid., p. 16) e, finalmente, um estruturalismo histórico ou epistêmico, representado por Althusser, Bourdieu, Foucault, Derrida, Vernant e a terceira geração dos Annales.

Coelho (1967), por sua vez, entende o estruturalismo como uma linguagem, e não como uma filosofia, podendo fundamentar a sua legitimidade apenas no plano científico. Desta forma, para ele existem três tipos de estruturalismo: um fenomenológico,

representado por Merleau-Ponty e Sartre; um genético, com Goldmann, Piaget e outros; e finalmente um estruturalismo de modelos, no qual figuram Lévi-Strauss, Lacan, Barthes, Foucault e Althusser.

Piaget, de forma irônica, chama o trabalho de Foucault de “Um estruturalismo sem estruturas”. Com isso ele inaugura uma crítica ao método de pesquisa de Foucault dizendo que este “retém do estruturalismo corrente somente os aspectos negativos, sem que se consiga discernir na sua ‘arqueologia das ciências humanas’<sup>7</sup> outra coisa além de arquétipos conceituais, ligados principalmente à linguagem” (1970, p. 104). Afirma ainda que a obra de Foucault tem a pretensão de ser revolucionária e pretende fazer uma crítica às ciências do homem, dizendo também que Foucault trata o conceito de *épistémè* como uma novidade, o que parece comportar um estruturalismo epistemológico, porém esse conceito de *épistémè* não forma um sistema de categorias, mas sucede-se de maneira previsível no decurso da história. Finalmente afirma:

Não é exagerado, portanto, qualificar o estruturalismo de Foucault de estruturalismo sem estruturas. Retém do estruturalismo estático todos os seus aspectos negativos: a desvalorização da história e da gênese, o desprezo pelas funções e, num grau inigualado até aqui, a negação do próprio sujeito, já que o homem logo vai desaparecer. Quanto aos aspectos positivos, suas estruturas são apenas esquemas figurativos e não sistemas de transformação que se conservam necessariamente através de sua auto-regulação (p. 110).

Foucault em uma entrevista a *Tages Anzeig Magazin*, ao lhe perguntam se era estruturalista, responde da seguinte forma:

“(...) não sou um estruturalista, nunca disse que era um estruturalista, eu inclusive insisti no fato de que não sou estruturalista e lembrei isso várias vezes seguidas. Nada, absolutamente nada no que publiquei, nada, nem em meus métodos nem em nenhum dos meus conceitos lembra, ainda que de longe, o estruturalismo (1999a p. 258).

Quando perguntado de onde vinha tal convicção, responde: “Suponho que seja um produto da asneira ou da ingenuidade”(ibide., p. 258). E à pergunta se foi Piaget quem

---

<sup>7</sup> Referência ao subtítulo do trabalho de Foucault, “As Palavras e as Coisas”

colocou nele a etiqueta de filósofo estruturalista, responde: “Não acredito. Ele não é capaz disso, coitado, ele nunca inventou nada” (ibid., p 258).

Por que Foucault não é um estruturalista? Pois ele, segundo Muchail, “não pretende reduzir a análise a um plano uniforme onde meramente se substituísse um conceito ‘nivelador’ de estrutura por outro conceito ‘nivelador’ que seria o de acontecimento” (1982, p.3). Um dos pontos que Foucault recusa no estruturalismo é a própria idéia de estrutura, que é invariável e formal. Ele volta-se para relações historicamente variáveis, como poder, que são correlações transformáveis e detectáveis, buscando, enfim, o estabelecimento de relações entre os discursos, entendidos aqui não só como texto escrito, mas também como práticas sociais.

Segundo Rabinow e Dreyfus Foucault tenta eliminar a análise estruturalista, pois esta elimina a noção de sentido “substituindo-o por um modelo formal de comportamento humano que apresenta transformações, governadas por regras, de elementos sem significado” (1995, p. XX). Os estruturalistas procuram agrupar cientificamente elementos como conceitos, ações, classes de palavras, regras ou leis eliminando, assim, o sujeito e o sentido das suas análises. Foucault analisa o discurso como um domínio autônomo.

Rabinow e Dreyfus (ibid., p. XX) defendem ainda a idéia de que Foucault está além do estruturalismo pois a busca pelo sentido está presente em suas interpretações discursivas, porém ele não está procurando estruturas fixas e formais nas suas análises. Ele também está além de uma Hermenêutica do Sentido, pois não está interessado numa interpretação profunda do sentido do ser das coisas como desvelador da verdade. Está preocupado com o sentido dos discursos presentes nas práticas sociais, discurso que sofre transformações históricas e modifica a atuação do homem em sociedade, sendo também modificado por esta mesma atuação do homem. Para Foucault, não existe, como

acreditam os fenomenólogos, uma verdade oculta sobre o sujeito, que deve ser desvelada. O que existe são discursos que dizem sobre as verdades dos sujeitos. Rabinow e Dreyfus (ibid.) propõem, então, a idéia de que há, em Foucault, uma analítica interpretativa, que busca fazer um diagnóstico da sociedade contemporânea.

É possível dizer, deste modo, que no contexto da genealogia de Foucault, no qual a obra *História da Sexualidade – V. I – A Vontade de Saber* está inserida é o período que ele está mais distante do estruturalismo. Apesar de anteriormente, principalmente com a obra *História da Loucura na Idade Clássica*, ele ter “flertado” com esta linha de pensamento, na década de 1970 Foucault estará bastante distante dos pressupostos teóricos estruturalistas.

Vale agora trazer à luz a forma como a psicanálise é abordada durante a obra foucaultiana e demonstrar como esta é tratada em seus diferentes momentos.

A princípio, como afirma Birman, deve-se ter claro que a multiplicidade é marca do pensamento de Foucault a respeito da psicanálise. Ele explica essa marca do pensamento foucaultiano através de uma metáfora: “Estamos diante de um caleidoscópio, no qual múltiplas apresentações se fazem de maneira aleatória, sem que exista absolutamente um plano prévio de conjunto” (2000, p. 32). Esta multiplicidade permite entender porque Foucault não considera a psicanálise possuidora de uma essência.

Para estudar a ligação entre biopolítica e psicanálise será traçado rapidamente o percurso que as análises foucaultianas seguem tendo a psicanálise como tema, até chegar nas argumentações sobre a biopolítica realizadas no final da *História da Sexualidade-V. 1 – a Vontade de Saber*.

Desde seu primeiro trabalho, *Doença Mental e Psicologia* (1962), Foucault dedica parte de sua análise à contextualização social e temporal da psicanálise. O tempo a

que se refere em sua contextualização é o presente e não o passado. Não é o tempo de seu surgimento, mas o tempo de sua aplicabilidade. Ele se interroga a respeito da interlocução deste saber com outros saberes sobre a loucura, tais como a psiquiatria, a medicina e até mesmo a filosofia. *Doença Mental e Psicologia* foi inicialmente publicado com o título *Maladie Mentale et Personnalité*, em 1954, sob encomenda de Louis Althusser e, como diz Eribon (1990), é uma obra bastante modesta.

*Doença Mental e Psicologia* é, na verdade, uma reedição, ou melhor, uma releitura de *Maladie Mentale et Personnalité*. Após o lançamento de *História da Loucura na Idade Clássica* (1961) Foucault é convidado a relançar seu primeiro livro, porém ele se recusa a fazê-lo uma vez que tal livro critica severamente a psicanálise, e como membro do partido comunista na época traz uma forte influência marxista para o texto, dedicando um capítulo inteiro a Pavlov e à ciência psicológica materialista. Assim, proíbe sua reedição. Em 1962, um ano após o lançamento de *História da Loucura na Idade Clássica*, Foucault revê todo o material de *Maladie Mentale et Personnalité*, suprime todo o capítulo que trata da psicologia pavloviana e o lança com um novo título: *Maladie Mentale et Psychologie* (Doença Mental e Psicologia). Em entrevistas ou ocasiões semelhantes, irá sempre identificar *História da Loucura na Idade Clássica* como sendo seu primeiro livro, renegando completamente *Maladie Mentale et Personnalité*.

Foucault afirma que a psicanálise, bem como os outros discursos e saberes sobre a loucura, criam conceitos e etiologias para explicar a loucura. Para ele “parte da obra de Freud é comentário das formas evolutivas da neurose (1994, p. 27). Com isso, a psicanálise fixa seu modo de ver e entender a loucura, configurando-se como um modo novo e único que se insere no debate sobre o tema.

Esse modo da psicanálise entender a loucura baseia-se numa psicologia da evolução interessada na evolução das estruturas afetivas e numa psicologia da história

individual, que retoma a história da origem do sintoma, repete uma angústia e reencontra fantasmas do passado.

Para Foucault, uma das importantes contribuições de Freud foi possibilitar uma linguagem comum entre a razão e a desrazão. A loucura passou a ser entendida no campo das neuroses, ou melhor, no campo das defesas psicológicas, que é justamente o ponto comum entre a razão e a desrazão.

Nesse diálogo, ou linguagem comum entre razão e desrazão, aparece uma relação não moralizável que, segundo Foucault, é o que fundamentalmente diferencia a psicanálise das psicologias. Foucault afirma então: “O que se chama ‘doença mental’ é apenas **loucura alienada**, alienada nesta psicologia que ela própria tornou possível” (1994, p. 27). A psicanálise é, para esse autor, efeito e causa de um rebaixamento do limiar de sensibilidade à loucura ocorrido a partir de meados do século XIX.

É importante notar que em sua obra *Doença Mental e Psicologia*, Foucault já aponta para a diferenciação entre psicanálise, psicologia e psiquiatria, que será explicitada em *História da Loucura na Idade clássica*. Foucault declara não apenas uma diferença de método e de visão de homem, mas também uma diferença no entendimento da loucura e, conseqüentemente, em seu papel social. Parece, até aqui, que a psicanálise trouxe uma nova forma de falar da loucura, e mais: uma nova forma de ouvir o louco e de fazer a loucura falar.

Em 1961, no período em que esteve trabalhando para o governo francês em Uppsala, na Suécia, Foucault escreve sua tese de doutorado, finalizando-a em Varsóvia, na Polônia. Posteriormente, essa tese foi publicada em forma de livro sob o título de *Folie et Déraison. Histoire de la Folie à l'âge Classique* e, em 1972, foi reeditada apenas como *Histoire de la Folie à l'âge Classique*. Eribon (1990, p. 145) afirma que Foucault, no

período dessa publicação, e depois dela, já havia abandonado o marxismo, tema presente em *Maladie Mentale et Personnalité*, e estava apegado a Freud e continuava citando Lacan freqüentemente.

Roudinesco (1988) lembra-nos que Foucault, ainda desconhecido, lança seu livro *História da Loucura na Idade Clássica* um ano após o colóquio de Bonneval, que fora organizado pelo psiquiatra Henry Ey, com o intuito de confrontar a psiquiatria, a psicanálise e a filosofia. A historiadora afirma que “os enunciados desse jovem filósofo desfecham um golpe fatal no moderno saber psiquiátrico” (1988, p. 330), de modo que a nova visão de loucura presente em seu livro irá favorecer a reformulação lacaniana da psicanálise. Foucault, ao retornar para a loucura como *Logos*, reduz a noção de progresso da psiquiatria. Afirma ainda Roudinesco: “depois de Bonneval, os internos se encaminharão para os divãs, de preferência lacanianos, enquanto lêem a História da Loucura” (ibid., p. 330).

O sucesso de *História da Loucura na Idade Clássica*, na França, é imediata. Já durante os anos de 1962 e 1963 ele será adotado por Louis Althusser na Escola Normal Superior (ENS). Os anos 1960 são fecundos na França, o estruturalismo surge como um movimento de idéias, “a doutrina lacaniana aparece como uma abertura *científica* para a descoberta freudiana” (ibid., p 398). Toda essa efervescência prepara terreno para, em maio de 1968, acontecer a revolta estudantil.

Henri Ey, que pensa a História em termos de evolução, chama a *História da Loucura* de “psiquiaticida”. Em 1969, como diz Roudinesco, Ey dedica um colóquio à “concepção ideológica da *História da Loucura*” (ibid., p. 254) ao qual Foucault é convidado e não aparece.

Em *História da Loucura na Idade Clássica*, como afirma Birman (2000, cap IV), a intenção de Foucault é constituir uma arqueologia da questão da loucura no Ocidente, retomando, na realidade, a constituição da tradição psiquiátrica.

É notório que a loucura nem sempre foi vista como doença do modo como é entendida ainda hoje nos termos médicos. Havia, no Renascimento, uma experiência trágica da loucura, em que esta tinha um lugar no discurso da verdade.

Num dado momento histórico, quando se estabeleceu a primazia da racionalidade, a loucura foi desqualificada e perdeu o posto de comunicadora da verdade, que tinha durante o Renascimento, época na qual a loucura era elemento de um saber difícil, fechado e esotérico, como analisa Foucault em *História da Loucura na Idade Clássica*.

Como ressalta Birman (2000), com a emergência da filosofia do sujeito, que salienta a importância da razão, a desrazão, lugar ocupado também pela loucura, passa a ser o Outro da razão. Afirma também que no século XIX a psicanálise se configura como mais um saber sobre a loucura e não há nenhuma ruptura significativa desta com a psiquiatria e nem com outros saberes da época. Desse modo, o surgimento da psicanálise não faz com que o louco deixe de ser como o Outro, aquele que é externo, aquele que é impedido de agir como os outros. O louco é, nas palavras de Foucault: “o Outro - no sentido da exceção-entre os outros-no sentido do universal” (1999, p. 183).

Apesar de Foucault considerar que Freud inaugurou uma linguagem comum entre a razão e a desrazão, diz que a psicanálise não deixou de ser mais um saber sobre a loucura, o que não traz rupturas com a psiquiatria.

Segundo Foucault, o freudismo não permitiu uma nova experiência da loucura, uma experiência que tornasse possível um entendimento diferente daquele que a

considerava doença mental. Ele associa Freud a uma psiquiatria da observação, que produz, através do diálogo com o louco, um vocabulário específico. A psicanálise desencarcera a linguagem do louco dos asilos e a encarcera na relação assimétrica e monologada do *setting*, com suas paredes e grades às quais o louco não pode se opor. Seus atos falhos, chistes e vícios de linguagem são vigiados, esquadrihados e, finalmente, interpretados.

Na leitura que Foucault faz da obra de Freud, há dois aspectos que devem ser levados em consideração: um primeiro, que segue o eixo de como a psicanálise percebe o louco, que encara a relação médico-paciente com seriedade e sem tentar ocultar o paciente em uma teoria psiquiátrica e, um segundo, que desmistifica as figuras repressoras e silenciosas do asilo. Por outro lado, a psicanálise, ao considerar a personagem do analista, traz para esta uma imagem quase divina, fazendo do psicanalista um juiz punidor e recompensador, com olhar absoluto e um silêncio sempre contido. A psicanálise trouxe para o analista uma “ausência que é também presença total, todos os poderes que estavam divididos na existência coletiva do asilo” (FOUCAULT, 1999, p. 502). Freud libertou o doente da existência asilar, porém “não o libertou daquilo que havia de essencial nessa existência; agrupou os poderes dela, ampliou-os ao máximo, ligando-os nas mãos do médico” (ibid., p. 503). Na psicanálise o analista continua sendo uma figura alienante.

Em 1963, Foucault publica o *Nascimento da Clínica*, obra que, para Eribon (1990, p. 156), é a continuação de *História da Loucura* e “uma transição para os livros seguintes” (ibid., p. 157). Para esse autor, nessa obra estão presentes elementos de história estrutural, mas ela não causou grandes repercussões, a não ser por Lacan ter dedicado a ela uma sessão inteira de seus seminários. Nesse período Foucault frequenta

a casa da família Lacan, e talvez devido à sua aproximação com Lacan, quando se referencia à psicanálise é majoritariamente do lacanismo que ele está tratando.

Birman (2000) afirma que, em *O Nascimento da Clínica*, Foucault mantém sua crítica à psicanálise e derruba mais uma vez um mito constitutivo da mesma, como já havia feito em *História da Loucura na Idade Clássica*. Desta vez ele sugere que há uma continuidade entre o dispositivo da clínica e o dispositivo da experiência psicanalítica, contestando o mito de que a psicanálise marca uma ruptura com a medicina. Ainda para esse autor, Foucault considera a psicanálise como uma das técnicas de exame presentes na clínica moderna<sup>8</sup>. Há, assim, uma continuidade entre a psicanálise e a medicina clínica que se encontra “no campo das técnicas do exame da individualidade inventada pela clínica” (ibid., p. 47).

A psicanálise parece não se diferenciar da medicina, pois quando Freud estuda as histéricas, tenta tirá-las de uma experiência negativa, uma vivência do não-ser, para trazê-las a uma experiência positiva, ou melhor, trazê-las para a vivência da experiência normal. Freud inicia seus estudos a partir da negatividade dos sujeitos, tendo como objetivo uma positividade que já havia sido eleita pelo saber médico anteriormente. Nesse sentido, ele não se desvincula da clínica médica.

Para estudar a histeria, Freud precisa localizar um ponto de regularidades nas histéricas, já que não há nenhuma irregularidade no corpo histérico, corpo aqui entendido como fisiológico. Ele instaura um novo campo de regularidades: a sexualidade - que passa a ser também um campo de positivities, um campo de normalização.

Para Birman (2000), a psicanálise, não diferente da medicina de seu tempo, desenvolve seu olhar sobre os signos dos sintomas a fim de afirmar-se como ciência. Não

---

<sup>8</sup> Serão Discutidos no item F d capítulo II desta dissertação, as definições dadas por Foucault ao conceito de exame

é a toa que esta tem na clínica toda a sua sustentação. É na clínica que todos os sintomas se desenvolvem como linguagem, que deve ser interpretada pelo psicanalista. O que se olha é duplamente visto. Primeiro olha-se o sintoma na sua manifestação pura e simples e, depois, o observador olha a sua observação e a interpreta, trazendo a verdade do sintoma.

É nesse jogo de olhar, que aproxima a psicanálise da medicina, que se baseia a tentativa de produzir um saber científico sobre o sujeito. Transformar o sintoma em signo é o caminho que, tanto a medicina quanto a psicanálise, encontraram para chegar à verdade do ser.

Existe um aspecto social, segundo Foucault (1998b), que justifica a doença ter se tornado objeto de estudo. Para que se cure os doentes é necessário que haja aquele que se propõe a curar. Deste modo, só pode haver cura da doença em sociedade. Isso justifica que o mal de uns transforme-se em objeto de estudo para propiciar a cura de outros. É inevitável que a administração da cura e a produção de saber sobre a doença estejam sujeitas a regras morais e investidas de poder, pois, assim, estão controladas todas as relações sociais.

Em 1966 Foucault lança *As Palavras e as Coisas* obra que, segundo Roudinesco (1988, p 434), traz uma nova face ao estruturalismo e torna-se campeã de vendagem. Nota-se pela afirmação de Roudinesco, que em 1966 Foucault ainda está próximo do Estruturalismo, e não se pode deixar de lembrar que a partir de *As Palavras e as Coisas*. Inicia-se uma discussão a respeito de Foucault ser ou não estruturalista, questão esta ampla e bastante importante para o campo da filosofia e da epistemologia. Fica aqui, de modo ilustrativo, apenas apresentado, e é dado seguimento ao estudo no modo como Foucault vinha apresentando a psicanálise.

Segundo Eribon esta é uma obra difícil de Foucault, destinada a um público restrito, na qual ele parece se dirigir contra Sartre e Merleau Ponty. Esse autor afirma que *As Palavras e as Coisas* “é antes de mais nada um gesto de recusa, de rejeição da fenomenologia” (1990, p. 161). Nessa obra, lançada no auge do movimento estruturalista, Foucault questiona as ciências humanas e oferece um lugar especial à psicanálise, fazendo uma análise diferente da que vinha realizando até então. A psicanálise, agora, é analisada como um desdobramento no campo das ciências humanas, e sendo colocado em jogo o conceito de inconsciente.

A importância de colocar o conceito de inconsciente em jogo deve-se ao fato de a psicanálise, diferentemente das ciências humanas que existiam até o seu advento e que estavam preocupadas em conhecer a verdade do sujeito na sua consciência, afirmar que essa verdade está oculta e deve ser interpretada. Para Foucault, esse deslocamento influenciou muito as ciências humanas, como a Antropologia e a Sociologia, que, passaram a considerar o inconsciente um *logos* em algumas de suas vertentes.

Esta influência faz com que a psicanálise não seja mais um saber exclusivo do campo das ciências psi, sendo seu instrumental, sua argumentação, utilizados e discutidos em várias outras ciências humanas, por isso é cabível a discussão, na sociologia, do papel político que ela exerce na sociedade contemporânea.

É também em *As Palavras e as Coisas*, que fica claro que, para Foucault, há diferença quando ele se refere a Freud e à psicanálise. Há uma separação clara entre a subjetividade do autor e a sua obra. Procurar-se-á esclarecer essa diferença a partir de agora, pois tal esclarecimento elucidará o restante do texto.

Foucault, em uma conferência proferida na Sociedade Francesa de Filosofia, em 1969, publicada com o título *O que é um Autor?*, analisa de forma cuidadosa o conceito

de “autor” e tenta responder à pergunta: o que se quer dizer quando se afirma que: “o autor é Fulano.”

Pode-se dizer que o nome de um autor não é apenas uma referência ou uma indicação, pois ele tem funções, equivalendo a uma descrição. Foucault afirma que “quando dizemos ‘Aristóteles’, empregamos uma palavra que é o equivalente a uma só ou uma série de descrições, definidas por gênero: ‘o autor dos *Analíticos*’ ou ‘o fundador da ontologia’ etc” (2000, p. 42). Vale considerar que o nome do autor não é apenas uma indicação. Não é como se estivesse apontando um dedo e anunciando um nome, pois no nome do autor existe uma descrição e também uma designação.

Com base na análise foucaultiana, pode-se afirmar que autor é uma das possíveis funções do sujeito que se modifica e se constrói dentro do contexto histórico, cultural, espacial e temporal, permitindo que os diversos discursos circulem e sejam recebidos por uma sociedade.

Foucault chama os autores que criam um novo campo de circulação de discursos, de “fundadores de discursividade”. Eles são autores que produziram mais do que seus livros, eles produziram “a possibilidade e a regra de formação de outros textos” (ibid., 2000, p. 68). No século XIX, tem-se Freud e Marx como exemplo desses autores, que estabeleceram uma possibilidade infinita de discursos com seu conjunto de obras. Deste modo, dizer que Freud fundou a psicanálise quer dizer que ele “tornou possível um certo número de diferenças relativamente aos seus textos, aos seus conceitos, às suas hipóteses que relevam do próprio discurso psicanalítico” (ibid., p. 60).

Assim, como afirma Birman (2000), Foucault coloca o saber psicanalítico como uma forma de discursividade dentre as que inauguram o pensamento moderno e possibilitam a existência das ciências humanas na modernidade.

Freud, segundo Foucault (1999b), foi o primeiro que, na tentativa de apagar a divisão entre positivo e negativo, anunciou a passagem de “uma análise em termos de função, de conflito e de significações para uma análise em termos de norma, de regras e de sistemas” (p. 499).

A psicanálise traz para o pensamento moderno a possibilidade do inconsciente no campo das representações, diferenciando-se das ciências humanas existentes até então. Enquanto estas voltam as costas para o inconsciente, esperando que este se desfaça à medida que se faz a análise da consciência, falando apenas no elemento representável, a psicanálise dirige-se ao inconsciente a fim de transpor a representação e extravasá-la até a finitude, trazendo o consciente-inconsciente como uma nova dimensão.

Porém, segundo Foucault, a psicanálise não pode se desenvolver como uma teoria geral do homem, ou como uma antropologia, já que, pelo caminho do inconsciente, não se pode atravessar todo o campo das representações. A psicanálise não pode assumir a “forma de uma ciência empírica construída a partir de observações cuidadosas” (ibid., p. 521). Essa travessia pelo campo das representações só pode ser feita “no interior de uma prática em que não é apenas o conhecimento que se tem do homem que está empenhado, mas o próprio homem” (ibid., p. 521). A razão ocidental assume, com isso, um campo de representações que o homem faz do homem, necessitando das ciências do inconsciente para se dirigir ao que é fora do homem.

Deste modo, como analisa Birman (2000), com Freud a psicanálise promove a descentralização do sujeito do eu e da consciência, anunciando uma hermenêutica do sintoma e deslocando o centro para as formações do inconsciente. Assim, a figura do intérprete, do homem que lê o próprio homem, fundamenta-se e se faz necessária.

Em *As Palavras e as Coisas*, a psicanálise é entendida como uma forma de discursividade que desloca o centro da teoria das representações, introduzindo o conceito de inconsciente de forma nova e fazendo com que se inaugure uma nova hermenêutica, na qual o homem é intérprete de si mesmo. Dessa forma, seria impossível chegar à totalidade do campo das representações, o que antes era possível através de uma ciência empírica, na qual sujeito e objeto não coincidem. Freud cria um novo campo de discursividade que influencia não só as ciências humanas, mas todo o pensamento moderno.

Em 1969 Foucault lança *Arqueologia do Saber*”, obra em que, segundo Eribon (1990, p. 173), Foucault pretende se afastar das marcas do estruturalismo e desfazer os equívocos surgidos da leitura de *As Palavras e as Coisas*.

Na década de 1970, Foucault altera seu método de análise e avança de uma arqueologia para uma genealogia. Obviamente essa mudança tem conseqüências nas análises e leituras que ele realiza da psicanálise. Novos elementos conceituais são introduzidos, dentre eles o de Poder<sup>9</sup>. A psicanálise, como se verá, será entendida como um dispositivo a partir desse momento. A instituição psicanalítica, muito mais que Freud, será analisada e estudada por Foucault de um modo diferente do que se fazia até então.

Como aponta Birman (2000), em *Vigiar e Punir*, obra de 1975, Foucault desenvolve sua genealogia primeiramente no campo da criminalidade e do criminoso. Inicia a sua análise pelo poder do soberano, o poder do rei, e principalmente pela passagem deste para o poder disciplinar-aquele que se exerce dentro das prisões, conventos, exércitos e todas as instituições totalitárias.

---

<sup>9</sup> Esse conceito toma contornos próprios nos trabalhos de Foucault e será de grande importância para o estudo que está sendo realizado; por ora ele está aqui anunciado como característica que marca um período da obra de Foucault e será pormenorizado no capítulo II, item D.

Birmam sugere que nessa obra há dois pontos críticos referentes à psicanálise. O primeiro é a passagem do poder soberano para o poder disciplinar, que desloca o foco do crime para o criminoso. Para que isso seja possível é necessário conhecer o criminoso, perguntar-se a respeito de sua alma. Faz-se necessário, então, tecer uma psicologia e uma psiquiatria do criminoso, o que, em outras palavras, significa uma psicologização ou psiquiatrização da criminalidade. Nesse momento teórico, como já foi dito anteriormente em *História da Loucura na Idade Clássica*, Foucault afirma a existência de uma continuidade entre a psiquiatria e a psicanálise como forma de tratamento moral. O segundo ponto crítico refere-se à enunciação de uma nova teoria do olhar. Uma teoria que trata do olhar que vigia, uma novidade que aparece na passagem do poder soberano para o disciplinar. Foucault desenvolve a idéia do olhar que tudo vê, sempre presente e sempre preciso.

Em *Vigiar e Punir* Foucault mostra como, através da disciplina e como efeito de um poder, o indivíduo torna-se um objeto dócil e útil. Desta forma, segundo a análise de Foucault, a prisão representa uma forma de objetivação bastante apurada, já que tem uma tecnologia política sobre o corpo.

Em sua obra seguinte, em 1976, *História da Sexualidade-V. 1-A Vontade de Saber*, Foucault retoma um projeto antigo de escrever uma história da sexualidade cruzando-a com um problema atual. Ele estuda a constituição do indivíduo moderno não mais como objeto, mas como sujeito, ou melhor, estuda como o indivíduo constitui-se como sujeito de uma sexualidade.

Assim, seu projeto de trabalho sobre a história da sexualidade é retomar a história de como se colocou a questão da sexualidade nos discursos científicos, morais, políticos e econômicos (FOUCAULT, 2001b, p. 87-8).

Eribon afirma que a *História da Sexualidade-V. 1-A Vontade de Saber* marca a “ruptura com a psicanálise, efetuada por Foucault. E em especial com a psicanálise lacaniana” (1990, p. 252). Isso porque, Foucault entende que Freud cria um espaço para as pessoas falarem sobre “seus sexos”, mas, concomitantemente, também cria um espaço para o nascimento de uma racionalidade sobre o sexo; um espaço para o sexo falar, ao mesmo tempo em que cria um espaço para se ouvir o sexo. Segundo Mezan, essa obra é a mais apropriada para se pensar a psicanálise, pois é nela que Foucault apresenta uma “arqueologia da psicanálise” (1985, p. 36).

É interessante notar que a arqueologia da psicanálise feita por Foucault marca exatamente a sua ruptura com o lacanismo, e em *História da Sexualidade – V. 1-A Vontade de Saber*, ele critica a psicanálise colocando-a na berlinda.

Ao redor do sexo construiu-se um imenso aparelho, a fim de produzir uma verdade. O sexo não é mais só objeto de sensação e prazer, mas também de verdade e falsidade. A verdade do sexo torna-se essencial e o sexo torna-se objeto de verdade. Deve-se considerar que as descobertas de Freud não marcam uma nova racionalidade, mas a formação progressiva desse jogo da verdade e do sexo.

Na obra foucaultiana, pode-se notar, enfim, que a psicanálise é abordada em três contextos diferentes: inicialmente como discursividade, posteriormente a discussão feita centra-se em Freud como autor e, por fim, a psicanálise é considerada como dispositivo.

É possível perceber que, para Foucault, não se pode misturar Freud e a psicanálise, pois para ele são dois temas diferentes. Freud é entendido como fundador de uma discursividade, já a psicanálise, principalmente em seu âmbito clínico, torna-se facilmente uma tecnologia de poder. Quanto a esta, Foucault afirma:

a psicanálise não é uma ciência, é uma técnica de trabalho de si sobre si, fundada na confissão. Neste sentido, é igualmente uma técnica de controle, dado que ela cria um personagem estruturando-se em torno de seus desejos sexuais. Isso não implica que a psicanálise não possa ajudar ninguém. O psicanalista tem pontos em comum com o xamã nas sociedades primitivas. Se o cliente confere credibilidade à teoria praticada pelo xamã, ele pode ser ajudado. Assim também acontece com a mistificação, porque ela não pode ajudar ninguém que não creia nela, o que subentende relações mais ou menos hierárquicas (1999c, p. 310).

Hutton (1988, p. 133), afirma que o método psicanalítico deriva de antigas formas de auto-ajuda camufladas por um vocabulário médico. A psicanálise possibilita um lugar para as pessoas falarem dos seus sexos e tentarem encontrar uma verdade sobre esse sexo por meio da interpretação. Temos, assim, mais um mecanismo de poder, que agora autoriza o analista a ouvir os discursos e, trazer a verdade sobre o sujeito que os anuncia através da interpretação. Finalmente, ao localizar as sexualidades anormais e fazer sua interpretação, a psicanálise aponta para um tratamento do sujeito de sexualidade desviante.

É tomando a psicanálise como um meio de colocar o sexo em discurso, idéia desenvolvida na *História da Sexualidade-v. 1—A Vontade de Saber*, que este saber parece estabelecer ligações com um funcionamento político da sociedade. Os estudos desta dissertação debruçar-se-ão sobre esta questão, tentando elucidá-la através do pensamento foucaultiano.

Apenas em 1984 Foucault lança o segundo e o terceiro volume de sua *História da Sexualidade*. O projeto inicial foi totalmente remanejado, já que Foucault pretendia fazer uma arqueologia da psicanálise, mas nesses dois volumes passa a “procurar no cristianismo e na doutrina da confissão o local de nascimento do ‘discurso sobre a sexualidade’” (Eribon, 1990, p 297). Deste modo, a história da sexualidade de Foucault “torna-se uma história das técnicas de si, uma genealogia do ‘sujeito’ e dos modos segundo os quais ele se constitui no alvorecer da cultura ocidental” (ibid., p. 299).

Nos volumes II e III de sua *História da Sexualidade – O uso dos Prazeres e O Cuidado de Si*, Foucault irá estudar a ruptura em relação à Antigüidade representada pela ética cristã. Como afirma Birman: “na tradição da Antigüidade teria existido uma ética fundada no *cuidado de si* e na *estética da existência*, enquanto que desde o cristianismo foi estrategicamente montada no Ocidente uma moral centrada na *culpa* como valor” (2000, p. 80).

Muitos autores, tais como Birman e Jurandir Freire Costa, em diversos artigos que relacionam a obra de Foucault com a psicanálise, vêem nesse período uma possibilidade de colocar em perspectiva as análises que Foucault realizou no Vol I da *História da Sexualidade*.

Nos estudos dos V. II e III, como diz Fonseca, Foucault ressalta “as formas de constituição da individualidade no presente diante do estudo da constituição ética do sujeito moral na Antigüidade” (1995, p. 129). Desse modo, Foucault destaca uma questão importante na contemporaneidade que é a constituição ética do sujeito.

Como já foi dito, essas obras representam a maturidade de Michel Foucault e pode-se dizer que estão entre as obras de leitura mais difícil desse autor tão complexo. Na tentativa de realizar uma leitura para esta dissertação foi necessário assumir a dificuldade da obra, e manter a análise apenas no volume I e reconhecer as conseqüências que esta escolha traz. Fica para uma próxima oportunidade o aprofundamento e discussão desses dois últimos volumes de uma obra inacabada que, certamente, perspectivará e talvez abrandará as análises aqui realizadas.

## Capítulo II – Para uma Arqueologia da Psicanálise

### A. Contornos do Problema em *História da Sexualidade-V. 1 – A Vontade de Saber*

No capítulo anterior foram rapidamente abordadas as questões levantadas em torno da psicanálise ao longo da obra de Foucault, e pôde-se perceber uma multiplicidade de visões.

A partir de agora a leitura será centrada nos conceitos apresentados em *História da Sexualidade-V. 1 – A Vontade de Saber*, pois é nessa obra que a psicanálise é entendida como dispositivo articulando-se com os conceitos de biopolítica, biopoder e sexualidade. E é justamente na articulação entre esses conceitos e a psicanálise que se deseja centrar os estudos para esta dissertação.

Assim, far-se-á agora uma atenta elucidação dos conceitos presentes na obra citada, que se faz necessária para que se construa, juntamente com Foucault, os conceitos e questões que pautam sua história da sexualidade e, conseqüentemente, sua crítica à psicanálise.

No primeiro capítulo de *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*, Foucault apresenta a problemática de sua pesquisa, bem como alguns conceitos e idéias que serão desenvolvidos ao longo do trabalho.

Pode-se notar, nesse primeiro momento, por quais lugares teóricos a pesquisa irá circular, quais as questões que ela tentará responder e qual o método utilizado por Foucault para responder a essas questões.

Neste capítulo serão apresentadas as questões que norteiam a obra que será analisada e por quais sendas Foucault encaminhará sua discussão.

No início da *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*, Foucault diz que, considerando o caráter contido e pudico das condutas contemporâneas, no que se refere à sexualidade, o regime vitoriano parece vigorar ainda hoje.

O regime vitoriano no século XIX é um marco na história da sexualidade. Acreditava-se que, no século XVII não havia tantos segredos em torno do sexo e os códigos que determinavam as condutas sexuais e do corpo eram frouxos se comparados com os do século XIX. No século XVII nota-se uma maior exposição do corpo, sem que isso provocasse muitos escândalos ou vergonhas. Como afirma Foucault: “os corpos ‘pavoneavam’” (2001, p. 9).

O século XIX é representado por uma burguesia vitoriana que encerra o sexo dentro da instituição familiar, diferentemente do que se via no século XVII. No período vitoriano há um lugar para o sexo: o lar familiar, mais precisamente a cama do casal. O casamento absorve o sexo dando a ele uma função: a reprodução. Fica vetado dizer algo sobre o sexo fora desse lugar onde ele está encerrado. Cria-se uma norma. Não se tem o direito de falar sobre sexo fora do quarto dos pais. Em sociedade deve-se esconder os corpos e limpar os discursos de palavras indecentes. E quem insiste em falar ou se mostrar mais do que permite a lei ditada pelo matrimônio, paga o preço de ser entendido como anormal e sofre sanções.

Essa idéia de repressão pode ser percebida por dois tipos diferentes de proibições: as de que alguns falem sobre sexo e as de se falar sobre sexo em certos lugares. Essas proibições criam instâncias nas quais se deve silenciar sobre o sexo e ao fazê-lo através da repressão, fica posto que sobre isso, “não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (ibid., p. 10).

No entanto, há lugares onde a sexualidade ilegítima tem voz sem perturbar o silêncio trazido pela repressão. O *rendez-vous* e as casas de saúde são exemplos desses locais que continham a sexualidade ilegítima, que estava fora dos circuitos de produção capitalista e que por isso, deveria gerar lucro.

Após dois séculos de sexualidade baseada na repressão, é possível nos considerarmos libertos? Parece que muito pouco. Foucault afirma que Freud talvez tenha trazido alguma liberação, mas nota-se a existência de uma prudência e de uma preocupação em garantir que a psicanálise tenha um discurso científico, colocando esse discurso sobre o sexo no protegido *setting* do analista. Pode-se perguntar se há, na teoria freudiana, alguma intenção de liberação. Em uma entrevista intitulada “Hospícios, Sexualidade, Prisões”, Foucault (1975, p. 30-3) responde dizendo que a psicanálise era vista como um instrumento de liberação do inconsciente e da sexualidade até a obra *O Anti-Édipo*, de Deleuze e Guatarri (ibid., p. 32).

Não se deve esperar de uma prática como a psicanálise e nem do discurso teórico que dela provém, toda uma nova economia de poder que sustente essa suposta liberação. Nessa lógica da repressão não cabe à psicanálise liberar a sexualidade. Essa é uma tarefa demais custosa para ser realizada somente por ela.

Está claro que há um discurso que sustenta a repressão e pode-se perguntar em que se baseia esse discurso. Foucault formula algumas hipóteses, como será visto a seguir.

Foucault quer verificar se a origem do capitalismo e a ordem burguesa, ou melhor, os modos de produção podem justificar esse discurso que afirma a repressão do sexo, uma vez que nele o sexo é entendido como incompatível com a força de trabalho. O prazer pode fazer dissipar uma energia que deve se voltar para a produção.

Outra hipótese de Foucault para a manutenção dessa posição é que seria mais fácil analisar uma suposta repressão do que decifrar o sexo e seus efeitos.

Uma terceira hipótese que sustentaria esse discurso da repressão remeter-se-ia às causas políticas que dele se originam e que o mantém, criando honrarias e postos para se falar de sexo.

Foucault estuda, em sua História da Sexualidade, a hipótese que ele chama de benefício do locutor. A partir do século XIX, aceitando a idéia de que o sexo é reprimido e posto em silêncio, quem fala dele ganha pompas de transgressor, ganha poder e desordena a lei. Assim, ao se falar sobre sexo, forma-se toda uma solenidade. Ainda hoje se fala de sexo fazendo pose, através de um discurso muitas vezes técnico, diferente do discurso chulo, que sofre as sanções da lei. O locutor apresenta uma promessa de liberdade, como uma revolta. Promete uma nova lei. Aquele que fala sobre sexo ganha poder.

A idéia de repressão ao sexo mantém o desejo de se falar sobre ele, de vencê-lo, de dar voz àquilo que ela cala. Traz o desejo de “falar contra os poderes, dizer a verdade e prometer o gozo” (FOUCAULT, 2001. p. 12).

Transgredir e subverter a lei que tira o sexo do discurso estimula que se fale dele em termos de repressão. Essa transgressão traz também um valor mercadológico, criando espaços e lugares nos quais se pode falar sobre sexo. Colocar-se à disposição para escutar aquele que deseja ir contra a repressão e confessar sua sexualidade tem um preço. Assim, manter a lógica da repressão torna-se financeiramente interessante no discurso do sistema capitalista.

O que parece manter a idéia da repressão em nossos dias é “a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de uma felicidade” (ibid., p. 13) estarem ligados no discurso sobre o sexo.

Entender o sexo como reprimido não é só uma construção teórica. Na realidade, há “um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro” (ibid., p. 13). Deste modo, dizer que o sexo não é reprimido é ir de encontro aos discursos que sustentam a repressão.

Foucault situa o problema de *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*, exatamente neste ponto. O objetivo de seus estudos nessa obra é tentar entender por que o sexo é colocado nesse sistema de discursos baseados na repressão. Seu objetivo não é só estudar esses discursos, mas também entender quais disposições os mantêm, ou seja, não é entender por que o sexo é reprimido mas por que afirmamos que ele é reprimido. Como conseguimos afirmar isso? Através de que meios? Qual lógica associa o sexo à idéia de pecado e por que hoje nos culpamos por termos colocado o sexo nessa lógica?

Pode-se notar, desde já, que ao estudar a colocação do sexo em discurso, Foucault refere-se a um modo de administrar o poder e, de alguma forma, isso se refere à psicanálise. O que interessa neste trabalho é verificar essa ligação entre a colocação do sexo em discurso e o poder, e se há relação dessa ligação com a psicanálise.

Contraopondo-se à proposta de Foucault, muitos afirmam que o sexo reprimido é uma evidência histórica e que a repressão é confirmada pelo tanto de tempo que se fala dela. É de se esperar, porém, que o poder reprima qualquer tentativa de dizer o sexo fora do discurso da repressão, pois isso fere todos os seus mecanismos.

Foucault irá encarar toda essa teoria da repressão como uma hipótese. Ele chamará de hipótese repressiva todo argumento e pensamento que sustenta e se origina da idéia da uma repressão sexual.

Para ele, a hipótese repressiva levanta três dúvidas que devem ser investigadas:

- 1- Questão histórica: a repressão ao sexo é uma evidência histórica que acontece a partir o século XVII até os dias de hoje?
- 2- Questão histórico-teórica: o sexo, em nossa sociedade, é posto num regime de poder repressivo que o interdita, proíbe, nega?

3- Questão histórico-política: “o discurso crítico que se dirige à repressão viria cruzar com um mecanismo de poder, que incidira até então sem contestação, para barrar-lhe a via, ou faria parte da mesma rede histórica daquilo que denuncia (e sem dúvida disfarça) chamando-o ‘repressão’?” (ibid., p. 15).

Para resolver essas questões, Foucault não estabelece simplesmente uma contra-hipótese, afirmando o inverso do que a questão propõe. Não se trata de tentar provar que a hipótese repressiva é falsa.

O que Foucault objetiva é verificar o que coloca tal hipótese dentro de uma economia de discursos sobre o sexo. Pergunta-se por que se falou do sexo em termos de repressão, o que sustenta esse posicionamento, quais os efeitos, qual poder e quais os prazeres criados e mantidos ao coloca-lo dentro de um discurso de repressão. Pergunta-se quais são os saberes que se formam a partir disso. Em suma, Foucault se pergunta sobre “o regime de poder – saber – prazer que sustenta entre nós o discurso sobre a sexualidade humana” (ibid., p. 16).

Foucault pretende entender a “colocação do sexo em discurso<sup>10</sup>” (ibid., p. 16). Quem fala sobre sexo? De onde se fala? Onde se fala? Como? Em quais instituições? Mais precisamente, Foucault pretende estudar por quais discursos o poder atinge as condutas individuais, seus prazeres e seus desejos. Pretende perguntar quais as interdições e as incitações que essa economia de poder gera.

Não se trata, então, de revelar se essa economia de poder oculta ou desvela uma verdade do sexo, mas revelar qual a “vontade de saber” (ibid., p. 17) que lhe sustenta e instrumentaliza.

O objetivo é indicar que essa colocação discursiva, em vez de restringir, incitou discursos. Que essa técnica de poder, em vez de selecionar sexualidades, disseminou-as.

---

<sup>10</sup> Discurso é um conceito importante dentro da analítica foucaultiana e será apresentado mais adiante, no item B deste capítulo.

Que a vontade de saber não se limitou ao silêncio, mas, pelo contrário, constituiu uma ciência da sexualidade. Pode-se ainda perguntar se a psicanálise é uma dessas ciências da sexualidade que a vontade de saber constitui.

Foi apresentado acima o problema colocado por Foucault em *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*. Os conceitos aqui apresentados serão, no decorrer deste trabalho, pormenorizados. A apresentação destes conceitos faz-se importante para que se compreenda o papel da psicanálise no percurso da obra. Qual a ligação deste saber com a política.

A apresentação feita até então leva a pensar os questionamentos de Foucault na ordem da política, ou seja, as questões que se referem às influências do discurso sexual no âmbito da *Polis*. Agora algumas considerações acerca do método que norteará sua investigação serão feitas, a fim de resolver seus problemas.

A *História da Sexualidade – A Vontade de Saber* insere-se no que se chama período genealógico da obra foucaultiana, que é marcado pela entrada de Foucault no Collège de France, na década de 1970. Esse período compreende duas obras: a que está em análise e *Vigiar e Punir*.

Nesse período Foucault busca desenvolver a Genealogia do Poder, tendo como objetivo “determinar o lugar que ocupa a temática do sujeito, bem como sua importância em relação às noções de relações de poder e relações de forças” (ibid., p. 18). O que se tem então, na genealogia de Foucault, segundo Muchail (1982, p. 33), é um estudo dos efeitos de poder e da produção de verdade.

A genealogia busca explicar a existência e as transformações do saber, entendendo que todo saber tem sua gênese em relações de poder.

Segundo Machado, a genealogia busca explicar o aparecimento dos saberes, entendidos como elementos de um dispositivo essencialmente político, a partir das

condições de possibilidades externas a eles, “É, portanto, uma análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos” (1982, p. 188).

Para esse autor a genealogia de Foucault é a afirmação de que “o poder é produtor de individualidade, o indivíduo é uma produção do saber e do poder” (p. 196).

Conforme Rabinow e Dreyfus, Foucault pretende analisar “as formações discursivas específicas, sua história e seu lugar no contexto mais amplo do poder, a fim de avaliar suas afirmações como descrevendo a realidade” (1995, p. 130). O genealogista pergunta sobre a função histórica e política que as ciências do homem desempenham.

Este estudo não pretende fazer uma genealogia da psicanálise, mas sim entender o seu lugar na genealogia da sexualidade de Foucault. O intuito deste trabalho é verificar, a partir da genealogia realizada em *A História da Sexualidade – V. 1 – A Vontade de Saber*, as condições políticas que possibilitam o discurso psicanalítico.

## **B. O Sexo em Discurso-O Discurso Sobre o Sexo**

Desde o século XVII, época reconhecida como repressiva, acredita-se que falar de sexo é mais difícil. Para dizer qualquer coisa a seu respeito são necessários alguns cuidados a fim de extingui-lo em palavras, evitando até mesmo chamá-lo pelo nome. Estabelece-se um silêncio em torno do sexo.

Foucault contrapõe-se a essa idéia de mutismo, de silêncio, de censura, de retirada do sexo do discurso, afirmando que, na realidade, houve uma explosão discursiva. Claro que houve um refinamento do vocabulário. Criaram-se metáforas e alusões para se falar sobre sexo. Definiram-se lugares, momentos, pessoas e situações em que se podia ou não falar de sexo. Criaram-se regiões de silêncio e regiões onde regras para se dizer algo sobre sexo foram estabelecidas. Tem-se uma política restritiva da língua e da palavra.

Essa explosão discursiva criou discursos específicos sobre sexo. A partir do século XVIII, houve uma grande fermentação de discursos ditos ilícitos, aqueles que de uma forma ou de outra tentam burlar a proibição. Houve uma explosão discursiva dentro das instituições, locais de exercício de poder, no sentido de detalhá-lo. Fazer falar de sexo e ser ouvido. É o que acontece, por exemplo, com a confissão católica.

Antes de continuar a explicitação da confissão católica como discurso, faz-se necessário entender como Foucault pensa o conceito de *discurso*, conceito que possui contornos próprios.

Para ele, o discurso está na ordem das leis. A sua produção é “controlada, organizada, redistribuída por procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos” (FOUCAULT, 1999d, p. 8). A sexualidade e a política são os “pontos” nos quais os poderes são exercidos por meio de um discurso que, se mostrando claro, tenta ocultar uma verdade. O discurso não é só a ocultação do objeto, é também objeto de desejo, é aquilo pelo que se luta. O discurso é o próprio poder.

Rabinow e Dreyfus (1995) dizem que o significado de discurso, para Foucault, toma contornos diferentes conforme segue sua análise e nos diferentes livros de sua extensa obra. Na genealogia do poder, o discurso pode ser entendido como aquilo que se diz segundo determinadas regras de procedimentos e rituais de posicionamento. Discursos são proferidos de diversos lugares. Diversas instituições tais como a igreja, a lei, o Estado, e as ciências de um modo geral, proferem discursos de acordo com suas regras e normas. Foucault, segundo esses autores, tem interesse em analisar esses discursos produzidos sob determinadas regras e que acabam produzindo novas regras de normalidade.

O discurso tem, assim, um poder relacional. Em sua relação com a verdade, modifica-a e a produz e pode, ao mesmo tempo, ocultá-la. Por isso, para Foucault, discurso é poder e é objeto de análise. Segundo Rabinow e Dreyfus (1995), o que torna o

discurso objeto de análise é o fato de produzir o objeto sobre o qual fala. Foucault, ainda segundo esses autores, enfoca o discurso e aqueles que o pronunciam como objetos construídos pelos próprios discursos.

Retomando a confissão católica, Foucault considera que, da Idade Média até o século XVII, produziu-se um grande número de manuais de confissão, criando rituais que definem exatamente a posição de quem fala e de quem escuta, e também com qual minúcia se deve confessar e com qual interesse se deve escutar. Definem-se os cuidados, as discrições que se deve tomar ao se confessar e com quais questões se deve iniciá-la e terminá-la.

Com a confissão, deve-se perceber o sentido dos atos na alma e no corpo. Em sua evolução, a confissão cria um campo de saber sobre o sexo. Na realidade, aquilo que parece ser uma censura constitui uma aparelhagem de produzir discursos.

Com o crescente valor atribuído à confissão nos países católicos, suas regras configuram-se de maneira cada vez mais meticulosa. O exame de si, que a confissão produz, torna-se cada vez mais apurado. Tudo deve ser examinado, principalmente as insinuações da carne: “pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhes, no jogo da confissão e da direção espiritual” (FOUCAULT, 2001, p. 23). A carne torna-se a origem de todo o pecado.

Com a confissão, cria-se “um discurso obediente e atento” (ibid.), que evita mencionar o sexo diretamente, mas que solicita que se diga todos os desvios, todos os pecados, todos os desejos da carne. O sexo é posto em discurso.

A confissão ocupa um lugar privilegiado por revelar a verdade sobre o ser humano; afinal, baseia-se na idéia de que suas verdades profundas encontram-se dentro

do corpo e dos seus desejos. “É assim que os desejos, os pensamentos e as práticas sexuais se tornam matéria privilegiada de confissão” (FONSECA, 1995, p 87).

A confissão assume, então, um caráter interpretativo trazendo a idéia de que há uma revelação da verdade<sup>11</sup>. Trata-se de revelação da verdade que só se mostra por meio de uma decifração que só poderia acontecer pela tarefa conjunta daquele que fala com aquele que ouve. “O sexo confessado se constitui, assim, em matéria a ser interpretada” (ibid., p. 91).

Com a confissão instala-se no Ocidente a tarefa de se revelar tudo acerca do jogo dos prazeres: as sensações e os pensamentos, tudo o que “através da alma e do corpo tem alguma afinidade com o sexo” (FOUCAULT, 2001, p. 24). Com isso realiza-se, desde o século XVII, o projeto de colocar o sexo em discurso. Esse projeto é mantido pela regra do ideal cristão que obriga todo bom fiel a confessar não somente as transgressões da lei mas tornar todo e qualquer desejo um discurso (ibid., p. 24). A pastoral cristã determina que tudo relacionado ao sexo deve ser expresso em palavras, ainda que deva haver um cuidado com certas palavras e expressões consideradas indecentes. Essa censura seria um dispositivo a fim de tornar o sexo “moralmente aceitável e tecnicamente útil” (ibid., p. 24).

Pode-se verificar uma analogia dessa recomendação da pastoral cristã na literatura dita “escandalosa”, como, por exemplo, na obra de Sade, que também se propõe a narrar cada detalhe de seu sexo.

Foucault não entenderá esses “autores escandalosos” como desviantes de uma lei que os obrigava ao silêncio, mas como representantes de uma maneira regular de falar de sexo. Um refinamento de colocar o sexo em discurso.

---

<sup>11</sup> O conceito de verdade é demais amplo e requer um estudo mais rigoroso para ser pormenorizado. Sendo esta uma dissertação de mestrado, não caberia aqui discutir todas as características que esse conceito toma na obra de Foucault e na psicanálise. Para o momento é importante saber que a verdade é desejada e que ela encontra-se oculta e por isso precisa ser revelada através da interpretação.

Esses autores de literatura “escandalosa” buscam realizar seu próprio prazer com sua narrativa. A pastoral cristã, em contrapartida, ao exigir a confissão, pretende que o fiel experimente uma reconversão espiritual.

### **C. Dispositivo**

Foucault quer fazer notar que o homem moderno, há três séculos, valorizou a colocação do sexo em discurso criando meios para isso e, principalmente, promovendo deslocamentos do desejo pela manifestação desse discurso. Criou-se um dispositivo para aumentar e aprimorar a colocação do sexo em discurso, através do qual “constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia” (ibid., . p. 26).

O conceito de *dispositivo* é uma categoria central na história da sexualidade. É preciso ser mais bem elucidado.

Segundo Chaves apresenta três aspectos: o primeiro deles é seu caráter heterogêneo, de modo que engloba “discursos, instituições arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, preposições filosóficas, morais, filantrópicas” (1988, p. 91), ou seja, o dito e o não dito. Dispositivo é como uma rede que estabelece relações entre variados elementos. Um segundo aspecto do dispositivo diz respeito à natureza variável dessa relação, ou seja, ela não é fixa, e um mesmo elemento pode assumir várias posições. Portanto, entre os elementos existe uma espécie de jogo, ou melhor, ocorrem mudanças de posições e de funções. Existe, então, um confronto, um afrontamento destes elementos. O terceiro aspecto refere-se à função estratégica do dispositivo, “função política que, num determinado momento histórico, responde a uma urgência, a uma necessidade” (ibid., p. 93). Nesse sentido, a disciplina,

em *Vigiar e Punir* é um dispositivo que tem como objetivo estratégico tornar os corpos dóceis e úteis, respondendo às exigências políticas, econômicas, jurídicas e médicas.

Então, o dispositivo pode ser entendido como pertencendo a uma estratégia que sustenta tipos de saberes e, através de relações de força, é sustentada por eles. O dispositivo da sexualidade envolve “práticas discursivas e não discursivas referentes ao sexo” (FONSECA, 1995, p. 79).

Retomando a questão da confissão, Foucault a entende como uma técnica que não serviu somente à espiritualidade cristã ou aos prazeres individuais. A confissão está ligada a mecanismos de poder nos quais a colocação do sexo em discurso é essencial. Ela pode ser entendida como um elemento de um dispositivo.

Foucault localiza o nascimento de uma “incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo” (2001, p. 26) por volta do século XVIII. O sexo foi posto em discussão permitindo que se falasse dele publicamente, por um discurso racional científico, escapando de um discurso moralista, ainda que com alguma hesitação e algum pudor. Não se deve mais, a partir de então, falar de sexo condenando-o ou proibindo-o, mas inserindo-o “em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” (ibid., p. 27).

No século XVIII o sexo passa a ser administrado pelo poder público, tornando-se questão de polícia, que tinha muito mais o intuito de aumentar as forças coletivas e individuais do que de reprimir. Como diz Foucault, a polícia tem o objetivo de “regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (ibid., p. 28).

Configurada esta situação do sexo ser administrado pelo poder público e ser uma questão policial, no século XVIII passa a existir a idéia de população como um problema econômico e político. Os governos passam a se preocupar com os fenômenos

que incomodam a população, tais como: “natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat” (ibid., p. 28). Percebe-se que as populações concentram-se onde há trabalho e comida. A propagação de uma população volta-se aos focos produtivos do Estado. Com a configuração da população como um problema econômico e político, o sexo na verdade, ou seja, “a maneira como cada qual usa seu sexo” (ibid., p. 29). Adquire papel central esse tema passa a ser de interesse do Estado, pois permite localizar focos de epidemia, de distribuição de alimentos e de riquezas na população e organizar políticas de saúde.

A partir do século XVIII o conceito de população é estabelecido e as condutas sexuais passam a ser “objeto de análise e alvo de intervenção” (ibid., p. 29). Assim, o sexo dos cidadãos é informado ao Estado e é por ele controlado. Como afirma Foucault, o sexo torna-se objeto de disputa entre o indivíduo e o Estado, e nessa disputa são criados discursos e saberes.

Afirma-se que houve uma ocultação da sexualidade infantil, e do sexo, às crianças desde a época clássica até a publicação do caso do pequeno Hans<sup>12</sup>. Nessa publicação Freud discute o caso de uma criança que sofre de fobia de cavalos e, através da análise, localiza a origem do sofrimento na constituição de sua sexualidade. Talvez essa seja a primeira vez que se descreveu a sexualidade infantil em termos psíquicos.

Para Foucault, embora tenha havido uma interdição de se falar de sexo entre crianças e adultos e de se falar da sexualidade infantil, essa interdição não representou um silenciar, não significou que se falou menos de sexo. O que ocorreu é que se falou de outra maneira, através de pessoas e lugares determinados e com objetivos específicos. Mesmo o mutismo tem sua função estratégica na trama dos discursos, uma vez que se estabelece “as diferentes maneiras de não dizer como são distribuídos os que podem e os

---

<sup>12</sup> Refere-se à publicação, em 1909, do trabalho “Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos”, de S. Freud.

que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros” (ibid., p. 30).

Poder-se-ia pensar que não se fala de sexo entre as crianças e nem se fala da sexualidade infantil, mas nota-se a presença de um discurso sobre sexo nas escolas: nos seus dispositivos arquitetônicos, no modo como as escolas são construídas e os alunos distribuídos, no modo como os professores se dirigem a eles, nos cuidados com as palavras. Tudo diz do sexo e da sexualidade infantil. A instituição pedagógica, a partir do século XVIII, determinou formas, lugares e locutores da sexualidade infantil.

Formaram-se dispositivos e discursos em torno da sexualidade infantil que criaram uma maneira de se falar de sexo e fizeram funcionar discursos que se articularam “em torno de um feixe de relações de poder” (ibid.,p. 32).

Retoma-se mais uma vez o objetivo deste trabalho, pois ao pronunciar-se sobre a sexualidade infantil, a psicanálise cria um lugar onde não só a sexualidade infantil mas a sexualidade como um todo pode ser pronunciada, com isso talvez ela estivesse ligando-se a mecanismos de poder que dão condições para que a psicanálise continue pronunciando seus discursos e para que estes sejam ouvidos.

#### **D. Poder.**

*Poder* é um conceito importante na genealogia foucaultiana e apresenta características bem demarcadas, como Foucault mesmo afirma “... *que le pouvoir ne peut em aucun cas être considere ni comme um principe en soi ni comme une valeur explicative fonctionnant d’entrée de jeu. Le terme même de pouvoir ne fais pas autre chose que désigner un domaine de relations qui sont entièrement à analyser*” (2004 p. 191-2). Para ele, não se possui necessariamente poder, ele é concebido como uma estratégia que se desenvolve através de uma rede de relações. Poder é um exercício que produz saber, de

modo que poder e saber estão diretamente implicados, “não é atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil, ou arredo ao poder, mas o poder saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento” (FOUCAULT, 1998, p. 27).

Para Foucault, poder não pode ser entendido de forma negativa, como negação da liberdade e promotor de exclusão. Não é uma relação bipolar entre os detentores e aqueles que o querem; poder é sempre produtor. Segundo Fonseca (1995, p 80), poder é entendido como uma relação de forças e onde há poder há também resistência. Há pontos de resistência em toda a rede de poder. Não existe resistência, e sim “resistências”, no plural, as quais não existem a não ser no campo estratégico das relações de poder.

Foucault sugere algumas estratégias para estudar o poder: deve-se considerar que não há nenhuma exterioridade entre técnicas de saber e estratégias de poder, mas existem focos locais de poder-saber. Não se deve procurar quem tem poder ou quem dele é privado, nem quem tem direito de saber, mas buscar as modificações que se esquamatizam através das correlações de forças. Deve-se ter em mente que esse esquema de forças ou um foco local de poder funcionam por meio de uma série de encadeamentos sucessivos que se inserem numa estratégia global. E, finalmente, que a relação poder-saber se articula no discurso. O discurso ao mesmo tempo funciona como instrumento e efeito de poder, veicula e produz poder.

Anteriormente viu-se que a instituição pedagógica pode ser entendida como um foco produtor de discursos sobre sexo, mas não é só a pedagogia que tem essa função. A partir dos séculos XVIII e XIX outras instituições desempenharam esse papel: a medicina com a doença dos nervos; a psiquiatria tentando descrever a etiologia das perversões sexuais; a justiça penal penalizando as faltas de pudores e os ultrajes.

No final do século XIX desenvolveram-se controles sociais que tratavam de “proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitações a se falar dele” (FOUCAULT, 2001. p. 32-3).

Desde o século XVIII são formados discursos sobre sexo nos quais o poder é exercido. O discurso não é só um produto das instituições de poder, mas também um meio de exercer o poder. Por meio desses discursos, os lugares de poder incitam que se fale em sexo. Ao mesmo tempo, criam dispositivos para ouvir, registrar e observar, que trazem uma existência discursiva ao sexo. Forma-se, assim, uma grande proliferação de discursos em um curto período de tempo, nas mais variadas instituições: na economia, na pedagogia, na medicina, na justiça. O que se pode notar é que não há um discurso sobre o sexo, mas uma multiplicidade de discursos que são produzidos por diversos mecanismos, em diferentes instituições.

Foucault se propõe a observar a “dispersão dos focos onde tais discursos são emitidos, a diversificação de suas formas e o desdobramento da rede que os une” (2001, p. 35). Desde a confissão, em que o sexo é posto em discurso promovendo uma reflexão de si daquele que confessa, até as multiplicações discursivas que se formam a partir do século XVIII, Foucault verificará a incitação discursiva que cria toda uma trama de discurso sobre sexo.

O empenho de Foucault não visa desvelar o segredo do sexo ou revelar o sexo como um segredo, mas mostrar que a sociedade moderna se propôs falar sempre de sexo, “valorizando-o como o segredo” (ibid., p. 36).

Pode-se, então, questionar se a psicanálise não é também uma instituição que promove uma proliferação dos discursos. Se no curso desta dissertação aceita-se essa hipótese, liga-se a psicanálise ao exercício de poder e estar-se-á, de certo modo, aproximando-se do que permite afirmar a ligação da psicanálise com a política; no entanto, os elementos que se têm são insuficientes para confirmar tal hipótese; é necessário verificar ainda como esta proliferação se dá e, se a psicanálise a promove, de que modo ela a realiza.

### **E. Os Códigos Sexuais**

Foucault, até o presente momento, propôs três questões acerca da análise que realiza em *História da Sexualidade – V. I – A Vontade de Saber*. A primeira considera ser um engano pensar que a proliferação de discursos é um fenômeno meramente quantitativo, esquecendo-se da forma imperativa que se fala a respeito do sexo. A partir dessa questão pode-se perguntar se a colocação do sexo em discurso não teria por objetivo afastar a sexualidade infecunda da realidade.

Outra questão trazida pela análise foucaultiana relaciona-se à proliferação das condenações jurídicas de crimes de cunho dito sexual, geradas por meio desses discursos, identificando-os como perversões, “anexou-se a irregularidade sexual à doença mental” (FOUCAULT, 2001, p. 37). Foi definida uma norma do desenvolvimento sexual organizando todo um aparato institucional a fim de preservá-lo. Foi criado todo um vocabulário médico que identifica até as mínimas fantasias. Pode-se perguntar se “isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genitalidade tantos prazeres sem fruto?” (ibid., p. 37).

Finalmente, a terceira questão permite a formulação da pergunta: toda atenção que é dada à sexualidade não se resumiria à preocupação de “reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora?” (p. 38).

Foucault afirma que não sabe se ao responder essas questões, encontrará o objetivo dessa proliferação do discurso. Pode-se afirmar, por ora, que houve de fato uma modificação. O século XIX foi um período de dispersão da sexualidade, do nascimento das nomeações das “perversões”<sup>13</sup>. Foi uma época de início das heterogeneidades sexuais.

A psiquiatria do século XIX, bem como o surgimento da psicanálise, elaboram, critérios de separação entre instintos que funcionam normalmente e instintos perversos ou anormais, passando a classificar essas perversões segundo “quadros detalhados de formas e condutas sexuais. Toda conduta pode ser normalizada e medicalizada” (FONSECA, 1995, p. 82).

“O direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil” (FOUCAULT, 2001, p. 38), eram os códigos que controlavam a sexualidade no século XVIII. Eles determinavam e fixavam as barreiras entre uma sexualidade lícita e ilícita, tendo sempre como referência as relações conjugais. Era dessas relações que falavam esses códigos e neles não havia uma distinção clara entre o que era violar as “regras da aliança e os desvios em relação à genitalidade” (ibid., p. 38). Nessa época as proibições em torno do sexo representavam, através desses códigos, uma natureza jurídica.

A explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX definiu como referência de sexualidade a monogamia heterossexual. Não se fala nela tão intensamente, mas com uma certa sobriedade. A sexualidade regular do casal ganha uma descrição maior, e passa

---

<sup>13</sup> O termo “perversões” toma diferentes interpretações na psicanálise, na psicologia, na psiquiatria e em diversas Ciências Humanas, aqui ele é colocado entre aspas pois se refere ao senso comum, ao aparecimento do termo na história da sexualidade e não aos contornos de uma ou outra ciência.

a funcionar como uma norma. Fala-se menos nela, ou seja, apesar do discurso que parte e sustenta a monogamia heterossexual ganhar mais força ao se tornar uma norma, diz-se menos a seu respeito. É como se houvesse uma compensação.

Em contrapartida, ao maior silêncio em torno da sexualidade do casal, o prazer daqueles que “não amam o outro sexo” (ibid., p. 39) é interrogado. Sem deixarem de ser condenados, as crianças, os loucos e os criminosos também passam a ser escutados. Agora, essas personagens, que eram consideradas não tendo sexo, podem falar de sua sexualidade.

Desde então, com a observação de uma sexualidade periférica, pode-se interrogar a norma da sexualidade regular a partir de sua periferia.

#### **F. O Bem e o Mal**

Foucault, em *Vigiar e Punir*, analisa o problema da norma e da normalização do saber. Esse é um tema verdadeiramente extenso em sua obra e merece uma exposição mais cuidadosa do que a que será feita aqui. Far-se-á uma breve exposição do conceito de normalização considerando aquilo que pode interessar a este estudo.

A instituição da norma acontece através da articulação de dois valores: o bem e o mal. Essa normalização significa comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar, excluir; ou melhor, fazendo aparecer o poder na norma. O normal estabelece-se, entre outras coisas, para organizar. No corpo médico, por exemplo, o poder estabelece o funcionamento de normas gerais de saúde, ou ainda, marca os pontos de insalubridade, define o que sai da norma, nomeia o que é desviante e recompensa o bom, seja ele comportamento, discurso ou estado de ser.

[A normalização] obriga a escolha entre valores, permitindo a diferenciação dos indivíduos e a mensuração de sua natureza e capacidade, põe em funcionamento um sistema de exercícios repetitivos de acordo com uma conformidade esperada e traça um limite entre os que estão de acordo com a normalidade que estabelece e os que não estão (FONSECA, 1995, p. 58).

Como afirmam Rabinow e Dreyfus (1995, p 217), a normalização define como devem ser ordenadas e organizadas as atividades humanas.

No campo da sexualidade essa normalização pode ser percebida a partir dos séculos XVIII e XIX, que marcam modificações relacionadas a dois domínios: o estabelecimento da relação monogâmica heterossexual como modelo de sexualidade normal, e o casal legítimo como representante desse modelo, e o estabelecimento, em contrapartida, de toda uma sexualidade periférica a este modelo, dizendo como a sexualidade não deve ser.

Nasce no campo da sexualidade uma definição do que é “contra-natureza” (FOUCAULT, 2001, p. 40), definindo um refinamento das formas sexuais condenadas. Assim, surgem duas qualidades de infração: uma referente às leis do casamento e outra referente à regularidade de um funcionamento natural. Estabelecem-se no Ocidente dois sistemas de regras que regem o sexo: “a lei da aliança e a ordem dos desejos” (ibid., p. 40).

A partir desse momento estabelece-se toda uma descrição das perversões, que passa a ser uma questão não só da medicina ou da psiquiatria, mas também da lei e da moral. Um grupo de pessoas que antes eram vistas como diferentes, passam a ser identificadas ora como doentes ou loucas, ora como delinqüentes. Esses diferentes são, segundo Foucault: “crianças demasiado espertas, meninas precoces, colegiais ambíguos, serviçais e educadores duvidosos, maridos cruéis ou maníacos, colecionadores solitários, transeuntes com estranhos impulsos” (ibid., p. 41).

Esse processo de localização e descrição das sexualidades periféricas trouxe uma ambigüidade em termos de repressão: no século XIX houve uma redução da severidade nos códigos, se comparado com o século XVIII; os delitos sexuais tornam-se objetos da medicina. Através da pedagogia e da terapêutica são instalados mecanismos de controle e vigilância que, de um certo modo, compensam a severidade reduzida nos códigos.

A medicina acabou intervindo na sexualidade do casal ao inventar “uma patologia orgânica, funcional ou mental” (ibid., p. 41) em torno das práticas sexuais, entendeu os desvios sexuais como desvios do desenvolvimento ou perturbação dos instintos.

O importante é notar que, a partir do saber da medicina, o que se originou não foi a possibilidade de repressão, mas a forma de poder exercida por essa apropriação do sexo pela medicina, que parece não se dar através de proibições. Segundo Foucault, em vez de proibições estabeleceram-se quatro operações, que serão expostas a seguir.

Foucault (2001b, p. 79) entende o saber médico como um modo de organizar as coisas em torno da norma buscando separar o que é normal do que é anormal. Isso não quer dizer distinguir o lícito do ilícito, pois quem faz isso é o saber jurídico. O saber médico distingue o normal do anormal e adota meios de correção que não são exatamente meios de punição, mas que visam a transformação do indivíduo.

A primeira operação estabelecida com o saber da medicina afirma que, através da sexualidade infantil, organizou-se linhas de penetração do poder estruturadas pela criação de um dispositivo de vigilância, que mais parece barragem ao onanismo infantil. Por meio desse dispositivo, os pedagogos e os médicos são postos em prontidão e convocam a família e os educadores a aconselhar as crianças, e também pressupõe que há uma culpa em cada um e que as famílias e os educadores seriam concomitantemente

culpados por não terem-nas controlado adequadamente. Através da proibição do onanismo infantil surgiram formas de se obter a confissão dos infantes e, a partir daí, pronunciamentos de discursos corretivos. Todo um aparato é formado em torno de uma proibição aparentemente sem significado, que opera no sentido de ramificar e multiplicar as penetrações do poder.

A segunda operação refere-se à criação de espécies sexuais batizadas por aqueles que as descrevem, tais como os homossexuais ou todos os pequenos perversos. Essa nomeação, identificação, agrupamento em espécies sexuais é resultado de uma mecânica de poder que objetiva analisar e tornar visível cada representante dessas espécies, possibilitando classificá-los e torná-los objeto para assim entender uma certa desordem sexual. Como afirma Foucault, trata-se, através de disseminação de sexualidades aberrantes, de “semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo” (2001, p. 44).

A terceira operação refere-se à tecnologia do poder que permite que esse seja exercido constantemente. Trata-se da disciplina.

A disciplina é um termo bastante amplo em Foucault, e foi tratado em toda a sua obra, mas prioritariamente em *Vigiar e Punir*, é tratada como uma técnica de distribuição dos corpos humanos. Fugir-se-ia do tema deste trabalho atendo-se demasiadamente a esse conceito. Pretende-se expor brevemente algumas características julgadas importantes para a análise do poder feita por Foucault em *História da Sexualidade-A Vontade de Saber*.

No século XIX nasce uma nova “anatomia política” ou “mecânica do poder” (FOUCAULT, 1998, p 119) que fabrica corpos submissos e desmistifica o poder do corpo, tornando-o uma aptidão dominada. Está se formando a disciplina e todo um poder disciplinar que visam tornar o corpo obediente e útil, possibilitar uma observação

minuciosa do detalhe e ter uma abordagem política das pequenas coisas a fim de controlar e utilizar o homem.

Segundo Fonseca (1995, p. 53), a disciplina abrange o desenvolvimento de técnicas que conseguem ajustar as multiplicidades humanas às diferenças dos aparelhos de produção.

Para Foucault (2003, p. 42), poder disciplinar é um certo modo de poder terminal, capilar, uma certa modalidade pela qual o poder político e o poder em geral, em último nível, tocam os corpos, levando em conta os gestos, os comportamentos, os hábitos e as palavras. O poder disciplinar é uma modalidade bem específica da nossa sociedade, é a síntese entre corpo e poder.

Deste modo, Foucault (ibid., p. 57) afirma que o poder disciplinar individualiza porque ajusta a função sujeito à singularidade somática por meio de um sistema de vigilância escrita. O poder disciplinar estabelece a norma como princípio de partida e a normalização como prescrição universal. A constituição do poder disciplinar se dá através da localização da função sujeito, da singularização somática, da vigilância perpétua, da escrita, dos mecanismos de punição infinitesimal, da projeção da psique como um núcleo de virtualidades e, finalmente, da divisão normal–anormal.

Na sua operacionalidade, a disciplina cria sistemas promotores de vigilância, que é uma observação completa da “enorme variedade de ações e atitudes humanas. O fundamental destes sistemas é que nenhuma destas atitudes permaneça em segredo, ou seja, permaneça oculta aos ‘olhos’ da vigilância” (FONSECA, 1995, p 53). Principalmente, mas não exclusivamente, essa vigilância é garantida pelo exame - um instrumento da disciplina que consiste na produção de documentos sobre cada indivíduo, levantando sua história, seus antepassados, seus problemas e colocando-o dentro de um sistema de discursos. Na prática, funciona de várias formas, tais como as provas escolares, que

classificam e individualizam os alunos; os exames médicos, que conhecem os doentes antecedentes de sua doença; a entrevista psicológica, que escuta e interpreta a história de cada indivíduo isoladamente.

É por meio do exame que o indivíduo se torna um objeto descritível em sua singularidade, e com isso é possível criar um sistema comparativo que permite a produção de uma estatística dos desvios.

O exame é a técnica através da qual o poder objetiva, analisa e descreve os indivíduos, comparando-os entre si e caracterizando fatos coletivos. Coloca o indivíduo no campo do saber e transforma-o em um caso.

Para Foucault, o exame e a constituição dos casos que possibilitaram as formas de análise deram origem à “sociologia, à psicologia, à psicopatologia, à criminologia, à psicanálise” (2002, p. 12).

Segundo Dreyfus e Rabinow, a expansão das tecnologias disciplinares à definição das ciências humanas como “disciplinas” do saber “é mais do que uma simples convergência retórica. As Ciências Sociais – psicologia, Demografia, Estatística, Criminologia, Higiene Social etc – situaram-se primeiramente em instituições de poder específicas – hospitais, prisões, administrações – onde sua função tornou-se a da especialização” (1995, p. 177). Tais ciências situam-se nessas instituições atendendo a uma demanda de discursos e práticas novas que deveriam ser mais operacionalizadas e refinadas. Desta forma, essas disciplinas sociais, entendidas como ciências, “desenvolveram suas próprias regras de evidência, seus próprios modos de recrutamento e exclusão, seu próprio exquadramento disciplinar; porém, fizeram-no dentro do contexto mais abrangente das tecnologias disciplinares” (ibid., p. 177).

A medicina, como uma disciplina do saber, utilizando-se do exame e sua observação minuciosa, liga a sexualidade ao corpo e entende as extravagâncias sexuais

como “lesão, disfunção ou sintoma” (FOUCAULT, 2001, p. 44). Enquanto as patologias sexuais estiverem centradas no corpo, o poder deve observá-lo, tocá-lo e examiná-lo, o que promove uma “sensualização do poder e benefício de prazer” (ibid., p. 45).

“O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares” (ibid., p. 45) produzem uma incitação de prazer e poder.

Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travestí-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir (ibid., p. 45)

Finalmente, voltando às operações estabelecidas pelo saber médico, a quarta refere-se à colocação da família na rede de prazeres-poderes. A sua constituição hierárquica, os espaços da casa, as posturas exigidas ao convívio e as produções discursivas que surgem dentro dessa instituição mostram “uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis” (ibid., p. 46). Diferentemente do que se poderia pensar, a sexualidade na família não está reduzida ao casal legítimo, pois através da observação das relações, dos lugares e dos pudores estabelecidos em sua fala, podemos notar que ela está presente em múltiplos conceitos.

As instituições escolar e psiquiátrica, juntamente com a família, constituem “uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres” (ibid., p. 46). A existência de uma sexualidade que não é conjugal, heterossexual ou monogâmica é denunciada pelas regiões de alta saturação sexual, percebidas nas distribuições de seus usuários, nas salas de aula, nos leitos e nas formalidades das visitas.

Com essas quatro operações nota-se que, a partir do século XIX e ainda hoje, um tipo de poder não é exercido através da lei ou da interdição, mas através do corpo e do

sexo, produzindo discursos sobre sexo e criando dispositivos onde há uma saturação sexual. Esse poder ganhou força e foi exercido ditando e apontando os desvios sexuais. Não foi proibindo discursos sobre sexo. Não foi através de uma repressão. Foi, sim, produzindo e incitando discursos. Ao nomear e localizar as perversões, mais se falou delas do que se calou. Foi através desse volume de discursos que esse poder foi exercido. Foi pelas interferências sobre os corpos e seus prazeres que os discursos a respeito das perversões proliferaram.

Faz-se necessário, assim, abandonar a hipótese de que houve uma repressão e entender que se formou um dispositivo que tornou visíveis as sexualidades heréticas de um modo diferente da lei.

Como diz Mezan (1985, p. 102), é estratégia de *A Vontade de Saber* mostrar a falsidade da hipótese que afirma a repressão do sexo, dizendo até que esta obra demonstra que a hipótese repressiva é errada (ibid., p. 112).

Eribon também afirma que Foucault destrói esta hipótese “e as formulações teóricas ou políticas que proliferam a sua volta” (1990, p. 251). Para Foucault, negar a hipótese de uma repressão do sexo não é negar que a repressão tenha existido, e sim questionar a obrigatoriedade da análise em torno do conceito de repressão. Foucault, ao negar esta hipótese, pretende inserir a repressão numa estratégia mais complexa do que a de uma interdição como objetivo principal.

Porém, como afirmamos no capítulo II, item A, desta dissertação, o objetivo de Foucault não é provar a falsidade desta hipótese, mas entender qual a sua condição de possibilidade, verificar o que a sustenta, já que parece ter havido, ao contrário de uma repressão do sexo, uma incitação discursiva. Como será visto adiante, ele segue sua análise demonstrando que a hipótese de uma repressão do sexo não se sustenta, não tem

funcionalidade na produção da verdade e satisfaz somente uma demanda de poder. Ele irá, portanto, verificar como se dá essa incitação discursiva e o que ela revela.

### **G. Scientia sexualis**

Ao seguir a sua análise, Foucault retoma dois pontos: o primeiro é que se deve admitir que o discurso sobre sexo, em vez de ter rareado, multiplicou-se e, o segundo, é que, através de discursos que pregam proibições, passou-se a nomear e descrever as sexualidades desviantes.

Poder-se-ia pensar que, de tanto falar em sexo e de tantas maneiras, o que se pretendeu foi mascarar-lo e que todo discurso produzido até Freud tentava ocultar o que realmente se tinha a dizer a seu respeito. Todos os procedimentos e prudências, rituais e locais para falar sobre sexo, objetivavam desviar da verdade que poderia revelar.

Nesse contexto, é significativo utilizar uma neutralidade para falar de sexo. Essa neutralidade só poderia ser obtida pelo discurso científico que, na impossibilidade de tratar da verdade do sexo, tratava das suas dissociações: perversões, extravagâncias etc.

Esse discurso científico atrelava-se a imperativos morais que sustentavam as normas médicas. Essas normas, no intuito de dizer a verdade, prescreviam cuidados, condenavam hábitos e localizavam discrepâncias, afirmando perigos em toda parte no intuito de “assegurar o vigor físico e a pureza moral do corpo social” (FOUCAULT, 2001, p. 54).

Ao longo do século XIX, o sexo é tratado em dois campos distintos do saber: “a fisiologia da reprodução e a medicina da sexualidade” (ibid., p. 56). O primeiro segue uma normatividade científica enquanto o segundo tem sua racionalidade confusa, seguindo regras de origens diversas. Temos, assim, um desnivelamento entre esses dois campos. O

primeiro contempla uma vontade de saber própria do discurso científico, enquanto o segundo, opondo-se a um discurso racional sobre o sexo humano, impede a produção da verdade em seu interior, caracterizando uma vontade de não saber.

O discurso sobre sexo no século XIX é marcado por uma recusa de se ver e ouvir que, na realidade, revela aquilo que tenta esconder. Com pessoas específicas capazes de revelar a verdade, definiu-se exames e modos de observação como formas de dizê-la. Essa especificação, em vez de dificultar o acesso à verdade, revelava uma incitação pública que respondia a uma vontade de verdade marcada pela hierarquia médica que criava uma “pirâmide de observação e de prontuários” (ibid., p. 56). Constrói-se em torno do sexo um aparato que revela a verdade e, no último momento, oculta-a outra vez, seguindo a mesma lógica de Charcot, que promovia uma crise histérica em uma paciente e quando esta se manifestava em toda sua plenitude, ele tirava a paciente das vistas do público. O sexo tornou-se objeto de verdade e falsidade e revelar a verdade do sexo constituiu-se como uma “coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida” (ibid., p. 56). Nesse jogo de verdade do sexo, o importante não é considerar o limiar de uma nova racionalidade sobre ele trazida pelas investigações de Freud, mas a “formação progressiva” (ibid., p. 56) desse jogo surgido no século XIX e do qual ainda hoje não nos libertamos.

No esforço de atingir a verdade do sexo, segundo Foucault, a história revelou-nos dois procedimentos: a *ars erotica* e a *scientia sexualis*.

O primeiro desenvolveu-se majoritariamente nas sociedades orientais, nas quais a verdade é extraída da experiência do prazer e não se funda numa lei ou normalidade, mas nos resultados que o prazer traz ao corpo e à alma. A verdade recai diretamente sobre a prática sexual e o intuito deste saber é ampliar os efeitos do prazer.

O saber sobre o sexo é detido por um mestre como um segredo a ser revelado aos seus discípulos, que devem ser iniciados numa prática e segui-la com afinco para, assim, conhecerem seus efeitos.

Já a civilização ocidental moderna, como analisa Foucault, à primeira vista, não possui *ars erotica*, mas sim uma *scientia sexualis* que, para dizer a verdade do sexo baseia-se na confissão entendida como forma de poder-saber.

A produção de verdade apresenta diferenças marcantes no Ocidente e no Oriente. No Oriente, a verdade é obtida pela transmissão didática de um mestre a um discípulo. O Ocidente, por sua vez, tem a confissão como instrumento privilegiado, de forma que a verdade não é revelada hierarquicamente de cima para baixo (do mestre ao discípulo), mas, ao contrário, de baixo para cima (do confessor ao ouvinte). Outra diferença refere-se a, no Ocidente, o ouvinte ser o detentor do poder, e o discurso confessado surtir efeito não em quem o escuta, mas em quem o pronuncia. Enunciar a confissão traz modificações intrínsecas naquele que a enuncia: “inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação” (ibid., p. 61).

Desde a Idade Média, a confissão vem ganhando importância como instrumento de produção da verdade nas sociedades ocidentais. Em sua evolução, deixou de ser um procedimento unicamente religioso e penetrou em outras instâncias, como a justiça criminal. A partir da confissão desenvolveram-se métodos de interrogação e inquérito, colocando a confissão como um ponto central “na ordem dos poderes civis e religiosos” (ibid., p. 58).

No Ocidente, a confissão tornou-se a principal técnica produtora de verdade, o que resultou em sua larga difusão “na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, nas esferas mais cotidianas e nos ritos mais solenes” (ibid., p. 59). Tudo tornou-se material de confissão: os mínimos atos, os pecados, os

pensamentos e desejos, “confessam-se passados e sonhos, confessa-se a infância” (ibid., p. 59). Confessa-se nos mais diferentes lugares, através dos mais diversos meios e para os mais diferentes ouvintes e, na inexistência de quem possa ouvir, produz-se livros.

Uma obrigação da confissão é instalada no Ocidente, incorporada de tal forma nas relações sociais, que passa a ser reconhecida como uma necessidade de sempre revelar a verdade, de modo a impedir a percepção de que isso é resultado de um poder que nos coage.

Nesse contexto o sexo torna-se o principal tema das confissões, pois acredita-se que é o que temos de mais escondido. Essa colocação do sexo em discurso e a disseminação de suas disfunções, como já foi visto anteriormente, são características de um mesmo dispositivo que obriga à confissão a fim de obter uma “enunciação verídica da singularidade sexual” (ibid., p. 61). No Ocidente, através da confissão, a verdade ligou-se ao sexo na forma de uma “expressão obrigatória e exaustiva de um segredo individual” (ibid., p. 61).

Em suma, a confissão apresenta basicamente duas características fundamentais. A primeira possibilita que ela seja vista como um ritual de discurso no qual o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado, e a segunda, coloca que este ritual se desenvolve através de uma relação de poder, pois para que haja confissão é necessário alguém que a solicite e a ouça.

Podemos identificar a psicanálise com essas duas características, pois, no divã, o sujeito que fala livremente fala de si e pronuncia sua fala a um analista que o ouve e interpreta.

A confissão, que nasce como ritual cristão, modifica-se e transforma-se no decorrer da história, mas não deixa de ser um instrumento produtor de um discurso verdadeiro sobre sexo. Ao ser absorvida pela pedagogia no século XVIII, e pela medicina

no século XIX, perdeu sua característica de ritual e passou a ser utilizada nas mais diversas relações: “crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinquentes e peritos” (ibid., p. 62). Com essas modificações, o conteúdo confessado também sofreu alteração. Não se trata mais somente de revelar o ato sexual, mas de reconstituí-lo em pensamentos, imagens, desejos. Temos uma sociedade que se pôs a ouvir a “confidência dos prazeres individuais” (ibid., p. 63).

Como resultado disso, foram produzidos registros sobre os prazeres, classificando, catalogando e descrevendo as estranhezas e deficiências de cada um deles. A confissão sustenta um discurso de verdade que não se articula mais nos moldes da Igreja, seguindo a lógica do pecado, mas acrescenta a ele um novo modelo. A confissão passou a ser feita por aquele que fala do corpo e da vida, possibilitando o nascimento de um discurso científico que se apóia nas técnicas da confissão para afirmar a verdade.

O Ocidente moderno, para satisfazer sua vontade de verdade relativa ao sexo, fez os rituais de confissão funcionarem de acordo com um modelo de regularidade científica.

Foucault revela, então, cinco procedimentos que tornaram a confissão sexual científica:

1. “Através de uma codificação clínica do ‘fazer falar’” (FOUCAULT, 2001, p 64) – obtido através do exame e da narração de si, pela decifração de sintomas e sinais e também como o “interrogatório cerrado, a hipnose com a evocação das lembranças, as associações livres” (ibid., p. 64). Temos aí procedimentos capazes de inserir a confissão num modelo científico aceitável.

Nessa citação de Foucault pode-se perceber uma sutil referência à psicanálise: a hipnose refere-se à sua “pré-história” e a associação livre, substituta da hipnose, é seu método fundante, serve de base para Freud construir seu conhecimento clínico.

2. “Através do postulado de uma causalidade geral e difusa” (ibid., p. 64) – esse postulado baseia-se na idéia de que a distorção da conduta sexual pode causar conseqüências em toda existência. O sexo seria a causa de todas as doenças e distúrbios. Assim, com a confissão total, meticulosa e constante dos desejos sexuais, seria possível identificar e desmanchar a rede de causalidade dos sintomas.

3. “Através do princípio de uma latência intrínseca à sexualidade” (ibid., p. 65) – Acredita-se que a verdade sobre o sexo é oculta e seu funcionamento é obscuro e tende a escapar. Devido a isso a verdade precisa ser arrancada através da confissão. Essa busca da verdade integra a confissão a um discurso científico e essa obscuridade da sexualidade e essa latência “permite articular a coerção de uma confissão difícil a uma prática científica” (ibid., p. 65).

4. “Através do método da interpretação” (ibid., p. 65) – pode-se entender que, ao confessar a verdade, ela não se mostra pronta e evidente, mas precisa ser interpretada, ou seja, aquele que ouve a confissão precisa completar o que foi confessado, pois a confissão em si é incompleta e esconde a verdade. Foucault apresenta, assim, uma função hermenêutica da confissão, tornando a sexualidade algo a ser interpretado. O discurso da verdade provém da decifração do confessado e este será um procedimento regular e científico. O caráter interpretativo da confissão traz a idéia de que a revelação da verdade é uma tarefa a ser realizada em conjunto entre aquele que fala e aquele que ouve. É assim que “o sexo confessado se constitui (...) em matéria a ser interpretada” (FONSECA, 1995, p. 91).

Segundo Chaves: “a interpretação é a modalidade científica da confissão, uma maquinaria de poder, um mecanismo de subjetivação e uma das formas mais insidiosas de manutenção do poder” (1988, p. 121).

5. “Através da medicalização dos efeitos da confissão” (FOUCAULT, 2001, p 66) – esse procedimento justifica a obtenção da confissão, por seu caráter terapêutico. O sexo não é mais só causa do pecado e objeto da culpa; é também causa das patologias. A confissão, assim, torna-se necessária para as intervenções médicas e indispensável para a cura. “A verdade cura quando dita a tempo, quando dita a quem é devido e por quem é, ao mesmo tempo, seu detentor e responsável” (ibid., p. 66).

Dessa maneira, percebe-se que, em um sentido inverso ao Oriente e sua *ars erótica*, o Ocidente desenvolveu uma *scientia sexualis* a fim de produzir um discurso verdadeiro sobre sexo. A confissão foi determinada como o meio para atingir essa verdade e, a partir do século XIX, sai do domínio da Igreja Católica, no qual constituiu-se no século XVI, para penetrar e instrumentalizar um discurso científico. Nasce, assim, um dispositivo que insere a confissão nos métodos de escuta clínica, e foi por meio dele que a sexualidade pôde aparecer “enquanto verdade do sexo e dos seus prazeres” (ibid., p. 67).

A partir do século XVIII, instaurou-se um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre sexo, colocando-o não só numa economia de prazeres, mas num regime de saber, e tornando-o a causa fundamental de nossas patologias e mazelas. É ao sexo que devemos recorrer para saber a verdade, realizando um jogo duplo: o sexo deve revelar a nossa própria verdade enquanto nós dizemos a dele: “nós dizemos a sua verdade decifrando o que dela ele nos diz; e ele nos diz a nossa, liberando o que estava oculto” (ibid., p. 68).

Foi através desse jogo de verdades, como afirma Foucault, que se constituiu um saber do sujeito. A confissão e todas as suas formas, métodos e conseqüências cumpriram o projeto de uma ciência do sujeito que gira em torno da questão do sexo:

A causalidade do sujeito, o inconsciente do sujeito, a verdade do sujeito no outro que

sabe, o saber, nele, naquilo que ele próprio ignora, tudo isso possível desenrolar-se no discurso do sexo (ibid., p. 69).

Foucault nos faz notar que há uma disparidade entre a *ars erotica* e a *scientia sexualis*, não só nos modos de obter a verdade, mas nas questões geográfica e histórica. Pode-se perguntar se realmente não há relação entre uma e outra, se de fato não há uma *ars erotica* no Ocidente moderno. Foucault responde a essa pergunta, afirmando que a *ars erotica* não esteve completamente ausente na produção de uma ciência do sexual.

“Existiu, na confissão cristã, e sobretudo na direção espiritual e no exame de consciência, na procura da união espiritual e do amor de Deus, toda uma série de procedimentos que se aparentam com uma arte erótica” (ibid., p. 69).

O catolicismo da Contra-reforma, pelas orientações de um mestre, estimulou ou atentou para as manifestações transcendentais no corpo do fiel. Os fenômenos de possessão e êxtase são efeitos “incontroláveis que extravasaram essa técnica erótica imanente à sutil ciência da carne” (ibid. p. 69). Da mesma forma, a *scientia sexualis* e algumas de suas dimensões na produção da verdade, talvez tenham intensificado uma busca pelos prazeres individuais. Ao menos, inventou um novo prazer: o de saber investigar, buscar, cercar, observar a verdade, “prazer específico do discurso verdadeiro sobre o prazer” (ibid., p. 70). Talvez aí “na multiplicação e intensificação dos prazeres ligadas à produção da verdade sobre o sexo” (ibid., p. 70), temos uma dimensão da *scientia sexualis* que funciona como uma *ars erotica*.

Sem dúvida, todos os produtos criados a partir de uma *scientia sexualis* trazem algum prazer em seu uso. As leituras dos livros, a prática do exame – tanto examinar quanto ser examinado –, a realização das narrativas de si, o descobrimento e o contato com as próprias fantasias secretas, contá-las a quem sabe ouvi-las, interpretá-las e revelar

sua verdade são causadoras de prazer. Temos, no Ocidente, “um prazer na análise” (ibid., p. 70). Tudo isso são fragmentos de uma arte erótica numa ciência do sexo.

Essas constatações permitem afirmar, mais uma vez, que não houve uma repressão ou um poder repressivo sobre o sexo, mas a proliferação de discursos, a criação de saberes, a intensificação de prazeres e o deslocamento de poderes. O que se nota é, como diz Foucault: “todo um cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer” (ibid., p. 71).

Tem-se, desse modo, um panorama, apresentado por Foucault, que sustenta a hipótese de que não houve uma repressão do sexo em nossa sociedade. Pelo contrário, houve uma incitação de discurso. A investigação histórica de Foucault, a partir desse panorama, tem o objetivo de responder a três questões propostas por ele:

1. De que maneira se formou o saber sobre sexo?
2. Como se multiplicaram os discursos que tratam o sexo como objeto?
3. Quais as razões para se atribuir tanto valor à verdade que tais discursos supõem produzir?

Para responder suas questões, Foucault deve considerar que a repressão não é fundamental ou vitoriosa, e sustentar que os dispositivos de poder e saber e os de verdade e prazer são distintos da repressão e que esta não é derivada dos dispositivos.

É necessário considerar que, em vez de mecanismos negativos que sustentariam a repressão, houve “mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discurso, indutores de prazer e geradores de poder” (ibid., p. 71).

Trata-se de verificar as estratégias de poder “imanescentes a essa vontade de saber” (ibid., p. 71).

## H. O Dispositivo da Sexualidade

Após a apresentação realizada, é possível afirmar que, segundo Foucault, o sexo na sociedade contemporânea tem como emblema a fala. O sexo é interrogado e responde ininterruptamente.

Responde com a verdade de si e a nossa, promovendo um jogo de prazeres que o torna objeto de uma imensa curiosidade. Há um grande prazer em interrogar e ouvir o sexo e sua verdade. Não só prazer, mas também “saber e todo um jogo sutil que passa de um para o outro: saber do prazer, prazer de saber o prazer, prazer-saber” (FOUCAULT, 2001, p 75).

Há uma verdade a ser revelada sobre o sexo no Ocidente. Cabe a nós saber interrogá-la e escutá-la e cabe ao sexo revelar a nossa verdade. O sexo é o centro de uma grande “petição de saber” (ibid., p. 76) que se formou durante séculos em nossa sociedade. “Dupla petição, pois somos forçados a saber a quantas anda o sexo, enquanto que ele é suspeito de saber a quantas andamos nós” (ibid., p. 76).

O sexo foi questionado a responder quem somos. Colocamo-nos sob o signo do sexo, criando uma lógica do sexo e anexando-o a um campo de racionalidade. A vida é entendida através dessa lógica. Os geneticistas que nos digam: o sexo, manifestado nos mecanismos de reprodução, é visto não somente como matriz “dos seres vivos, mas também da vida” (ibid., p. 76). O sexo pode ser entendido como a razão de tudo.

Ao se tomar o sexo como razão, não cabe repetir mais uma vez a pergunta do por quê o sexo é secreto ou questioná-lo a partir de uma repressão. Nesse caso, ele guardaria a verdade e deveria ser apreendida. A pergunta a ser feita é sobre essa verdade: “por que essa grande caça à verdade do sexo, à verdade no sexo?” (ibid., p. 77).

Foucault investiga o que nos leva a perguntar sobre a verdade presente no sexo, a forma pela qual devemos perguntar, o quê perguntar. Além disso, investigar o que nos dá o direito de perguntar e a outros de responder e o que sustenta nossa vontade de verdade. Foucault pergunta quais as conseqüências dessa vontade, qual o preço desse saber, quais os valores políticos, econômicos e éticos que essa verdade carrega.

Foucault fornece material para que a hipótese de um poder repressivo nos últimos dois séculos seja desconsiderada. Porém, essa afirmação, como ele próprio diz, não é novidade, uma vez que os psicanalistas já afirmaram que não há uma repressão do sexo em termos de proibição.

Para Foucault, os psicanalistas fundam sua teoria da repressão em sistemas muito mais complexos do que o da interdição e buscam uma articulação entre poder e desejo. Vale lembrar que para Foucault os termos Repressão (*répression*) e Recalque (*refoulement*) são sinônimos, pois, para ele (FOUCAULT, 2001c, p. 1017), repressão é o contorno social do recalque, sendo possível fazer a história do recalque a partir da noção de repressão.<sup>14</sup>

Para os psicanalistas, segundo Foucault, não se trata de afirmar que o desejo é reprimido, “pela boa razão de que é a lei que é constitutiva do desejo e da falha que o instaura” (FOUCAULT, 2001, p. 79). Nesse sentido, ele afirma que para os psicanalistas é inútil buscar um desejo exterior ao poder. Faz-se necessário, então, realizar uma analítica do poder “para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo” (ibid., p. 80). Para isso é necessário que nos desvencilhemos de uma concepção de poder jurídico-discursiva, que

---

<sup>14</sup> “C’ est pour éviter ce difficile problème d’ interprétation freudienne que je n’ ai parlé que de répression, car il se trouve que les historiens de la sexualité n’ ont jamais utilisé d’ autre notion que celle de répression, et cela pour une raison très simple: c’ est que cette notion fait apparaître les contours sociaux qui déterminent le refoulement. Nous pouvons donc faire l’ histoire du refoulement à partir de la notion de répression, tandis qu’ à partir de la notion d’ interdiction” (FOUCAULT, 1981, p 1017).

entende o poder através de uma repressão e constitui um desejo através de uma teoria da lei.

Entre a concepção dos psicanalistas e a concepção jurídico-discursiva não há diferença no modo de conceber o poder, mas no modo de conceber “a natureza e a dinâmica das pulsões” (ibid., p. 80). Ambas representam o poder da mesma maneira, porém, por caminhos diferentes. A idéia de uma lei externa ao desejo, como a proposta pela concepção jurídico-discursiva, promete uma liberação e a idéia da lei constituinte do desejo sugere que estamos sempre enredados.

Essa representação do poder apresenta alguns traços que serão demonstrados a seguir:

- o poder estabelece relações sempre de forma negativa, no sentido da proibição, da exclusão;

- o poder define as leis e estabelece as regras, colocando o sexo numa ordem que afirma continuamente o que é lícito ou ilícito, certo ou errado;

- o poder oprime o sexo dentro da lógica da interdição, fazendo funcionar uma lei de proibição que apresenta a ameaça de um castigo;

- essa interdição apresenta três formas: “afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista” (ibid., p. 82), fundando uma lógica de poder que promove um mutismo à linguagem do sexo e o coloca no campo da inexistência, já que não pode ser manifestado em linguagem;

- o poder é gerido por uma forma geral - o direito, que coloca em jogo “o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo” (ibid., p. 82). O poder coincide com a lei e se esquematiza de forma jurídica, colocando o sujeito nos limites da obediência.

## I. Repressão e Psicanálise

Para Foucault, tanto a concepção de um poder que reprime o sexo quanto aquela que insere a lei como constitutiva do desejo fundam-se em um modelo jurídico pouco criativo, que coloca limites, enuncia a lei e exige a obediência.

Com isso ele está dizendo que, apesar dos psicanalistas não fundarem seu conceito de repressão como proibição, mas articulando desejo e poder e colocando a lei como constituinte do desejo, esse conceito continua a funcionar através de um modelo jurídico de poder.

Assim sendo, os psicanalistas<sup>15</sup>, ao negarem a repressão do sexo, estão referindo-se a uma concepção de repressão baseada na interdição, na proibição. O que os psicanalistas propõem é uma nova forma de entender o conceito de repressão, mantendo o caráter jurídico no que se refere ao poder.

Entender o poder por meio de um caráter jurídico significa dizer que o seu exercício baseia-se na forma do direito, no qual estão em jogo os problemas “do direito e da violência, da lei e da ilegalidade, da vontade e da liberdade e, sobretudo, do Estado e da soberania” (FOUCAULT, 2001, p. 86).

Porém, esse poder funciona através de novos procedimentos “não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos” (ibid., p. 86).

Para Foucault, as análises contemporâneas fixam-se na representação jurídica das relações entre poder e sexo ao se perguntarem pelo lugar do desejo, da lei e do poder e de suas possíveis coincidências. Nessas análises o desejo é concebido relativamente a

---

<sup>15</sup> Foucault não afirma com qual escola da psicanálise ele está dialogando aqui, mas parece ser com a Escola Francesa, devido ao modo de entender o desejo e a repressão que ele apresenta em sua exposição.

um poder que enuncia a lei e de acordo com elas seria necessário “construir uma analítica do poder que não tome mais o direito como modelo e código” (ibid., p. 87).

A crítica que Foucault tece aos psicanalistas nesse ponto refere-se a uma analítica do poder fixada no modelo jurídico, que se pergunta ainda sobre o lugar da lei e do desejo. Não basta negar a repressão do sexo como fizeram. O ponto que Foucault considera em sua análise é “pensar o sexo sem a lei e o poder sem o rei” (ibid., p. 87), para, a partir daí, entender que não houve uma repressão, mas uma, incitação, que levou à formação de um saber sobre sexo, em termos de poder.

Foucault não entende poder como instituição nem como modo de sujeição, ou seja, deve-se ter claro que ele não entende poder como um sistema de dominação insidiosa possuído por um indivíduo ou um grupo. Poder deve ser entendido como uma correlação de forças que, de forma dinâmica, modifica-se, transforma-se e forma ou desfaz cadeias ou sistemas.

Devido à sua dinâmica não haveria um foco único de poder, mas “estados de poder” (ibid., p. 89). Temos uma onipresença do poder, uma vez que este se produz em todas as relações. O poder está entre um ponto e outro das relações. Para Foucault, poder não se confunde nem com uma instituição, nem com uma estrutura, “não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (ibid., p. 89).

Assim, poder não é algo que se possui, mas que é exercido nas relações, de qualquer natureza, seja ela econômica, de conhecimento ou sexual. Essas relações são sempre produtoras e não se apresentam como proibições.

Não há uma oposição binária entre dominadores e dominados nas relações de poder. Não temos uma verticalização do poder, e sim uma horizontalização. Há uma série de linhas de força que atravessam todo o corpo social. O poder não é entendido em

termos de causalidade. Sua racionalidade “é a das táticas muitas vezes bem explícitas no nível limitado em que se inscrevem (...) que, encadeando-se entre si” (ibid., p. 91) formam um conjunto.

O que existe são diversos pontos de resistência que se formam “no campo estratégico das relações de poder” (ibid., p. 91). Essas resistências não são simplesmente o negativo do poder; elas, como o próprio poder, apresentam forças e esquemas táticos que as mantêm sempre num sentido relacional, criando correlações de forças.

Para Foucault, os mecanismos de poder devem ser estudados no campo das correlações de força, pois só assim é possível abandonar o sistema de análise baseado na lógica jurídica, que tem a lei e o direito como soberanos.

Cabe, agora, perguntar como emergiu uma produção de discurso sobre o sexo “no campo das relações de poder, múltiplas e móveis” (ibid., p. 93). Para que se possa responder a essa questão, ele elege quatro regras de prudência:

- 1- Considerar que a sexualidade apenas se tornou objeto da ciência a partir do estabelecimento das relações de poder e que investiram técnicas de saber e “procedimentos discursivos” (ibid., p. 93) sobre a sexualidade. Foucault localiza como ponto de partida para a análise o que ele chama de “focos locais de poder-saber” (ibid., p. 94), ou seja, as relações nas quais são produzidos os discursos, o exame, a confissão, as interpretações etc;
- 2- Em vez de buscar quem detém e quem é privado de poder ou de saber, procurar as transformações que as correlações de força produzem nas relações e no jogo de poder-saber;
- 3- “deve-se pensar em duplo condicionamento, de uma estratégia, através da especificidade das táticas possíveis e, das táticas, pelo

invólucro estratégico que as faz funcionar. Assim, o pai não é o 'representante' na família, do soberano, ou do Estado; e os dois últimos não são, absolutamente, projeção do pai em outra escala" (ibid., p. 95);

4- deve-se considerar que a articulação entre saber e poder se dá no discurso. Não devemos pensar em uma polarização de discursos - algo como discurso aceito e discurso excluído - e sim uma multiplicidade "de elementos discursivos" (ibid., p. 95). Deve-se pensar o discurso como "instrumento e efeito de poder" (ibid., p. 96), ou seja, o discurso é veículo e produtor de poder. Quando, a partir do século XIX, se constitui um discurso científico que veicula a localização e classificação das perversidades sexuais, permite-se a produção de um discurso de reação que parte da própria perversidade. Deve-se pensar que não temos dois discursos, um contraposto ao outro, mas sim que os discursos pertencem a um mesmo "bloco tático no campo das correlações de força" (ibid., p. 97).

Foucault pretende, ao realizar sua análise, substituir o modelo do direito pelo modelo estratégico. Ele justifica essa escolha pelo fato de as sociedades ocidentais encontrarem a expressão das correlações de força, na guerra, expressão que foi transposta ao poder político.

Foucault elege a sexualidade como objeto em sua análise do poder por tratar-se de um elemento que ganha maior instrumentalidade nas relações de poder, sendo: "utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias" (ibid., p. 98).

À primeira vista, identifica-se quatro grandes estratégias produtoras de um dispositivo que operacionaliza uma eficácia no poder e uma produtividade no saber. Essas estratégias podem ser relacionadas a quatro “personagens” que se tornaram objetos privilegiados de saber: “a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso” (ibid., p. 100).

A mulher histérica carrega em seu corpo uma saturação de sexualidade, permitindo o desenvolvimento de um campo de práticas médicas. A criança masturbadora afirma uma atividade sexual infantil que deve, por motivos morais, ser pedagogizada, permitindo a formação de uma verdadeira guerra ao onanismo. O casal malthusiano representa uma socialização das condutas de procriação e socialização que assume um caráter econômico, político e médico. Econômico, pois mede-se a fecundidade dos casais por meio de práticas sociais ou fiscais; político, pois exige-se do casal uma responsabilidade social quanto à sua fecundidade; e médico, “pelo valor patogênico atribuído às práticas de controle de nascimentos, com relação ao indivíduo ou à espécie” (ibid., p. 100).

O adulto perverso foi objeto de uma análise clínica que entendeu sua conduta como patológica e o tomou como referência para uma normalização.

A produção da sexualidade deu-se pela própria produção dessas personagens e estratégias. A sexualidade é o encadeamento das estratégias de saber e de poder. A psicanálise incide seu saber sobre essas personagens tendo a sexualidade como sua via de acesso. Caberia aqui perguntar se a psicanálise pode ser entendida como uma das estratégias de saber e de poder e futuramente retornaremos a essa questão, pois ela é uma das faces da questão que aqui está sendo discutida.

É possível afirmar que o sexo fez nascer um dispositivo de aliança baseado na vivência do matrimônio, da filiação e da hereditariedade. Esse dispositivo adquire uma

importância econômica, pois fez circular as riquezas e assim que perdeu sua importância econômica o seu valor diminuiu, deu lugar ao dispositivo da sexualidade, que não o extingue completamente, somente o enfraquece.

O dispositivo da aliança identifica-se com o modelo do direito e o reproduz, enquanto o da sexualidade, em vez de não reproduzir, produz discursividade, fazendo “proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (ibid., p. 101).

Deste modo é possível posicionarmo-nos contra uma sexualidade reprimida, já que ela “está ligada a dispositivos recentes de poder” (ibid., p. 101), que estiveram em expansão a partir do século XVII. A sexualidade não reproduz as regras do direito, mas intensifica o corpo como objeto do saber e elemento do poder.

Entre o dispositivo da sexualidade e o da aliança não há uma substituição, mas uma relação. É a partir do dispositivo da aliança que o da sexualidade se constitui. O que sustentava a sexualidade na prática da penitência era o discurso do sexo como marca da união dos casais. O que estava em jogo era o sexualmente lícito ou ilícito dentro de uma relação matrimonial. Essa problemática das relações pouco a pouco evoluiu para a problemática da carne quando a confissão penetrou nos seminários, colégios e conventos, colocando em jogo os prazeres do corpo, as sensações, os deleites e os consentimentos.

Podemos notar que a sexualidade brota e se sustenta, como diz Foucault (ibid., p. 102), a partir de uma técnica de poder centrada na aliança. Os elementos que constituem o dispositivo da sexualidade formaram-se na célula familiar: “o corpo feminino, a precocidade infantil, a regulação dos nascimentos e, em menor proporção, sem dúvida, a especificação dos perversos” (ibid., p. 102). A família contemporânea não exclui a sexualidade, pelo contrário, a sustenta, garantindo a produção de uma sexualidade não homogênea e permitindo que os sistemas de aliança conheçam novas táticas de poder. “A

família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo da sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança” (ibid., p. 103).

Sendo a família o ponto de fixação dos dispositivos da aliança e da sexualidade, podemos entender que as relações familiares, perpassada por afetos sexuais, faz nascer uma lei que proíbe o incesto. O incesto é um ponto no qual os dois dispositivos estão representados. Na manifestação de sua proibição está representado o dispositivo da aliança e nas conseqüências da sublimação dos desejos sexuais relativos à sua realização, está representado o dispositivo da sexualidade.

A partir do século XIX, o tema das confissões e o objetivo dos exames era a revelação dos desejos sexuais presentes nas relações familiares, pois é ela que difunde a sexualidade. A família “é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo” (ibid., p. 105).

O trabalho de Charcot revela essa intenção de escutar os desejos no interior das relações familiares, “ele tentava separar o domínio da sexualidade do sistema da aliança” (FOUCAULT, 2001, p 105), para tratá-lo a partir de um modelo médico. O objetivo do tratamento de Charcot era integrar sexualmente os indivíduos no sistema familiar.

A psicanálise surge nesse cenário, levando as intenções de Charcot ao limite ao encarar a sexualidade do indivíduo fora do controle familiar. Ela trazia uma novidade, pois se ausentava do modelo médico, e colocava “em questão as relações familiares na análise da sexualidade” (ibid., p. 106). A psicanálise assume, portanto, relações com a lei da aliança, ao afirmar que a sexualidade de cada um se encontra na relação entre pais e filhos, relação que sustenta o dispositivo da aliança junto com a de marido e mulher.

Para Foucault, o acesso ao desejo em psicanálise dá-se através da aceitação de duas personagens do dispositivo da aliança: a “mãe-objeto” e o “signo soberano do pai”

(ibid., p. 106). É por meio deles que o filho chegará aos seus desejos, ou seja, é estabilizando o triângulo familiar que se acessa a sexualidade. A prática da análise psicanalítica reforçaria o sistema da família e, conseqüentemente, o dispositivo da aliança.

Foucault acredita que a função dos psicólogos, psicoterapeutas, criminologistas e psicanalistas não é outra senão a de serem agentes de um dispositivo disciplinar que se liga à soberania familiar, chamando esta função de “*Fonctin – Psy*” (FOUCAULT, 2003, p 86), que consiste na substituição dos dispositivos disciplinares da psiquiatria e do hospital psiquiátrico para dentro do seio familiar e faz com que as ciências “psi” sejam, a partir do século XIX, instituições disciplinares com objetivo de reafirmar o indivíduo. A *Fonction – Psy* faz funcionar os discursos de individualização, normalização e sujeição dos indivíduos no interior de sistemas disciplinares, a partir de uma refamiliarização.

Nota-se uma inversão na história do dispositivo da sexualidade. Anteriormente, técnicas do dispositivo da aliança, tais como a confissão e o sistema de punição, sustentavam e apoiavam a sexualidade e, com o advento da psicanálise, é o dispositivo da sexualidade que passa a sustentar o da aliança. “Na pastoral cristã, a lei da aliança codificava essa carne que se estava começando a descobrir e impunha-lhe, antes de mais nada, uma armação ainda jurídica; com a psicanálise, é a sexualidade que dá corpo e vida às regras da aliança, saturando-as de desejo” (FOUCAULT, 2001, p 107).

## Capítulo III – Biopolítica e Psicanálise

### A. Repressão do Sexo?

Com o que foi apresentado até agora, é possível construir uma cronologia da história da sexualidade. Se afirmarmos uma repressão, devemos considerar dois momentos importantes: o **século XVII**, como momento em que se inicia uma repressão do sexo, excluindo-o dos discursos, e o **século XX**, momento no qual essa repressão sofreu um relaxamento, garantindo uma certa tolerância para com as práticas pré-nupciais ou extra-matrimoniais.

Porém, se entendermos que não houve uma repressão e fizermos uma cronologia das técnicas que possibilitaram a colocação do sexo em discurso, deve-se iniciá-la em um período anterior - no século XVI - quando a confissão se torna obrigatória e periódica para os fiéis cristãos.

Do século XVI ao fim do século XVIII, a confissão ganha força como instrumento capaz de colocar o sexo em discurso e penetra em outras práticas menos religiosas, fazendo nascer uma nova tecnologia do sexo. “Através da pedagogia, da medicina e da economia” (FOUCAULT, 2001, p. 110), a confissão perde o sentido de ouvinte dos pecados já que, nessas instituições, o sexo se torna um problema de Estado.

O que está em jogo, a partir do final do século XVIII, é a sexualidade das crianças, das mulheres e os nascimentos nas populações. É nesse momento que se ordenam, através da instituição médica, as questões de normalidade e os problemas de vida e doença. Da “carne” católica passamos para o organismo médico.

Foucault localiza, na passagem do século XVIII para o XIX, uma separação na medicina: uma do sexo e outra do corpo. O aparecimento da medicina do sexo permite a criação de um domínio médico-psicológico das perversões, que nada mais é do que o

aparecimento de uma certa “ortopedia” (ibid., p. 111) do sexo. Juntamente com essa ortopedia, nasce, no campo da hereditariedade, a “posição de ‘responsabilidade biológica’ com relação à espécie” (ibid., p. 112).

Nota-se assim, na segunda metade do século XIX, duas grandes inovações: uma medicina do sexo e um problema de eugenia, que encontram uma articulação na teoria da degenerescência, pois se foi investigada a origem de uma perversão, será localizada em alguma doença hereditária de algum antepassado do perverso.

Para Foucault (2003, p. 220), a degenerescência é definida por Morel antes do evolucionismo. Chama-se de degenerado uma criança sobre a qual pesam, a título de estigmas ou de marcas, os restos da loucura de seus pais ou de seus ascendentes. A degenerescência seria qualquer efeito da anomalia produzida sobre as crianças por seus pais. A degenerescência é a predisposição a anomalia que, na criança, irá tornar possível a loucura do adulto, e a marca, em forma de anomalia, a loucura dos seus ascendentes.

Formou-se um sistema “perversão-hereditariedade-degenerescência” que pautou as práticas da “psiquiatria, mais a jurisprudência, a medicina legal, as instâncias de controle social, a vigilância das crianças perigosas, ou em perigo” (FOUCAULT, 2001, p. 112), criando uma prática social coerente com o racismo.

No final do século XIX, o advento da psicanálise rompe com a lógica da degenerescência e recupera o projeto de uma medicina dos instintos sexuais distante das teorias da hereditariedade e que livra a medicina dos racismos e eugenismos. Foucault afirma que a psicanálise, do final do século XIX até a década de 1940, dentre as tecnologias do sexo, foi a única medicalização do sexo que se opôs “aos efeitos políticos e institucionais do sistema perversão-hereditariedade-degenerescência” (ibid., p 113).

Segundo Foucault (2003, p. 221), vê-se emergir o campo da psicanálise, diante de duas noções: a degenerescência e o instinto, ou seja, o destino familiar do instinto<sup>16</sup>. Para ele, a psicanálise começa a falar, a funcionar, pegando estas duas noções e fazendo-as funcionar em conjunto. Propõe, ainda, que nos perguntemos qual o sistema de trocas que se produz entre ascendentes e descendentes, crianças e pais, o que coloca em questão o instinto.

Para esse autor (ibid., p. 221), o princípio da generalização da noção de Doença Mental na psiquiatria fundamenta-se a partir da criança que o adulto foi. Para a psicanálise esse princípio não se encontra no uso generalizado da noção de doença mental, mas no fracionamento prático do campo das anomalias. É precisamente nessa generalização, a partir da criança e da anomalia e não do adulto e da doença, que se forma o objeto da psicanálise.

Nessa cronologia, que não coincide com a hipótese repressiva do sexo, é possível notar dois momentos importantes: a metade do século XVI, com o surgimento dos exames de consciência, e o início do século XIX, com a medicalização do sexo. Considerando essa cronologia, a idéia de um ciclo repressivo é posta em dúvida, pois parece não ter existido uma época de repressão. Outra questão possível relaciona-se à homogeneidade dos processos nos diversos níveis sociais, já que não parece ter havido uma unidade quanto às políticas sexuais.

Outro ponto importante é que o dispositivo da sexualidade não parece ter sido instalado como uma limitação do prazer. Não parece ter sido o instrumento de uma “classe dirigente”, pelo contrário, como nota Foucault, o dispositivo da sexualidade parece ter sido um instrumento usado pela classe burguesa nela mesma.

---

<sup>16</sup> “Le champ de la psychanalyse, c’est-à-dire la destinée familiale de l’instinct” (FOUCAULT, 2003, p 220).

Esse dispositivo, em vez de ser uma repressão do sexo das classes exploradas, é muito mais uma valorização “do corpo, do vigor, da longevidade, da progenitura e da descendência das classes que ‘dominavam’” (FOUCAULT, 2001, p 116). O dispositivo da sexualidade é mais uma exaltação de uma classe que a dominação de uma sobre a outra.

A partir do século XVIII, a burguesia identifica o sexo com o seu próprio corpo, especificando-o e formando “um corpo ‘de classe’ com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça” (ibid., p. 117). A nobreza identificou-se com e lutou pela marca do sangue. O sexo, identificado com o corpo, pela burguesia, teve o mesmo valor.

Os cuidados com o corpo, com a saúde, com a higiene e a preocupação em expandir o corpo em suas forças é que diferenciam a burguesia das tradicionais relações consangüíneas da nobreza. O cuidado com o sexo não era uma questão de mistura de castas, mas uma preocupação em produzir um corpo mais saudável, mais vigoroso; a preocupação não era a produção de uma melhor força-trabalho. Esse cuidado de busca por um corpo perfeito tem valor político, econômico e histórico, e representa o presente e o futuro da própria burguesia. A burguesia tinha como objetivo melhorar as descendências humanas, o que lhes daria motivo para justificar, através do corpo, um certo racismo. É a tentativa de garantir a sua força. Com essa apropriação do corpo e do sexo pela burguesia, ocorreu a generalização do dispositivo da sexualidade, que colocou o sexo e a sexualidade na lógica da lei, e que foi difundido pela teoria da repressão.

A psicanálise, que implica lei e desejo, torna-se uma técnica para eliminar os efeitos patogênicos trazidos pelo rigor das repressões, e vincula-se inteiramente ao dispositivo da sexualidade.

A lei do incesto é um exemplo de uma interdição da sexualidade que vale para toda a sociedade, para todo indivíduo. Na prática, a psicanálise tenta eliminar “os efeitos de recalque que a interdição pode induzir” (ibid., p. 121-2), permitindo que o desejo

incestuoso seja articulado em discurso, eliminando o recalque que o rigor da repressão traz e propiciando a cura dos problemas que as interdições provocam.

A psicanálise desempenha importantes e diversos papéis no dispositivo da sexualidade, como afirma Foucault:

(...) é mecanismo de fixação da sexualidade sobre o sistema de aliança; coloca-se em posição adversa em relação à teoria da degenerescência; funciona como elemento diferenciador na tecnologia geral do sexo. Em torno dela, a grande exigência da confissão que se formara há tanto tempo, assume um novo sentido, o de uma injunção para eliminar o recalque (ibid., p. 123).

## **B. Psicanálise e Política**

Foucault recomenda uma análise que desconsidere a repressão do sexo, e deve-se pensá-lo como incitado em discurso. Ele propõe que houve, em vez de uma repressão, uma proliferação de discursos em torno do sexo.

Deve-se também desconsiderar, na análise, o conceito de repressão do modo como é pensado no saber psicanalítico, pois como demonstrou-se anteriormente, esse conceito é implicado na Lei do Desejo e coincidente com um modelo jurídico de poder.

Deve-se considerar que a sexualidade torna-se objeto de saber por meio de relações de poder que produzem discursos diversos. Pode-se entender a psicanálise como fonte desses discursos e como um foco local de poder-saber, ou seja, um meio de articular relações de poder que produzem discursos de saber tendo a sexualidade como objeto.

A análise agora seguirá entendendo a sexualidade em um modelo estratégico e tratando as questões em um campo político.

Assim sendo, seria possível questionar sobre quais estratégias políticas o saber psicanalítico produz o seu discurso sobre a sexualidade, ou seja, entender a psicanálise dentro do contexto do dispositivo da sexualidade e como elemento articulador deste dispositivo com o da aliança. Outra questão seria entender como esse saber ganha valor

político na sociedade burguesa, como a psicanálise passa a ser entendida como técnica para eliminar os efeitos de uma suposta repressão, em suma, as questões agora devem seguir dentro do contexto da biopolítica.

O que se pretende neste momento é pautar a leitura que está sendo feita neste contexto e propor uma questão que permita entender a sexualidade como incitada em discursos que envolvam estratégias políticas e que têm a psicanálise como um possível elemento articulador.

Faz-se necessário apresentar o panorama que envolve o conceito de Biopolítica para que seja formulada uma questão coerente com a análise apresentada até agora.

A constituição do corpo social é perpassada por múltiplas relações de poder, que têm seu funcionamento associado à produção e à circulação do discurso entendido como verdadeiro. Desta forma, para que haja exercício de poder, é necessária uma economia de discursos verdadeiros. Assim, o exercício de poder dá-se mediante a produção da verdade. No corpo social deve-se dizer a verdade, confessar e encontrar a verdade. O poder é questionar, o que registrar, “institucionalizar a busca da verdade” (FOUCAULT, 1999e, p. 29). Tem-se então que produzir a verdade e se submeter a ela, no sentido de que a verdade é a norma.

Tendo a verdade como norma, o que deve ser analisado são os procedimentos de sujeição postos em prática por ciências como o direito ou a psicanálise, ou seja, ciências que fazem circular uma economia de discursos verdadeiros vinculados à produção de normalidade. Trata-se, portanto, de entender o poder em suas extremidades, ou seja, onde ele se torna capilar:

Tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais, mais locais, sobretudo no ponto em que esse poder, indo além das regras de direito que o organizam e o delimitam, se prolonga, em conseqüências, mais além dessas regras, investe-se em instituições, consolida-se nas técnicas e fornece instrumentos de intervenção materiais, eventualmente até violentos. (ibid., p. 32).

Desta forma, um dos primeiros efeitos do poder é identificar e constituir corpos, gestos, discursos e desejos como indivíduos. O indivíduo é, então, efeito e intermeio de poder, que se distribui através dos corpos.

A análise que Foucault faz do poder não visa verificar como, a partir da ascensão burguesa, o louco passou a ser internado por não ser produtor dentro da máquina capitalista ou justificar a instituição burguesa de uma repressão da sexualidade infantil por esta desviar a força de trabalho para o sexo.

Para Foucault, a análise que deve ser feita é a verificação de como, historicamente, os mecanismos de controle puderam produzir uma repressão da sexualidade infantil ou uma exclusão do louco. Como, num nível celular, a exclusão ou a repressão, “seus instrumentos, sua lógica, corresponderam a um certo número de necessidades; mostrar quais foram os seus agentes” (ibid., p. 38) e verificar como esses mecanismos de poder começam a se tornar economicamente lucrativos e politicamente úteis. O ponto central de análise é verificar como e por que os mecanismos de exclusão, a aparelhagem de vigilância, a medicalização da sexualidade, da loucura e da delinqüência, ou seja, a micromecânica do poder passou a interessar à burguesia a partir de um certo momento.

O exercício do poder faz-se através da formação, organização e circulação de aparelhos de saber.

Na realidade, a burguesia não se interessa nem pelo louco nem pela sexualidade das crianças, mas pelo poder e pelos sistemas de poder que incidem e controlam os loucos e a sexualidade infantil e esse exercício de poder é realizado pelas formação, organização e circulação de aparelhos de saber.

\*

Nesta análise retoma-se o princípio de soberania, já que Foucault utiliza-se dela para compor a análise da biopolítica.

Foucault analisa que o poder do soberano é marcado pelo direito de vida e morte sobre os seus súditos, que se apresenta basicamente em duas situações: a situação de guerra, na qual os súditos oferecem suas vidas a fim de preservar a de seu soberano; e a situação de desrespeito às leis do soberano, momento no qual este tem o direito de castigá-lo com a morte. Neste segundo caso, o desrespeito às leis do soberano representa, metaforicamente, um ataque à soberania e o soberano exerce o poder de matar seus súditos, ao defender sua soberania.

De qualquer modo, o que está em jogo é sempre a defesa da soberania, já que nos dois casos os súditos são chamados para, com suas vidas, preservar a soberania do soberano. Essa situação está presente tanto no caso da guerra, quando a soberania é ameaçada por um inimigo externo, como quando ela é ameaçada pelo desrespeito das leis.

O direito do soberano pela vida de seus súditos é exercido pelo seu direito de matar. “O direito que é formulado como ‘de vida e morte’ é, de fato, o direito de *causar* a morte ou os *deixar* viver” (FOUCAULT, 2001, p. 128). Esse tipo de poder remete a um determinado período histórico dessas sociedades, em que o exercício do poder se dava através da apreensão do tempo, dos corpos, da vida - apreensão para supressão. Porém, Foucault afirma que, a partir da época clássica, o Ocidente viu uma transformação dos mecanismos de poder. O poder de suprimir tende, então, a um poder de gestão. A morte, que era o instrumento pelo qual o soberano exercia sua defesa ou solicitava-a, passa a ser a negação “do direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la” (ibid., p. 128).

Pode-se entender que, na história, há a passagem do poder negativo, ou seja, um poder que nega a vida, para um poder afirmativo da vida. Porém, à custa dessa afirmação, nunca se matou tanto. Populações inteiras foram sacrificadas. As guerras deixaram de ser travadas em nome da defesa de um soberano e passaram a visar valoração da existência de todos. Dizima-se uma população inteira para que outra possa continuar a existir. Para gerir uma determinada vida ou raça, regimes políticos promovem guerras que causam a morte de muitos. O que está em jogo é a soberania de uma determinada raça, a eleição de uma determinada vida, que é, metaforicamente, melhor de ser vivida. Esse é um tema muito contemporâneo; vemos nas disputas do Oriente Médio questões relacionadas à valoração de um tipo de raça, e de um tipo de vida definindo guerras e ataques. As vidas, em um discurso subliminar, valem menos do que o petróleo afinal, a vida ocupa um lugar estratégico na gestão dos governos.

Este mecanismo não está presente num outro período histórico, pois quando o soberano solicitava a defesa de sua soberania, existia a possibilidade do súdito negar a fazer-lo e atacar o soberano, escolher a defesa de outro soberano ou tentar lutar pela sua própria soberania. Quando, a partir dessa mudança de foco de poder, elege-se uma população inteira como inferior, ou melhor, elege-se uma raça como tendo uma vida indigna para que com isso outra raça seja valorizada, nada há a ser feito a não ser tentar vencer a guerra ou aceitar o subjugamento. Como diz Foucault, “o poder de expor uma população à morte geral é o inverso do poder de garantir o poder à outra sua permanência em vida” (ibid., p. 129).

Este racismo constitui um mecanismo perverso já que ele não permite a conversão. Uma vez nascido sob o signo de uma determinada raça, cor ou espécie, não há como reverter. Mesmo diferindo de Foucault quanto a concepção do termo “racismo”, Castoriadis se assemelha a Foucault quando afirma que a impossibilidade de conversão é

a representação do verdadeiro racismo, como ele afirma: “O racismo, entretanto, não quer a conversão dos outros, ele quer a sua morte” (1992b, p. 36).

Entre uma concepção e outra de poder há deslocamento de uma existência jurídica da soberania para uma biológica da população. Com isso, na modernidade, o poder é exercido em outro nível, não mais em nome da defesa de uma vida (a do soberano) mas em nome de uma raça, de uma população, de um tipo de vida, de uma espécie.

Lançar-se-á mão agora de Agamben (2002), autor foucaultiano italiano, ainda vivo e produzindo obras que majoritariamente estudam a biopolítica, é importante para o estudo ora realizado sobre biopolítica, pois ele segue a partir e após Foucault a respeito das discussões sobre este tema. Os trabalhos de Agamben referem-se, em sua maioria, a questões sociais e políticas analisadas historicamente. Deve-se ter claro que Agamben não se debruça sobre a psicanálise, mas no que se refere à biopolítica, traz contribuições preciosas.

Agamben afirma, analisando Foucault, que o ponto em que o indivíduo como corpo vivente torna-se elemento de estratégias políticas é o momento em que a política se torna uma biopolítica, transformando a saúde e a vida biológica em questões do poder. Seguindo ainda a análise de Agamben, “o impulso que leva a modernidade a fazer da vida enquanto tal a aposta em jogo nas lutas políticas” (ibid., p. 119), é o que faz a própria vida assumir a figura soberana. Isto faz com que a vida de cada homem seja posta em questão. Desse modo, virtualmente, na biopolítica, a vida de todos nós pode ser uma vida que não vale a pena ser vivida, tornando qualquer homem matável e insacrificável.

Para Agamben (ibid.), a instalação de uma biopolítica pode explicar o surgimento do holocausto, que elege a vida do povo hebreu como uma vida que não vale a pena ser vivida, para então afirmar que a vida da raça ariana é que tem valor, isso torna

cada hebreu uma criatura matável, destituída de qualquer qualidade humana. Nessa lógica, os valores da vida humana concentram-se nas excelências da raça ariana.

Tanto para Agamben, como para Foucault, a questão da supremacia de um povo em detrimento de outro está sempre posta enquanto a biopolítica vigora. Por isso a vida de cada um não tem valor, e só passa a ter quando inserida no contexto populacional, pois apenas desta maneira faz sentido toda a política de Estado para controle das populações.

A biopolítica traz uma nova legitimidade para a morte já que, no que se refere ao poder soberano, a morte é uma vingança ou uma defesa do corpo soberano no que se refere à biopolítica; através da guerra, da pena de morte e do extermínio, mata-se “aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 2001, p. 130).

Foucault chama a atenção para a desqualificação da morte, ocasionada pelo desuso dos rituais que resulta da biopolítica. Agamben também refere-se a este aspecto moderno dizendo que a morte do indivíduo moderno, na lógica da biopolítica, tem o mesmo valor da morte do *homo sacer*, figura do direito romano cuja morte não era ritualizada ou reclamada pelo direito público, ou seja, nenhum.

Para entender melhor, Foucault lembra-nos que, quando o súdito era sacrificado, a ritualização da sua morte simbolizava que esta substituiria “uma soberania terrestre por uma outra, singularmente mais poderosa” (ibid., p. 130). Modernamente a morte não passa de um limite entre o poder se estabelecer ou não. É sobre a vida e o seu curso que o poder se fixa e é tarefa do poder político gerir a vida.

Existem dois momentos marcantes no desenvolvimento da biopolítica. O primeiro, a partir do século XVIII, centrou-se no corpo e, entendendo-o como uma máquina, promoveu o seu adestramento através das disciplinas, potencializando e

otimizando as suas capacidades. No segundo momento, relativo à segunda metade do século XVIII, investiu-se no corpo-espécie, ou seja, o corpo como lugar do desenvolvimento dos processos biológicos e dinâmicos dos seres vivos: “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar” (ibid., p. 131), o que gerou uma intervenção que visava regular e controlar a população.

Tem-se, então, as disciplinas do corpo e as regulações da população como dois pólos de desenvolvimento da biopolítica.

Enquanto as disciplinas tratam de educar e objetivar os corpos individualmente, a biopolítica procura regulamentar as populações, visando não mais ao homem-corpo, mas o homem-espécie. Nesse enfoque, a biopolítica, constituindo uma tecnologia do biopoder ou uma tecnologia sobre a população, cria um “poder contínuo, científico, que é o poder de ‘fazer viver’ ” (FOUCAULT, 1999e, p. 294).

Temos instalada a era do biopoder, representada pelo surgimento de numerosas técnicas de sujeição dos corpos e de controle das populações, e, articulando-as, “a grande tecnologia do poder no século XIX” (FOUCAULT, 2001, p. 132): o dispositivo de sexualidade.

Agamben (2002, p. 193) afirma, então, que o conceito de sexualidade nasce dentro de uma biopolítica, e mesmo que se construa um novo significado para esse conceito, oposto ao vigente, essa oposição nascerá atrelada aos alicerces da biopolítica.

Nesse sentido, Foucault demonstra que o século XIX incitou o discurso sobre sexo através de um mascaramento, de uma proibição: era biopolíticamente correto falar de sexo em determinados lugares e contextos, por determinadas pessoas e de uma determinada forma. Isso coloca Freud e a psicanálise dentro dos padrões biopolíticos. Freud está falando de sexo de uma forma e de um lugar autorizados. Até mesmo a

perplexidade acerca de seu discurso é esperada. Ela garante o mascaramento de um discurso incitado politicamente, discurso desviante.

O biopoder, além desse papel de incitação de discursos, realizado pela articulação entre as técnicas de sujeição dos corpos e de controle da população através do dispositivo da sexualidade, é entendido por Foucault como um elemento importante no desenvolvimento do capitalismo, porque ele insere os corpos nos meios de produção através de sua sujeição e ajusta as populações aos processos econômicos. O biopoder “se caracteriza pela crescente organização da população e seu bem-estar, visando ao aumento da força e da produtividade” (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 8).

Para que esse ajuste das populações e sujeição dos corpos seja possível, o capitalismo demanda o desenvolvimento de inúmeros aparelhos de Estado, na forma de instituições de poder, que criam técnicas para este poder atuar em diferentes níveis do corpo social. Assim, através das instituições mais diversas “(a família, o exército, a polícia, a medicina individual” ou a administração das coletividades)” (FOUCAULT, 2001, p. 132), a biopolítica garante sua rede de atuação, controlando as diversas forças produtivas necessárias ao capitalismo e gerando fatores de segregação e hierarquização social. O exercício do biopoder, através da operação das diversas instituições do corpo social, permite que os corpos e a população se ajustem aos meios de produção capitalista.

Essas instituições, ao levar em conta os processos da vida, criam meios de atuar nas populações, e também individualmente, por meio de procedimentos de poder e saber que fazem com que a vida seja calculada, transformada e modificada. Estuda-se, observa-se e experimenta-se formando um campo de saber sobre os indivíduos e as populações. Novas disciplinas são criadas e as antigas debruçam-se sobre novos temas. É toda uma rede de produção de saber para poder fazer, entendendo fazer como todo o controle que se deseja ter dos corpos individuais e das populações. Poder-saber deve ser

entendido, em Foucault, como um único elemento que define todos esses procedimentos de controle da vida humana.

Pode-se chamar essas técnicas de poder-saber, que fazem com que a vida humana seja investida, mensurada, estudada, calculada e transformada em biopolítica. Tem-se, então, duas tecnologias de poder: de um lado, a disciplinar, que incide e manipula o corpo individualizando-o, objetivando-o como um corpo dócil e útil, e de outro lado, uma tecnologia que não mais recai sobre o corpo, mas sobre a vida. Uma tecnologia que agrupa e que forma a massa, a população. Uma tecnologia que procura controlar e modificar os eventos da população e visa não mais um treinamento individualizado, mas um equilíbrio global. De certo modo, essa segunda tecnologia tem um foco sobre o corpo, mas de uma forma diferente: a primeira individualiza o corpo como dotado de capacidades e a segunda recoloca os corpos nos processos biológicos de conjunto. “É o fato de o poder encarregar-se da vida, mais do que ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo” (ibid., p. 134).

“Temos pois duas séries: a série corpo-organismo-disciplina-instituição; e a série população – processos biológicos - mecanismos regulamentadores - Estado” (FOUCAULT, 1999e, p. 29). Temos, de um lado, a disciplina que é um conjunto orgânico-institucional e, de outro, um conjunto biológico-estatal. Apesar de complementares, esses dois conjuntos de mecanismos não são de mesmo nível, o que permite que eles não se excluam, articulem-se um com o outro.

Para Foucault, a vida do homem é posta em questão na política e esse novo foco na política traz conseqüências para os discursos científicos, fazendo proliferar novas tecnologias que investem “sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência” (2001, p. 135).

O desenvolvimento da biopolítica, que se refere diretamente à vida, aumenta a importância da norma, pois ao distribuir a população em torno dela, o trabalho de qualificação, mensuração, avaliação e hierarquização fica facilitado.

Essa organização do sistema político em torno da norma faz com que a lei passe a funcionar como a própria norma, aproximando-a cada vez mais de aparelhos reguladores como as instituições médicas e administrativas. As leis escritas acabam sendo meios de tornar aceitável um poder normalizador. É nesse contexto que o sexo se torna um elemento importante no âmbito da biopolítica, pois articula-se entre dois eixos de uma tecnologia da vida: as disciplinas do corpo e a regulação das populações. O sexo é o meio pelo qual o investimento político pode acessar tanto a vida do corpo quanto a vida da espécie.

Por isso, para Foucault, o sexo e a sexualidade serão as formas mais importantes dos agenciamentos que constituem a tecnologia do poder porque, dentro desse dispositivo, encontram-se inseridos os dois conjuntos de mecanismos: o disciplinador e o regulador. De um lado, por ser um comportamento corporal, a sexualidade passa por um “controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente” (FOUCAULT, 1999e, p. 300). Por outro, por ser um processo biológico com efeitos procriadores, ela coloca uma questão diferente da incisão sobre o corpo do indivíduo, penetrando na constituição da população. “A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população” (FOUCAULT, 1999e, p. 300).

A partir do século XIX institui-se, então, uma idéia médica sobre a sexualidade, afirmando que, quando esta é irregular e indisciplinada, ocorrem duas ordens de efeito: uma recai sobre o corpo indisciplinado, que é “imediatamente punido por todas as doenças sexuais que o indivíduo atrai para si” (ibid., p. 301) e a outra recai sobre as populações, pois acredita-se que há uma descendência, uma hereditariedade dessa devassidão

sexual, que será passada de geração a geração. “É a teoria da degenerescência” (ibid., p. 300). A medicina constitui-se, assim, como um saber-poder que incide concomitantemente sobre o corpo e a população, sobre os organismos e os processos biológicos, tendo efeitos ao mesmo tempo reguladores e disciplinares. Não é à toa que nasce uma medicina da sexualidade no século XIX.

Segundo Rabinow e Dreyfus, a partir do fim do século XIX, a sexualidade passa a ser descrita em termos médicos, possibilitando a existência de dois campos da medicina: uma medicina do corpo e uma medicina do sexo. A medicina do sexo era buscada no isolamento do instinto sexual, ligando a sexualidade a uma forma de saber que conectava “o indivíduo, o grupo, o sentido e o controle” (1995, p. 187).

O surgimento dessa medicina sexual, nas palavras de Foucault, faz com que a sexualidade seja:

(...) esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la ( 2001, p. 137).

Ora, pode-se supor, pela citação anterior, que Foucault está se referindo ao surgimento da psicanálise e atribuindo a ela um lugar no contexto das tecnologias políticas. Como a psicanálise insere-se no campo de saber da sexualidade é possível pensar que o interesse político pelo sexo e pela sexualidade tenha tornado possível que o discurso psicanalítico fosse pronunciado.

A investigação deve, então, seguir no campo da biopolítica, pois deve haver aí um ponto de interesse biopolítico na aceitação desse novo discurso, já que a psicanálise pode ser vista como um instrumento de regulação sexual. Para tentar entender a ligação

da psicanálise com a biopolítica faz-se necessário propor a seguinte questão: a psicanálise cumpre esse papel de regulação da população e normalização do corpo sexual?

Parece que aqui se chega à questão que alimenta este trabalho: verificar se a psicanálise cumpre o papel biopolítico que lhe é proposto. Notem que não se está perguntando se a psicanálise cumpre o papel político a que ela se propõe - se é que ela se propõe algum - mas sim se a psicanálise, dentro do cenário biopolítico, constitui-se como um saber sobre o sexo que tem alguma utilidade para os instrumentos de regulação da população e disciplinarização do corpo sexual.

Segundo Foucault, formou-se todo um campo de tecnologias em torno do sexo, com o objetivo de disciplinar o corpo e regular a população, compondo, através de uma política do sexo, técnicas disciplinares e procedimentos reguladores, “o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida” (2001, p. 138).

Para Foucault (2003, p 88), através da psicanálise é possível analisar todas as instituições disciplinares, já que a psicologia, entendida como instituição, é responsável pelo controle dos dispositivos disciplinares. É a psicologia como instituição que devolve a soberania à família, como instância de verdade, a partir da qual pode-se descrever e definir todos os processos, positivos e negativos, que se passam nos dispositivos disciplinares. Para Foucault, a psicanálise é o discurso mais familiar de todos os discursos psicológicos e é isso que a faz funcionar, como um discurso da verdade a partir do século XX.<sup>17</sup>

Pode-se afirmar que se vive numa sociedade cujo tema principal é a sexualidade. Foucault nos faz pensar que todos os mecanismos de poder, todas as formas de controle, as incitações e proibições de discurso, a valoração de certas aptidões, raças

---

<sup>17</sup> “Il n'est pas étonnant que le discours de la famille, le plus “discours de famille” de tous les discours psychologiques, c'est-à-dire la psychanalyse, puisse, à partir du milieu du XX siècle, fonctionner comme étant le discours de vérité à partir duquel on peut faire l'analyse de toutes les institutions disciplinares.” (FOUCAULT, 2003, p 88)

ou espécies, todos esses temas caros aos sistemas de poder discursam sobre a sexualidade. Vivemos numa sociedade que pratica incessantemente uma analítica da sexualidade, na qual estão presentes questões a respeito “da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações” (2001, p. 139).

Em nome dessa analítica da sexualidade, um tema que anteriormente se referia a toda uma simbologia do sangue, o racismo de Estado retorna com uma nova cor e força no século XX. Através dele formou-se toda uma política de controle dos povoamentos, dos casamentos e das propriedades e um controle sobre os corpos e sobre seu uso. Um controle em nome da pureza do sangue e da supremacia de uma raça.

Forma-se um discurso disciplinar que tem a função de normalizar e que gera um combate entre as raças: uma que se considera a verdadeira e a única, ou seja, aquela que detém a norma, e as outras que fogem desta norma ou que constituem perigos para o patrimônio biológico. É um discurso “biológico-racista sobre a degenerescência, mas também todas as instituições que, no interior do corpo social, vão fazer o discurso da luta das raças como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade” (FOUCAULT, 1999e, p 73). Tem-se então um discurso racista, que é um discurso da guerra das raças em termos sócio biológicos, com “finalidades essencialmente de conservadorismo social e, (...) de dominação colonial” (ibid., p. 75).

O Estado, neste contexto das raças, torna-se o protetor da sua integridade, superioridade e pureza, trazendo para si uma soberania “cujo brilho e cujo vigor não são agora assegurados por rituais mágico-jurídicos, mas por técnicas médico-normalizadoras que se tornam possíveis graças a uma transferência da lei para a norma, do jurídico para o biológico” (ibid., p. 96). A soberania do Estado trouxe para si o imperativo de proteção da raça. Nesse sentido, o inimigo de classe dentro do Estado soviético, segundo Foucault, é o doente, é o transviado, é o louco, ou melhor, uma espécie de perigo biológico.

Agamben afirma que uma das características da biopolítica é definir continuamente o que está dentro e o que está fora. Na questão do racismo esse tema é recorrente, existindo as raças que estão dentro e as que estão fora do sistema político. Na lógica biopolítica “os organismos pertencem ao poder público: nacionaliza-se o corpo” (2002, p. 172).

Foucault afirma que, num movimento contrário ao do racismo, a psicanálise desconfia dos mecanismos de poder que objetivam controlar e gerir o cotidiano da sexualidade, dando a ela a lei como princípio: “a lei da aliança, da consangüinidade interdita, do Pai-Soberano, em suma, para reunir em torno do desejo toda a antiga ordem do poder” (2001, p. 141). Para ele, essa desconfiança é vista como uma honra política para a psicanálise.

Rajchman afirma que, para Foucault, a grandeza política de Freud foi ter rejeitado a idéia de degenerescência sexual, idéia que afirma haver uma continuidade de perturbações sexuais, que passa de geração a geração e é causa de comportamentos sexuais inadequados. Freud usou concepção de uma lei do desejo para opor-se a essa idéia remetendo-se a antigas idéias de Lei e soberania. “Em oposição à categoria de norma da sociedade, Freud reintroduziu uma teoria da Lei da Civilização e de seu mal-estar” (1993, p. 125).

Para Foucault, Freud não pronuncia seus discursos de fora ou contra o dispositivo da sexualidade, que já existia muito antes da psicanálise. Freud não traz um discurso contraventor ou um discurso novo sobre sexo e sexualidade. Freud articula de forma brilhante um discurso sobre sexo, ou melhor, coloca o sexo em discurso dentro dos limites marcados, desde o século XVIII, pelas estratégias de saber e poder.

## Capítulo IV – Considerações Finais

### A. Foucault e a Psicanálise

Apesar de Foucault não ser, em nenhum momento, afirmativo quanto ao lugar da psicanálise na sociedade contemporânea pode-se, através de uma cuidadosa leitura, traçar caminhos que permite questionar se a psicanálise tem ou não alguma função nos mecanismos da biopolítica.

Tentou-se até aqui questionar o lugar da psicanálise em nossa sociedade. Essa questão pode parecer ampla, mas tem que se ter por norte a tentativa de responder se a psicanálise cumpre ou não o papel de regulação da população e normalização do corpo sexual.

Foucault afirma que, se se pensar que há uma repressão do sexo e da sexualidade na sociedade desde o século XIX, pode-se supor que a psicanálise seja um instrumento de liberação do inconsciente e da sexualidade.

Porém, essa suposição não se sustenta se for considerada a hipótese de que se houve de fato uma repressão, a tarefa de liberar a sexualidade seria muito custosa para ser realizada somente por meio desse saber.

Foucault recomenda que se desconsidere a hipótese de que há uma repressão do sexo, pois defende que há uma busca incessante pela verdade do ser humano, obtida pela confissão da sexualidade, que se constitui como matéria a ser interpretada.

A confissão surge como um sacramento católico e, no decorrer do tempo, é assimilada pelas diversas instituições sociais, tais como: a jurídica, em que o criminoso confessa seu crime; a médica, em que o doente confessa os atos que o levaram à doença; e também a psicanálise, em que, na busca pela verdade de seu desejo, o sujeito confessa tudo o que vier à sua mente. A confissão torna todo e qualquer desejo um discurso.

Por três séculos o homem valorizou a colocação do sexo em discurso e criou meios e modos para tornar isso possível. A psicanálise parece também ser um meio para formar e acolher um discurso sobre o sexo.

Pode-se notar, desse modo, que a psicanálise, por meio da confissão da sexualidade, pode ser considerada um instrumento, entre outros, para formar um discurso sobre o desejo.

Segundo a análise de Foucault, a confissão é o modo de se colocar a sexualidade em discurso para que o sintoma, que sempre é de origem sexual, seja expresso. Conforme sua afirmação, tudo torna-se matéria de confissão, “confessam-se passados e sonhos, confessa-se a infância” (2001, p. 58). O sexo, ou melhor, a sua confissão é o meio de revelar a verdade do sujeito.

O *setting* analítico é um lugar autorizado em que se fala livremente da sexualidade e o analista é, do mesmo modo, autorizado a ouvir e interpretar essa confissão.

Mas a colocação do sexo em discurso possibilitada pela psicanálise, não é suficiente para se afirmar que essa prática promove uma regulação da população e uma normalização do corpo sexual. A normalização pode ser entendida como a criação de um padrão de valores que funciona dentro de um regime do positivo ou do negativo, do tudo ou nada, obrigando o indivíduo a escolher sua posição. A normalização ordena e organiza as atividades humanas.

No que se refere à sexualidade, desde o final do século XVIII e início do XIX, nota-se que a normalização centrou-se sobre a monogamia heterossexual, que sustenta a legitimidade do casal e que é tida como uma sexualidade normal; e, paralelamente, sobre toda uma sexualidade periférica, que exemplifica como esta não deve ser.

Essa normalização é definida por dois sistemas de regras que regem o sexo: “a lei da aliança e a ordem dos desejos” (ibid., p 40), que fazem nascer duas qualidades de infrações: uma referente às leis do casamento e outra referente à regularidade de um funcionamento natural.

Para Foucault, a normalização possibilitou que se localizasse e descrevesse as sexualidades periféricas, tornando-as objeto da medicina e questão da lei e da moral. Para que essa localização e descrição fossem possíveis Foucault afirma que torna-se necessária a criação de instituições de vigilância e correção, formando uma ortopedia social. “A polícia para vigilância, as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas para a correção” (FOUCAULT, 2002, p. 86).

A fim de garantir essa normalização, nota-se o surgimento de uma tecnologia de poder que possibilita o exercício do controle constante: uma disciplina que visa tornar o corpo obediente e útil, para controlar e utilizar o homem.

A disciplina precisa identificar o corpo dos indivíduos para poder acessá-lo, e utiliza-se do exame como meio de tornar o indivíduo um objeto descritível. O exame é uma técnica que objetiva, analisa e descreve os indivíduos, colocando-os no campo do saber e tornando-os um caso, processo que permitiu o surgimento de diversos saberes, entre eles a psicanálise (ibid., p. 12).

É a técnica do exame que torna a psicanálise uma disciplina do saber, já que ela permite a normalização dos discursos que provêm de sua prática e também que se faça uma seleção de quem pode ou deve expressá-los. Nesse sentido, cria-se, inclusive, um sistema de prudências e regras para permitir a expressão do discurso psicanalítico: o psicanalista, para ser reconhecido como tal, deve estar de acordo com as regras disciplinares que definem o saber ao qual se filia. Para os psicanalistas existe, então, toda

uma série de regras que definem a sua linguagem, seus interlocutores, seu objeto de estudo.

A formação da psicanálise como disciplina do saber permite ao psicanalista identificar o sofrimento sexual do indivíduo como um sintoma a ser analisado e posto em discurso.

Pode-se notar que há, internamente à psicanálise, todo um sistema normativo que estabelece uma postura e um modo de ser psicanalista e que circunda todo um campo de discursividade que é condição e possibilidade de seu discurso. Este campo discursivo estabelece o método, o objeto, o sujeito e a realidade sobre a qual a psicanálise se debruça. A partir daí, pode-se afirmar que na psicanálise há, ao menos na sua internalidade, uma normalização. No entanto, isso ainda é pouco para afirmar se essa disciplina do saber promove uma normalização do corpo sexual.

Foucault verifica que não há uma repressão do sexo em termos de proibição para a psicanálise. Essa idéia não desconsidera a existência de uma repressão sexual, pois na psicanálise a repressão não é entendida como proibição, ela acontece pela articulação da dinâmica do desejo.

Em uma concepção jurídico-discursiva, pode-se entender a repressão como proibição, pois a idéia da lei é exterior ao desejo. No caso da leitura psicanalítica, a concepção da lei é interior ao desejo e é isso que acarreta uma diferença. Em ambos, o poder e a lei estão representados do mesmo modo, mas os caminhos para chegar a essa representação são diferentes: enquanto a concepção jurídica promete uma liberação, já que a lei é externa ao desejo, a psicanalítica afirma o enredamento, pois a lei é constituinte do desejo. Com isso pode-se afirmar que, segundo a ótica da psicanálise, não há como negar a hipótese de existência de uma repressão do sexo, pelo contrário, com a psicanálise afirma-se uma repressão, mas não em termos de proibição.

Para Foucault, no momento em que os psicanalistas negam a repressão da sexualidade, eles estão negando a concepção jurídica de repressão, pois essa negação não permitiria a existência da incitação do discurso que levou à formação do saber sobre sexo em termos de poder. Isso permite pensar a psicanálise como parte do dispositivo da sexualidade, ou seja, a psicanálise pode ser um instrumento de poder que cria um jogo de discursos, que interroga o sexo e a sexualidade, a fim de revelar a verdade do sujeito.

Assim, a psicanálise, pela ótica foucaultiana, é como parte dinâmica das correlações de forças e situações estratégicas de determinadas sociedades. Esse dinamismo da psicanálise revela um caráter normalizador do corpo sexual, já que na análise da sexualidade este saber põe em questão as relações familiares, o que a liga com a lei da aliança.

Quando a psicanálise afirma que a sexualidade de cada um encontra-se na relação entre pais e filhos, deve-se considerar dois elementos dessa relação o “pai soberano” e a “mãe objeto”, pois os desejos do filho revelam-se por intermédio deles.

Para Foucault, a prática da análise psicanalítica reforça o sistema familiar pois o acesso à sexualidade se dá pela estabilização do triângulo familiar. A psicanálise satura as regras da aliança de desejo e, ao reforçar o triângulo familiar, devolve o indivíduo à família, que é o principal dispositivo disciplinar da nossa sociedade burguesa.

Na ótica foucaultiana, o papel da psicanálise é permitir que o desejo incestuoso seja articulado em discurso. Desse modo, eliminando o recalque trazido pelo rigor da repressão, permite a cura dos problemas que a interdição provoca.

A psicanálise é um “mecanismo de fixação da sexualidade sobre o sistema da aliança” (FOUCAULT, 2001, p 123) que, por meio da confissão, promete a eliminação dos efeitos patogênicos que o rigor da repressão transformado em recalque traz.

Foucault, em diversos momentos, afirmou esse caráter normalizador da psicanálise, como nota-se em uma entrevista dada a *Que! Corps*, em 1975, na qual afirma: “*La psychanalyse, dans certaines de ses performances, a des effets qui rentrent dans le cadre du contrôle et de la normalisation*”<sup>18</sup> (2001d; p. 1626) e um pouco mais adiante questiona: “*Alors qu`es-ce que c`est que cette pudeur sacralisante qui consiste à dire que la psychanalyse n`a rien à voir avec la normalisation?*”<sup>19</sup> (ibid., 2001d; p. 1627).

Rajchman opõe-se à idéia foucaultiana de que a psicanálise seja uma normalização. Ele afirma: “a psicanálise não é uma *sagesse*, uma sabedoria geral sobre o que é bom ser; não é uma *morale*, uma teoria de um princípio ou regra geral do que é certo fazer” (1993, p. 42). Para ele, a psicanálise produz indagações sobre o lugar do desejo, tanto na lei quanto no saber, permitindo observar o que racionalizar e que regras seguir, implicando o sujeito na sua verdade e responsabilizando-o pelo seu “mal-estar”. Para Rajchman, ainda opondo-se a Foucault, a psicanálise não tem por meta nos tornar produtivos e sim nos levar a questionar o que nos induz a querer “tornar-nos ‘funcionais’ ou ‘úteis à sociedade’” (ibid., 1993, p. 83).

Mezan afirma que, na realidade, há uma diferença conceitual entre o que Foucault e a psicanálise entendem por sexualidade. Em primeiro lugar, porque a psicanálise não propõe uma sexoterapia verbal calcada na confissão, mas sim uma análise do inconsciente e da transferência. Porém, a diferença fundamental está na idéia de que para Foucault a sexualidade se articula com o corpo, enquanto para a psicanálise não. Para Mezan a psicanálise “tematiza uma *psico-sexualidade*, e para isto trabalha com a noção de inconsciente” (MEZAN 1985 p. 118).

---

<sup>18</sup> A psicanálise, em algumas de suas atuações, tem efeitos que entram no quadro do controle e da normalização (FOUCAULT, 1979, p. 150).

<sup>19</sup> Por que, então, este pudor sacralizante que consiste em dizer que a psicanálise não tem nada a ver com a normalização? (FOUCAULT, 1979, p. 151).

Na realidade, até onde chegou-se com este estudo, parece que a questão de Foucault quanto à psicanálise não perde valor com a crítica de Mezan, pois a diferença conceitual sobre a sexualidade continua permitindo, em ambos os casos, que ela seja pronunciada em discurso. Interessa muito mais a Foucault, no âmbito de sua análise da biopolítica, a articulação da sexualidade com o discurso, os meios e os lugares para pronunciar tais discursos, os saberes que são produzidos a partir daí, do que se a sexualidade articula-se com o corpo ou com a psique. Sobre o inconsciente pode-se dizer que a psicanálise promove uma articulação da sexualidade em discurso, seja ela inconsciente ou não.

Em um curso de 1975 publicado sob o título de “Os Anormais”, também está presente uma questão que afirma a psicanálise como normalização. Nesse curso Foucault afirma que o instinto torna-se uma questão importante na psiquiatria, pois em torno desse conceito formar-se-ão questões relativas às patologias, à normalidade, à economia das patologias - questões sobre uma certa ortopedia dos instintos. Para Foucault, “o instinto será (...) o grande vetor do problema da anomalia” (2002b, p. 165).

Emolduradas pelo problema do instinto, duas grandes tecnologias irão desenvolver-se. De um lado, a teoria eugênica com seus problemas de hereditariedade, “da purificação da raça e da correção do sistema instintivo dos homens por uma depuração da raça” (ibid., p. 167) e, de outro, a “tecnologia da correção e da normalização da economia dos instintos” (ibid., p. 167), que seria a psicanálise.

É importante notar que, além de Foucault considerar a psicanálise como uma tecnologia de correção dos instintos, ele afirma que a emergência do problema dos instintos permite a criação de todo um vocabulário referente a eles. Criam-se conceitos, explicações, perguntas e respostas que são assimilados não só pela psiquiatria e medicina, mas também pelo vocabulário jurídico.

A emergência das duas tecnologias do instinto, a eugenia e a psicanálise, permite que o sistema jurídico se aproprie de seu discurso para tentar identificar e corrigir aqueles cujos instintos tornam-se patológicos ou agressivos à sociedade. Este ponto é importante, pois liga a psicanálise ao sistema jurídico de correção. Quando um criminoso comete algum crime, pergunta-se sobre o instinto que o levou a cometê-lo e, principalmente, se há condição ou não de corrigi-lo.

Essa posição de Foucault sobre a psicanálise pode ser discutida pela já citada posição de Rajchman, que afirma não haver nesta prática nenhuma intenção normalizante ou corretiva.

Outra consideração de Foucault sobre a psicanálise coloca-a entre as diversas formas científica e economicamente codificadas de revelação da sexualidade existentes atualmente. Para Foucault, as pessoas vão aos consultórios psicanalíticos revelar sua sexualidade e enunciar questões sobre ela porque há um apelo incessante nos meios de comunicação para que o indivíduo realize uma “revelação institucional e custosa de sua sexualidade ao psiquiatra, ao psicanalista e ao sexólogo” (FOUCAULT, 2002b, p 215). Essa afirmação de Foucault liga a psicanálise às instituições que fazem proliferar os discursos de revelação da sexualidade.

Para Foucault, a psicanálise é um instrumento para produzir e ritualizar um discurso sobre sexo e a sexualidade. A psicanálise ativa o mecanismo da enunciação que, diz que sobre a sexualidade deve-se “(...) enunciar tudo, mas só deve enunciar em certas condições, no âmbito de certo ritual e a certa pessoa bem determinada” (ibid., p. 257). A psicanálise é aqui entendida como um mecanismo de regulação dos discursos, o que a liga a um poder de incitação discursiva.

Outro ponto que liga a psicanálise ao poder remete-nos ao que Foucault chama de teoria do incesto. Essa teoria, anteriormente considerada como crime, passa a ser

aceita a partir da psicanálise, que defende que a origem do sujeito está na articulação do desejo infantil dirigido aos seus pais. Deste modo, existiriam três benefícios morais que fazem com que a teoria psicanalítica do incesto seja aceita e que, por fim, ligariam a psicanálise às estratégias de poder:

- 1) a inversão da origem do desejo, ou seja, a afirmação de que são os filhos ainda pequenos que desejam os pais, e não o contrário, desculpa os pais da culpa que “(...)eles teriam podido sentir por descobrir assim o corpo desejante de seus filhos e lhes dizem: não se incomodem, não são vocês que são incestuosos” (ibid., p. 339);
- 2) a afirmação dos pais de que sendo o desejo das crianças dirigido a eles, este os pertence. Os pais precisam zelar pelo corpo sexual dos seus filhos, mas o fato de não só o corpo, mas também o desejo pertencer a eles, faz com que afrouxem o controle sobre a masturbação. Esse efeito do incesto faz com que haja um “desapossamento do corpo da criança no que concerne à família” (ibid., p. 339), o que permite uma maior extensão dos procedimentos disciplinares como a escolarização;
- 3) ao afirmar que o incesto é um ponto de origem das pequenas anomalias, torna-se urgente um elemento mediador a fim de “analisar, controlar e corrigir” (ibid., p. 340), que liga mais fortemente a família ao poder médico. Os pais descobrem-se objeto do desejo e sujeito de um “saber racional sobre sua relação com os filhos” (ibid., p. 341). Assim, os pais tornam-se agentes da normalização médica da família. Deste modo, para Foucault, a psicanálise aparece como “técnica de gestão do incesto infantil e de todos os seus efeitos perturbadores no espaço familiar” (ibid., p. 346).

Observando o modo como Foucault apresenta a psicanálise, podemos afirmar que ela está inserida nos padrões da biopolítica, ou seja, haveria, na psicanálise, a normalização do corpo sexual e a regulação da população. A normalização do corpo sexual mostra-se através da vinculação da psicanálise ao dispositivo da aliança, e a

regulação da população pela inversão da lei do incesto e por ela ser um mecanismo de regulação do discurso sexual.

Se considerada a crítica de Rajchman, o caráter biopolítico da psicanálise se enfraquece, restando a ela unicamente a regulação dos discursos sexuais. Porém, não se pode deixar de considerar a honra política que o próprio Foucault dá à psicanálise quando afirma que ela, num movimento contrário ao do racismo, desconfia dos mecanismos de poder que objetivam controlar e gerir o cotidiano da sexualidade, dando a ela a lei como princípio.

A psicanálise rejeita a idéia de uma degenerescência sexual e, ao se opor a essa idéia pela constituição de uma lei do desejo, recupera o projeto de uma medicina dos instintos sexuais.

Deve-se afirmar que essa honra política não é pouca, pois o racismo e o eugenismo que sustentaram e ainda sustentam as biopolíticas totalitárias baseiam-se em uma teoria da degenerescência e da hereditariedade, a psicanálise opõe-se a qualquer teoria racista e impede que se forme qualquer ideal racista baseado em sua sustentação teórica.

Negando a teoria da degenerescência, a psicanálise afastar-se-ia de ser um instrumento biopolítico, assumindo uma posição de contestação do biopoder.

Finalmente, é importante considerar a relação da psicanálise com a psiquiatria pois, para Foucault (2003, p 137), a psicanálise representa o primeiro grande recuo da psiquiatria no momento em que a questão da verdade do que se dizia dos sintomas ou o jogo de verdade e mentira nos sintomas é imposto à força ao poder psiquiátrico. Porém, esta primeira “despsiquiatrização” não foi mérito de Freud, uma vez que uma trupe de simuladores formada por histéricos fez, no primeiro momento, o poder psiquiátrico titubear sobre a questão da verdade. Para Foucault, são eles que pregaram uma peça, através de

suas mentiras, no poder psiquiátrico que, por ser agente da realidade, pretendia ser detentor da verdade e se recusava a aceitar verdade na loucura, no interior da prática e da cura psiquiátrica.

Foucault acredita que se pode fazer da histeria, da questão da histeria e da maneira como os psiquiatras se embarçam na histeria no século XIX, uma espécie de pequeno erro científico, um pilar epistemológico. Para ele, a psicanálise representaria para a história das ciências o que a histeria teria representado para a psiquiatria.

Tomando a histeria como um militante do poder psiquiátrico, e não como um problema epistemológico e um pilar do saber, admitir-se-ia que as simulações eram a maneira insidiosa para os loucos oporem-se à questão da verdade e a um poder psiquiátrico que impunha somente uma realidade. Pode-se, assim, fazer uma história da psiquiatria que gravitará não mais ao redor de seu saber, mas ao redor dos loucos.

Percebe-se que para Foucault há diferenças entre a psicanálise e a psiquiatria, mas esses saberes não diferem entre si no que concerne ao modo de conceber o lugar da histeria e a loucura na história.

Foucault (2003, p 349) afirma que a psicanálise pode ser historicamente decifrada como uma forma de despsiquiatrização por estar fora do espaço asilar e apagar os efeitos paradoxais do poder psiquiátrico. Por outro lado, reconstitui o poder médico, produzindo verdade em um espaço instalado para isto, adequado ao poder médico, questões colocadas pela noção de transferência como processo essencial para a cura. O pagamento, contrapartida monetária da transferência, é uma maneira de garantir a realidade, uma maneira de impedir que a produção de verdade não venha a ser contra poder que armadilhe, anule e derrube o poder do médico.

A psicanálise é, para Foucault, uma forma de despsiquiatrização que conserva o poder, pois tenta adequar a produção de verdade ao poder médico. No entanto, ele

também afirma, *“La psychanalyse a joué un rôle libérateur et, dans certains pays encore (je pense au Brésil), la psychanalyse jouait un rôle politique positif de dénonciation de la complicité entre les pasychiatres et le pouvoir<sup>20</sup>”* (FOUCAULT, 2001b, p. 1626).

## **B. Os Tais Paradoxos**

Foucault é um autor repleto de paradoxos, que o levam a analisar momentos, aspectos, características e relações (principalmente) de seus objetos com tantos outros. Essa característica impede de afirmar categoricamente ou definirmos qualquer um dos seus objetos.

Nesta dissertação não se pode dizer: “Sim, a psicanálise é um instrumento do biopoder” pois, se tentássemos, teríamos uma lista de argumentos contrários. Da mesma forma, negar pura e simplesmente a psicanálise como instrumento do biopoder também seria equivocado, pois há uma série de argumentos que nos permitem afirmá-la como tal.

Assim, é preciso ter cuidado ao formular a pergunta que norteia o trabalho, para que esta possa abranger os diversos paradoxos presentes na análise foucaultiana. Deve-se perguntar em quais aspectos a psicanálise é ou não um instrumento de biopoder, e, respondendo a esta questão, estudar um ou mais aspectos mais profundamente, isolando-o e questionando sobre sua formação. Esta tarefa não foi realizada nesta dissertação e merece ser feita em trabalhos futuros.

Esta dissertação elenca alguns dos aspectos que fazem da psicanálise um instrumento do biopoder e outros que não.

---

<sup>20</sup> A psicanálise desempenha um papel liberador. E em certos países ainda (eu penso no Brasil), a psicanálise desempenha um papel político positivo de denúncia da cumplicidade entre os psiquiatras e o poder (FOUCAULT, 1979, p. 150).

De início, pode-se tomar um tom bastante elogioso à psicanálise, que se refere à relação deste saber com a degenerescência. Foucault afirma que a psicanálise nega a degenerescência, e por isso difere da psiquiatria e da medicina do século XIX. Esta característica tem grande importância política, pois ao negar a degenerescência, a psicanálise afasta-se de qualquer teoria racista, impossibilitando que, através dela, afirmasse qualquer forma de controle racial, ou que se use o seu saber para tentar purificar um determinado modo de vida, ou para explicar a valorização ou a desvalorização de um determinado tipo de vida. Por estes aspectos a psicanálise afasta-se de ser um instrumento da biopolítica, sendo até mesmo um meio de contestação, já que a biopolítica visa controlar e classificar as populações.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a psicanálise distancia-se da psiquiatria e da medicina por negar a degenerescência, ela não deixa de exercer um certo poder médico, o que a torna um elemento no dispositivo disciplinar. Ao devolver o indivíduo ao seio familiar, por meio da análise e da estabilização do triângulo familiar, permite que o dispositivo disciplinar seja acionado, tornando o indivíduo um objeto dócil e útil. Não é a psicanálise que produz a docilidade e a utilidade do indivíduo, mas a família para a qual o indivíduo retornou por intermédio da análise. A psicanálise permite que a família aplique o dispositivo disciplinar, já que a análise devolve o indivíduo ao núcleo familiar.

Neste ponto a psicanálise, para Foucault, é indiferente à medicina e é tão normalizadora do sujeito quanto a psiquiatria e a medicina. Esta questão faz da psicanálise um instrumento da biopolítica, já que ela pretende disciplinar os corpos e nomear o diferente. A psicanálise, como a medicina e a psiquiatria, seria assim, um saber que busca eliminar as diferenças e devolver o indivíduo para um convívio normal.

Não se pode deixar de dizer que este é um tema controverso na obra de Foucault, encontrando oposição de autores como Rajchman (1993) e Mezan (1985). Para Foucault, a psicanálise acentua a questão familiar, onde está localizado o núcleo dos sofrimentos psíquicos e de seus desejos. O sujeito sofre por não conhecer os seus desejos, e a psicanálise reativa o triângulo familiar (pai – mãe – filho) e deixa que este exerça seu papel disciplinador para resolver o conflito entre desejo e realidade, e com isso aplacar o sofrimento.

Em contrapartida, Rajchman (1993) e Mezan (1985), dizem que a psicanálise não é um aconselhamento sobre o que é ou não bom ser, muito menos uma teoria de princípios e regras de condutas sexuais ou uma confissão ininterrupta da sexualidade, mas sim a tematização de uma psico-sexualidade inconsciente.

Esta polêmica merece ser mais estudada e, para tanto, seria necessário recorrer ao texto psicanalítico e entender no que se baseia a defesa dos psicanalistas e a crítica de Foucault. Como o objetivo desta dissertação é apresentar a crítica foucaultiana, este assunto será abordado em um próximo estudo.

Também é importante destacar que, para Foucault, a psicanálise, tal como o discurso médico-psiquiátrico, tem seu discurso incitado politicamente no panorama biopolítico.

Esta série de indiferenças entre a psicanálise, a medicina e a psiquiatria afirmam a psicanálise como um instrumento do biopoder, um meio para o exercício de uma biopolítica que incide sobre a vida dos indivíduos e das populações. Porém, Foucault afirma que a psicanálise no Brasil assumiu um caráter de luta política, pois ao impedir a repetição da ligação da cura ao poder, realizada pelo biopoder e denunciar a cumplicidade entre os psiquiatras e o poder, assume um papel libertador.

Verifica-se que, de acordo com Foucault, não se pode afirmar a existência de uma psicanálise essencial, universal e única, mas sim de psicanálises, no plural, que em diversos aspectos, em variadas formas de seu exercício e em determinadas culturas e países ora cumpre um papel biopolítico ora libertador, denunciador, contestador e até opositor da biopolítica.

## Referências

### Michel Foucault:

As datas entre parênteses referenciam o ano da primeira publicação original, o numero no final da referência ao ano da edição consultada.

FOUCAULT, M.(1961). *História da Loucura na Idade Clássica*. 6 ed., Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_ (1962). *Doença Mental e Psicologia*, 5. ed., Trad. Lílian Rose Shalders. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

\_\_\_\_\_.(1963). *O Nascimento da Clínica*. 5. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1998b.

\_\_\_\_\_ (1966). *As Palavras e as Coisas*. 8. ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

\_\_\_\_\_(1969). *O Que é um Autor?* Trad. António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Veja, 2000.

\_\_\_\_\_(1971). *A Ordem do Discurso*. 5. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999d.

\_\_\_\_\_ (1972). O Grande Internamento. In: *Ditos e Escritos-v. I- Problematização do Sujeito: Psicologia Psiquiatria e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999 a. p. 258 - 268.

\_\_\_\_\_ *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974–1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

\_\_\_\_\_(1975). *Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões*. 17. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes.1998.

\_\_\_\_\_(1975). Hospício, Sexualidade, Prisão. *Revista Versus* 1, p. 30-33, out. 1975.

\_\_\_\_\_(1975). Pouvoir et Corps In: *Dits et Écrits I – 1954-1975*. Paris: Quarto Gallimart, 2001d. p. 1622-1628.

\_\_\_\_\_ *Le Pouvoir Psychiatrique*. – Cours au Collège de France. 1973–1974, Paris: Gallimard/Seuil, 2003. (Hautes Études)

\_\_\_\_\_ *Em Defesa da Sociedade*. Curso do Collège de France (1975–1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999e.

\_\_\_\_\_ (1976) *História da Sexualidade – V.I- A Vontade de Saber*. 14. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

\_\_\_\_\_ (1977) *Il Potere, una Bestia Magnífica*. In: \_\_\_\_\_ *Biopolítica e Liberalismo*. Trad. Ottavio Marzocca. Milano, Itália: Medusa, 2001b.

\_\_\_\_\_ *Naissance de la Biopolitique* – Cours au Collège de France. 1978–1979. Paris: Gallimard/Seuil, 2004. (Hautes Études).

\_\_\_\_\_ *Poder – Corpo*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 145-152

\_\_\_\_\_ (1981). *Les Mailles du Pouvoir*. In *Dits et Écrits II – 1976-1988*. Paris: Quarto Gallimart, 2001c. p. 1001-1020.

\_\_\_\_\_ 1984 – *Entrevista com Michel Foucault*. In: *Ditos e Escritos-V.I Problematização do Sujeito: psicologia psiquiatria e psicanálise*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999c.

\_\_\_\_\_ *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

### **Sobre Michel Foucault**

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer – O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- BIAGGIO, J.L. *A Novidade do Poder na Historiografia de Michel Foucault*. 1992. Dissertação (mestrado em filosofia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BIRMAN, Joel. *Entre o Cuidado de Si – Sobre Foucault e a Psicanálise* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. (Conexões).
- CASTORIADIS C. Psicanálise e Política. In: *O Mundo Fragmentado – As Encruzilhadas do Labirinto III*. Trad. Rosa Maria Boaventura, São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 151-164.
- \_\_\_\_\_ Reflexões sobre o Racismo. In: *O Mundo Fragmentado – As Encruzilhadas do Labirinto III*. Trad. Rosa Maria Boaventura, São Paulo, Paz e Terra, 1992b. p. 27-41.
- \_\_\_\_\_ A Autonomia em Política: o Indivíduo Privatizado: *Margem*, n. 7, p. 103-109. 1998.
- CHAVES, E. *Foucault e a Psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- CHAVES, E. P. *Do Elogio à Crítica: Foucault e a Psicanálise na História da Loucura e a Vontade de Saber*. 1986. Dissertação (mestrado em filosofia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- COELHO, E. P. (org.). *Estruturalismo*. Antologia de Textos Teóricas. São Paulo: Portugalia, 1967.
- DOSSE, F. *História do Estruturalismo, V. I e II*. São Paulo: Edusp, 1972.
- ERIBON, D. *Michel Foucault 1926–1984*. Trad. Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FARIA F. C. *Uma Investigação entre a Estética da Existência Foucaultiana e a Vida e Obra de Frans Krajcberg*. 2001. Dissertação (mestrado em ciências sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FONSECA M. A. *O Problema da Constituição do Sujeito em Michel Foucault*. 1994. Dissertação (mestrado em filosofia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FONSECA M. A. *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*. São Paulo: Educ. 1995
- HUTTON, P. H. Foucault, Freud and the Technologies of the Self. In: MARTIN L.H. *et. al.* (orgs.). *Technologies of the Self – a Seminar with Michel Foucault*. Massachusetts: Tavistock. 1988.

- MACHADO R. *Ciência e Saber – A Trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MAIA, A. C. Biopoder, Biopolítica e o Tempo Presente. In: NOVAES, A. *O Homem Máquina-A Ciência Manipula o Corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 77–108.
- MEZAN, R. Uma Arqueologia Inacabada: Foucault e a Psicanálise. In: RIBEIRO R. J. (org.). *Recordar Foucault – Os Textos do Colóquio Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 94–125.
- MUCHAIL, S. T. Da Arqueologia à Genealogia. Acerca do(s) propósito(s) de Michel Foucault. *Cadernos PUC*, São Paulo, n. 13, p. 29-36, 1982.
- FERREIRA NETO J. L. Foucault e a Psicanálise – Uma Genealogia. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 175-181, 1997.
- PIAGET, J. *O Estruturalismo*. São Paulo: Difel, 1970.
- QUEIROZ PINHEIRO, C. V. Sujeito do Desejo: Uma Invenção Cultural – Foucault e a História das Práticas de Subjetividade. *Psychê*, São Paulo, ano VII, n. 11, p. 143–156, 2003.
- RABINOW, P. DREYFUS, H. *Michel Foucault-Uma Trajetória Filosófica para além do Estruturalismo e da Hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- RAJCHMAN, John. *Eros e Verdade – Lacan, Foucault e a Questão da Ética*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ROSA, R. M. *O “Sujeito” em Michel Foucault: A Utilidade de uma Ficção* 2002 Tese (doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ROUDINESCO, E. *História da Psicanálise na França – A Batalha dos Cem Anos – Volume 2: 1925-1985*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- SBANO, V. Efeitos entre Foucault e a Psicanálise ou: O Crime de Freud. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 45, n.1 e 2, p. 187–194, 1993
- SILVA, M. *Subjetividades no Pensamento de Michel Foucault*. 2001. Dissertação. (mestrado em filosofia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VIDEIRA, A. A. P. e PINHEIRO, U. A Ética do Poder na *História da Sexualidade* de Michel Foucault. *Manuscrito – Revista Internacional de Filosofia*, v. XII, n. 2, p. 35–48, 1989.

WAHL, F. *Estruturalismo e Filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1968.